



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MAIRUS ANTONIO PRETE

**O PAPEL DO AUTOR DE GRAMÁTICA BRASILEIRA NOS
ENUNCIADOS DESIGNATIVOS DE VERBO E A
GRAMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS NO BRASIL**

Londrina
2013

MAIRUS ANTONIO PRETE

**O PAPEL DO AUTOR DE GRAMÁTICA BRASILEIRA NOS
ENUNCIADOS DESIGNATIVOS DE VERBO E A
GRAMATIZAÇÃO DO PORTUGUÊS NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Mariângela Peccioli Galli Joanilho.

Londrina
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P942p Prete, Mairus Antonio.

O papel do autor de gramática brasileira nos enunciados designativos de verbo e a gramatização do português no Brasil / Mairus Antonio Prete. – Londrina, 2013.
122 f.

Orientador: Mariângela Peccioli Galli Joanilho.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Língua portuguesa – Gramática – Teses. 2. Gramáticos brasileiros – Teses. 3. Língua portuguesa – Verbos – Teses. 4. Língua portuguesa – História – Teses. I. Joanilho, Mariângela Peccioli Galli. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 806.90-5

MAIRUS ANTONIO PRETE

**O PAPEL DO AUTOR DE GRAMÁTICA BRASILEIRA NOS
ENUNCIADOS DESIGNATIVOS DE VERBO E A GRAMATIZAÇÃO DO
PORTUGUÊS NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dra. Mariângela Peccioli Galli
Joanilho
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dra. Sheila Elias de Oliveira
Universidade de Campinas - UNICAMP

Prof. Dra. Joyce Elaine de Almeida Baronas
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 16 de abril de 2013.

AGRADECIMENTO (S)

Agradeço, do fundo do meu coração, à minha família que, com todo esforço, deu-me as oportunidades de que precisava para conseguir trilhar esse caminho e realizar essa conquista. Também agradeço aos meus amigos, aos colegas de profissão e a todos aqueles que, de alguma forma, estiveram sempre presentes, apoiando-me e confortando-me nos momentos mais difíceis.

Não posso deixar de agradecer, ainda, à minha orientadora, Dra. Mariângela, pois ela é parte desta conquista e de todo esse aprendizado. Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem e à Universidade Estadual de Londrina. Seus professores, com suas aulas, com certeza marcaram minha vida.

Não Tenho Pressa

*Não tenho pressa. Pressa de quê?
Não têm pressa o sol e a lua: estão certos.
Ter pressa é crer que a gente passa adiante
das pernas,
Ou que, dando um pulo, salta por cima da
sombra.
Não; não sei ter pressa.
[...]*

Alberto Caeiros

PRETE, Mairus Antonio. **O papel do autor de gramática brasileira nos enunciados designativos de verbo e a gramatização do Português no Brasil.** 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

A presente pesquisa toma as designações para a palavra Verbo, presentes em nove gramáticas selecionadas dentro de um período de tempo que abrange do final do século XIX ao início do século XXI, a saber: Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1887), Maximino Maciel (1894), Rocha Lima (1957), Evanildo Bechara (1961), Celso Cunha (1970), Mário Perini (1995), Maria Helena de Moura Neves (2000) e Ataliba de Castilho (2010), a fim de submetê-las a análises discursivas para verificar *quais os sentidos que são mobilizados pelas designações de Verbo nessas gramáticas selecionadas, e como essas mobilizações refletem o papel do gramático brasileiro construída durante o processo de gramatização do português no Brasil.* O objetivo, ao se analisar as designações de Verbo, é o de corroborar para o entendimento de como esses enunciados podem refletir o processo ininterrupto de gramatização pelo qual a Língua Portuguesa do Brasil passa desde o seu descobrimento. Para as análises, as gramáticas selecionadas foram separadas em três grupos (Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1887) e Maximino Maciel (1894) no primeiro, Rocha Lima (1957), Evanildo Bechara (1961) e Celso Cunha (1970) no segundo, e, por fim, Mário Perini (1995), Maria Helena de Moura Neves (2000) e Ataliba de Castilho (2010) no terceiro), procedimento que permitiu observar como, em suas designações, os sentidos mobilizados fomentaram um complexo movimento discursivo, envolto em silenciamentos e filiações, responsável por desvincular o papel de gramático de sua dependência lusitana e o torná-lo autonomamente brasileiro. Ou seja: as análises das designações de Verbo possibilitam visualizar quais sentidos foram mobilizados e silenciados para constituir o papel do gramático brasileiro autêntico, autorizado a ser a origem de saber metalinguístico sobre o português e responsável por essa metalinguagem.

Palavras-chave: Gramatização. Gramatização do Português no Brasil. Papel do gramático brasileiro. Designação de Verbo. História da Língua Portuguesa.

PRETE, Mairus Antonio. **The role of the author of Brazilian grammar designating Verb enunciations and to the grammatization the Portuguese in Brazil.** 2013. 120 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ABSTRACT

This research takes the designations for the word Verb present in nine grammars selected within a period of time covering the late nineteenth century to the early twenty-first century, namely: Julio Ribeiro (1881), John Ribeiro (1887), Maximino Maciel (1894), Rocha Lima (1957), Evanildo Bechara (1961), Celso Cunha (1970), Mario Perini (1995), Maria Helena de Moura Neves (2000) and Ataliba de Castilho (2010), in order to submit all them to the discursive analysis to see which way they are mobilized by the Verb designations in these selected grammars, and how these demonstrations reflect the role of the Brazilian grammarian built during the Portuguese grammatization process in Brazil. The goal, when analyzing the Verb designations, is to corroborate for the understanding of how these enunciations may reflect the uninterrupted process of grammatization by which the Portuguese of Brazil passes since its discovery. For the analysis, the selected grammars were separated into three groups (Julio Ribeiro (1881), John Ribeiro (1887) and Maximino Maciel (1894) in the first, Rocha Lima (1957), Evanildo Bechara (1961) and Celso Cunha (1970) in the second, and finally, Mario Perini (1995), Maria Helena de Moura Neves (2000) and Ataliba de Castilho (2010) in the third), a procedure that allowed us to observe how, in their assignments, the mobilized senses fostered a complex movement discursive, wrapped in silencing and affiliations, responsible for unlink the role of grammarian of his Lusitanian dependency and make it autonomously Brazilian. In other words, the analysis of the Verb designations enable see what senses were mobilized and silenced for be the role of authentic Brazilian grammarian, authorized to be the source of metalinguistic knowledge about the Portuguese and responsible for this metalanguage.

Keywords: Grammatization. Grammatization the Portuguese in Brazil. Role of the Brazilian grammarian. Appointment of Word. History of the Portuguese Language.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Divisão do Corpus.....	24
--	-----------

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
1.1	SOBRE A PROPOSTA DE PESQUISA	13
1.2	SOBRE A METODOLOGIA ADOTADA	17
1.3	SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS	22
1.4	SOBRE AS JUSTIFICATIVAS	26
2	SOBRE O PROCESSO DA GRAMATIZAÇÃO	29
2.1	SOBRE O CONCEITO DE GRAMATIZAÇÃO	29
2.2	SOBRE A ESCRITA E A METALINGUAGEM	37
2.3	SOBRE A GRAMATIZAÇÃO E O RENASCIMENTO.....	42
2.4	SOBRE FERNÃO DE OLIVEIRA E A PRIMEIRA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS	50
3	O PROCESSO DA GRAMATIZAÇÃO NO BRASIL	55
3.1	SOBRE A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS.....	56
3.2	SOBRE O PORTUGUÊS NO BRASIL.....	61
3.3	SOBRE A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PORTUGUÊS NO BRASIL	69
4	SOBRE A DESCRIÇÃO E A ANÁLISE DO CORPUS	83
4.1	O PRIMEIRO GRUPO: A CONSTRUÇÃO DO PAPEL DE GRAMÁTICO	83
4.2	O SEGUNDO GRUPO: A REPRODUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PAPEL DE GRAMÁTICO	97
4.3	O TERCEIRO GRUPO: O PAPEL DO GRAMÁTICO CIENTISTA	105
	SOBRE AS CONCLUSÕES OBTIDAS	112
	REFERÊNCIAS	118

1 INTRODUÇÃO

É comum se relacionar a palavra gramática a um conjunto de regras que devem ser aprendidas para o domínio da língua, isto é, para a utilização da forma mais prestigiada da língua. Ela acaba sendo, grosso modo, um compêndio exortativo que separa aquilo que é certo daquilo que é errado. Essa palavra também suscita a ideia de uma obra impenetrável, em que essas regras são, sistematicamente, expostas para que o leitor as decore e, assim, tenha acesso ao falar considerado adequado. O fato é que gramáticas são um objeto comum para muitos, visto que é objeto de ensino nas escolas. Mesmo sendo comum, contudo, pode-se dizer que gramáticas são capazes, ainda, de despertar interesses variados: há pesquisadores preocupados com a pureza da língua, há outros preocupados com mecanismos sintáticos, existem aqueles preocupados com mecanismos morfológicos e, também, aqueles preocupados com mecanismos normativos; toda sorte de gente no âmbito da Linguística ou mesmo no âmbito das Letras já dedicou um pouco de seu labor intelectual a esses volumes que são produzidos incessantemente, ora apresentando abordagens inovadoras, ora reproduzindo um conhecimento solidificado, ora visando a algo novo, ora visando a um naco do mercado do “bom falar”.

O interesse desta dissertação, contudo, foi diferente do dessas gentes, porque não se preocupou, em nenhum momento, com mecanismos sintáticos, morfológicos ou normativos, pois não se pretendeu questionar formulações gramaticais ou morfológicas já estabelecidas, tampouco debater construções novas, presentes em linguagem corrente, que poderiam ratificar ou colocar em xeque preceitos gramaticais. O olhar desta dissertação foi o do pesquisador que toma a gramática como um objeto que reflete um *saber sobre a língua*, e não o *saber a língua*. Ao se buscar, rapidamente, em um dicionário de Linguística a definição de gramática, como fora feito, encontra-se uma gama de definições que relaciona gramática a aspectos sentenciais; o conceito de gramática sempre está ligado ao seu modo de fragmentar e compreender a linguagem. No dicionário de Jean Dubois, por exemplo, as três primeiras definições de gramática, arroladas porque o “termo *gramática* tem várias acepções conforme as teorias linguísticas” (DUBOIS, 1973, p. 313), apontam gramática como: i – “descrição completa da língua, isto é, dos princípios de organização da língua”; ii – “descrição

dos morfemas gramaticais e lexicais, o estudo de suas formas (flexão) e de suas combinações para formular palavras (formação de palavras) ou frases (sintaxe); e iii – “descrição dos morfemas gramaticais (artigos, conjunções, preposições, etc, excluindo-se os morfemas lexicais (substantivos, adjetivos, verbos, advérbios de modo), e a descrição das regras que regem o funcionamento dos morfemas na frase” (DUBOIS, 1973, p. 313). Com exceção da definição relacionada à linguística gerativa, para qual o dicionário afirma que “a *gramática* de uma língua é o modelo da competência ideal que estabelece certa relação entre o sim (representação fonética) e o sentido (interpretação semântica)” (DUBOIS, 1973, p. 313) é perceptível como a definição de gramática está vinculada à sua atividade de fragmentação e descrição da língua, fatos que possibilitam *saber a língua*.

Quando se entende a gramática como um *saber sobre a língua*, está-se, de certa forma, afastando-se dessas concepções de gramáticas colocadas por Dubois (1973) para priorizar outra. A visão de que se afasta, na verdade, é a da ideia de gramática como o *saber a língua*. Segundo os pressupostos de Bezerra e Dias (2006), diferenciar o *saber a língua* do *saber sobre a língua* reflete dois modos diferentes de conceber as gramáticas. Para os dois pesquisadores, entender a gramática como o *saber a língua* significa concebê-la apenas como um conjunto de regras para formular sentenças. Explicam Bezerra e Dias que “o termo gramática significa também o conhecimento que o falante tem da sua língua” (2006, p. 17). Já conceber a gramática como um *saber sobre a língua* é percebê-la como uma fonte de informações que buscam refletir um determinado idioma em suas condições de produção. Bezerra e Dias consideram que, ao tomar a gramática dessa forma (como reflexo integral da língua), ela está susceptível de sofrer “a influência da história, particularmente no que se refere às ideias políticas e científicas sobressalentes em determinada época” (2006, p. 16). Ao se afirmar que nesta pesquisa o olhar foi o do pesquisador que toma a gramática como *saber sobre a língua*, afirma-se também que, embora o objeto de análise tenha sido gramáticas, as análises não se atinaram somente a elas. Atinaram-se, também, às suas condições de produção, isto é, às suas relações com instituições e acontecimentos que as envolvem.

A gramática, sendo um objeto que reflete o conhecimento *sobre a língua*, torna-se um objeto histórico, isto é, um objeto vinculado à sua historicidade particular, de que não pode ser dissipado, tampouco retirado. Por essa razão, este empreendimento não se dedicou a um labor descritivo-estruturalista, como fazem os

gerativistas, ou a um labor pragmático, como fazem os funcionalistas. O objetivo aqui não foi a estrutura sintática profunda, não foram as regras subjacentes a nenhum enunciado, nem mesmo a compreensão dos aspectos extralinguísticos responsáveis por influenciar a formação de sentenças. Também não foi o de travar discussões sobre a consistência de determinadas regras. O objetivo deste trabalho foi outro. A gramática como *saber sobre a língua* é um objeto de estudo rico, que possibilita uma gama de investigações inquietantes. É, pois, um local em que se tem não apenas a manifestação cultural do ser humano, responsável por confeccionar e utilizar gramáticas, mas em que se encontra um reflexo da relação entre ser humano e linguagem ou, também, entre ser humano e Língua. Ao colocar a gramática nessa posição de *saber sobre a língua*, este trabalho caminhou por galerias subjacentes a que se encontra em sua primeira leitura – localizadas muito além da transparência da significação –, para, por meio delas, perscrutar-se as relações históricas que existem em torno de uma gramática, as condições históricas de produção que a envolvem e, também, o modo como autores deixaram suas marcas nessas obras.

A razão dessa escolha de perspectiva para este estudo se deve ao fato de que este empreendimento está filiado ao programa que estuda a constituição dos saberes metalinguísticos no decorrer da história humana. A História das Ideias Linguísticas, HIL, como é conhecida nos departamentos de Linguística, não é uma espécie de historiografia da língua portuguesa. Também não é uma espécie de historiografia sobre as ciências linguísticas, caudatárias de Saussure (1916). A HIL, embora possa dialogar com essas disciplinas, ora contribuindo com elas, ora desfrutando suas contribuições, toma esses *os saberes sobre a língua* como objeto. Isso significa que, de modo geral, qualquer conhecimento sobre a língua é passível de se tornar objeto de investigação sobre os conhecimentos linguísticos. Nas palavras fundadoras de Aurox, “seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é nosso objeto” (2009, p. 15). Conforme Aurox (2009), essa forma de estudar os saberes linguísticos é diferente do que costumeiramente é feito no âmbito dos estudos sobre a linguagem, pois o que se vê, geralmente, são trabalhos que: (i) criam base documentária para pesquisas empíricas; (ii) criam percursos históricos particulares diante de seus interesses essenciais; e (iii) criam trajetórias hereditárias para determinado campo do saber, a fim de corroborar suas bases históricas. Ou seja,

nenhuma dessas três vertentes se debruça, de fato, ao saber linguístico em sua natureza, como Auroux (2009) propõe.

Essa visão desenvolvida por Auroux (2009), que coloca como objeto de estudo os saberes linguísticos presentes em toda história da humanidade, é resultado de uma abordagem alicerçada em três princípios metodológicos responsáveis por fornecerem respostas a duas perguntas: i – *sob que formas o saber linguístico se constitui no tempo?* e ii – *como essas formas se criam, evoluem, se transforma ou desaparecem?* O primeiro princípio metodológico diz respeito à necessidade de uma abordagem puramente fenomenológica do objeto. Nas palavras de Auroux, “é preciso situar nosso objeto em relação só a um campo de fenômenos, apreensíveis à altura da consciência cotidiana”. (2009, p. 14). Não há, dessa forma, definições prévias para os saberes sobre a língua. Todo saber sobre a língua pode ser vir de objeto a HIL. O segundo princípio corrobora com o primeiro: apregoa a necessidade de uma neutralidade epistemológica. Não cabe ao historiador emitir juízos de valor, dizendo se um saber é ou não é ciência. O valor de um conhecimento é ele mesmo uma causa na história, esclarece Baldini (2005). O terceiro princípio metodológico está relacionado à independência dos fenômenos estudados. Auroux (2009) considera que não existe a necessidade de haver dependência entre os fenômenos estudados. Afirma o pesquisador que “nosso historicismo é um realismo metodológico que concede consistência ao saber e independência aos fenômenos, em sua existência, em relação a esse saber” (AUROUX, 2009, p. 16). Segundo Baldini, por meio desses três princípios, “Auroux não irá dar explicações sociológicas diretas à produção de conhecimento sobre a linguagem (historicismo moderado), nem conceber o desenvolvimento científico do conhecimento linguístico como um dado (neutralidade epistemológica), nem, muito menos, definir de antemão o objeto de quem tratam os saberes sobre a linguagem (definição puramente fenomenológica)” (BALDINI, 2005, p. 25).

1.1 SOBRE A PROPOSTA DE PESQUISA

Este trabalho investigou um processo específico da História das Ideias Linguísticas, denominado *gramatização*, a fim de entender como esse processo ocorreu no Brasil, em relação à constituição um ponto específico da elucubração metalinguística das gramáticas brasileiras: a designação da classe

gramatical Verbo. O objetivo foi o de *compreender como a designação da classe gramatical Verbo revela o papel do autor de gramática no Brasil dentro do processo de gramatização do Português no Brasil*. Tomou-se esse ponto para análise porque, geralmente, essas designações são enunciados aparentemente estáveis em sua significação e raramente apresentam diferenças relevantes. Isso, entretanto, não anula o fato de elas poderem apresentar diferentes efeitos quando analisados perante suas condições de produção. É importante salientar que não se pretendeu debater, em nenhum momento, o que é o Verbo. Esse tipo de investigação recai sobre os que entendem a gramática como o *saber a língua*. O intuito foi o de entender quais os *sentidos são mobilizados pelas designações de Verbo nas gramáticas selecionadas, e como essas mobilizações refletem o papel do gramático brasileiro construída durante o processo de gramatização do português no Brasil*. Algumas pesquisas realizadas com gramáticas sob essa óptica, como Orlandi (2000), por exemplo, já evidenciaram que aspectos históricos, como a independência do Brasil, influenciaram diretamente no modo como os primeiros gramáticos entendiam a própria gramática. Esses resultados estimularam esta investigação, pois confirmam que aspectos de uma gramática sofrem influências das suas condições de produção.

A escolha da designação da classe gramatical Verbo se deu pelo fato de o seu conceito ter sido fundamental na constituição das metalinguagens tanto para as gramáticas tradicionais quanto para as teorias linguísticas. Uma breve passagem pela história do conhecimento da humanidade nos mostra que a designação de Verbo sempre foi importante para o desenvolvimento de construtos teóricos sobre a linguagem. Explica Carla de Deus (2002) que Aristóteles partiu da definição de Nome e a de Verbo para formular sua teoria sobre as proposições. Segundo de Deus, Aristóteles entende proposição como “uma expressão verbal, um discurso enunciativo. Reúne o nome e o verbo correspondendo a um pensamento, é necessariamente inerente ao ser verdadeiro ou falso” (2002, p. 26). A concepção de Verbo também foi bastante debatida durante a Idade Média, principalmente por Santo Tomás de Aquino nos debates sobre Lógica – conforme mostra Nascimento (1995) –, e por teóricos da gramática especulativa, para os quais o Verbo era peça fundamental na ligação entre o sujeito e seu predicado. Acrescenta, ainda, Ribeiro da Silva (1997) que essa noção foi também desenvolvida pela gramática de *Port*

Royal, com o advento da racionalidade para os estudos gramaticais, e por, Bopp, que aprofundou os princípios do comparativismo linguístico.

No desenvolvimento das ciências linguísticas contemporâneas, o papel da classe gramatical Verbo foi ainda maior. As teorias gerativistas o colocaram como centro das análises sintáticas, por meio da teoria dos Papéis Temáticos. Segundo essa teoria, explica Miotto, Lopes e Silva (2007), os verbos e outras classes gramaticais, como preposições – mas principalmente os verbos –, são responsáveis por estruturar as sentenças, isto é, por determinar quais são os elementos necessários para que uma frase possa ser reconhecida por um falante em uma determinada língua, sendo, assim, considerada gramatical. Abordagem semelhante é a tomada pela gramática das valências. Ela atribui ao Verbo, segundo Vilela (1986), papel fundamental para a composição de seus pressupostos teóricos, uma vez que também coloca como o responsável por determinar os demais elementos integrantes de uma sentença. O Verbo também é importante para as discussões presentes na linguística funcionalista. Ela reformulou a ideia de transitividade verbal, ao ligá-la à experiência pragmática da enunciação. Os aspectos do Verbo seriam, de acordo com Cunha, Oliveira e Martelotta (2003), um modo de compreender algumas influências das situações comunicativas na sentença. A designação de Verbo, portanto, sempre foi de fundamental importância para a constituição de saberes metalinguísticos no transcorrer da história do Ocidente.

Além dessa importância inerente ao Verbo e, por consequência, de sua designação na constituição dos saberes linguísticos, esta pesquisa se embasou em dois trabalhos que se desenvolveram a partir de objetivos semelhantes. O primeiro deles foi o realizado por Maria Auxiliadora Bezerra e Luiz Francisco Dias, publicado em um capítulo de livro intitulado *Gramática e Dicionário* (2006), e, posteriormente, em um artigo denominado *A Constituição do Fato Gramatical em Três Fases da Gramática Brasileira* (2008), redigido por Luiz Francisco Dias. Nesse artigo, o pesquisador investigou como gramáticos de diferentes épocas da história da gramatização brasileira abordaram a questão da colocação pronominal e do modo imperativo, assuntos que sempre foram bastante polêmicos nos intelectuais, por suscitarem debates, como o que ocorreu entre José de Alencar e Joaquim Nabuco. Ele elencou três grupos de gramáticas: o primeiro, composto por gramáticas do final do século XIX; o segundo grupo, por sua vez, composto por gramáticas publicadas em meados do século XX; e o terceiro grupo, finalmente,

composto por gramáticas redigidas na segunda metade do século XX. Com base na comparação entre os grupos, conclui Luiz Francisco Dias (2008) que o fato gramatical transforma-se do preceito à observação passando por uma fase expositiva. Conclusão semelhante a que ele mesmo e Maria Auxiliadora Bezerra (2006) chegaram em seu capítulo destinado à gramática e ao dicionário. Para ambos os pesquisadores, o pronome constitui três formas distintas de saber nas gramáticas brasileiras: “um saber avaliado, nas gramáticas tradicionais antigas, um saber legitimado, nas gramáticas tradicionais modernas, e um saber sustentado, nas gramáticas contemporâneas não tradicionais” (BEZERRA & DIAS, 2006, p. 26-7).

Já a segunda pesquisa que também inspirou esta dissertação foi a realizada por Priscila Brasil Gonçalves Lacerda. Em um artigo intitulado *Notas sobre a Constituição do saber Sintático em Gramáticas Brasileira*, publicado na revista *Estudos Linguísticos*, em 2010, a pesquisadora investigou o conceito de sentença e o de sujeito em gramáticas de diferentes etapas do processo de gramatização do português no Brasil (abarcando o final do século XIX e o transcorrer do XX), com o objetivo de “compreender como se configura o fato sintático e qual é a concepção de língua que subjaz aos compêndios gramaticais produzidos no Brasil” (LACERDA, 2010, p. 489). A pesquisadora pôde verificar que, embora cada gramática tivesse abordado a sentença de modo particular – ora focando seu uso, ora focando sua estrutura – todas elas possuíam em comum o signo da Sintaxe, isto é, a etiqueta da Sintaxe para lhe propiciar uma identidade científica. Já acerca das definições de sujeito, Lacerda constatou que há coincidências entre a concepção de sujeito, os parâmetros epistemológicos de cada gramática e as etapas do processo de gramatização do Português no Brasil. Segundo ela, “uma gramática com raízes científicas e propósitos descritivos, como a de Perini (1995), ancora as suas definições em filiações teóricas, no caso, o formalismo. Contudo, uma gramática que pretende ser um manual de bom uso, com propósitos normativos, como a de Rocha Lima (1983[1957]), ancora-se em uma tradição que, no caso, reproduz a definição de sujeito como ‘ser’” (LACERDA, 2010, p. 495).

Em vista desse nosso objetivo, dividiu-se a dissertação em três momentos. O primeiro expôs o processo de gramatização, segundo o entende Sylvain Auroux (2009). Foi necessária uma exposição detalhada acerca desse processo, pois ele foi o embasamento epistemológico de toda a pesquisa e, também, o ponto de origem das inquietações deste trabalho. O segundo capítulo foi

dedicado a essa exposição; o processo da gramatização foi definido junto de aspectos cruciais de seu desenvolvimento. Nesse capítulo, ainda, de forma breve, foram abordadas as primeiras gramáticas do Português, surgidas na Europa, por volta do século XV e XVI. O segundo momento desta pesquisa foi abordar como o processo de gramatização se desenrolou no Brasil. Assim como em grande parte dos países da Europa e da América, o Brasil passou (e ainda passa) por esse processo. Isso significa que ele tenha adquirido algumas características particulares no Brasil, tendo se desenvolvido de um modo diferente, por exemplo, do modo como se desenvolveu perto daqui, em outros países sul-americanos. A divisão feita por Guimarães (2004) foi utilizada para abordar a gramatização brasileira. No terceiro capítulo, os quatro períodos pelos quais a gramatização brasileira passou foram descritos. Também foram abordadas as obras e os acontecimentos emblemáticos em cada período, além dos fatos importantes relacionados à constituição da História das Ideias Linguísticas no Brasil, a fim de mostrar como a prática da HIL se estabeleceu no Brasil e quais são seus objetivos hoje.

Após ambos os momentos citados, a realização das análises constituíram o último procedimento desta dissertação. O primeiro passo das análises foi o de mapear as enunciações relacionadas à designação de Verbo presente nas gramáticas que compõem *corpus*. Primeiramente, cada gramática estudada foi apresentada, por meio da abordagem de sua autoria, de suas ideias defendidas e, principalmente, das suas condições de produção. Esse procedimento serviu como base para que a retirada dos enunciados designativos de Verbo fosse contextualizada. Depois, as análises foram feitas com base nos fundamentos da Análise de Discurso de linha francesa e com base em quatro perguntas: (i) como o sentido da designação de Verbo foi construída pelos primeiros gramáticos brasileiros. Isto é, quais movimentos discursivos evidenciam o caráter subjetivo da autoria de gramática no Brasil nas designações de Verbo coletadas; (ii) como esses primeiros enunciados compõem a memória que fundamenta os enunciados designativos de Verbo feitos pelas gramáticas posteriores; (iii) e como esses enunciados designativos da palavra Verbo posteriores às primeiras gramáticas brasileiras relacionam-se com o avanço da Linguística Institucional; (iv) quais as características dos enunciados designativos de Verbo presente nas últimas gramáticas publicadas para o Português Brasileiro. Essas perguntas nortearam a

realização das análises, mas não a restringiu, isto é, as análises ganharam corpo e adentraram por outros pontos não expostos *a priori*.

1.2 SOBRE A METODOLOGIA ADOTADA

Abarcar a gramática como um objeto imerso em suas relações com suas condições de produção, isto é, em suas relações com fatos, instituições e pessoas responsáveis por constituir a história requer metodologia acurada e uma visão aprofundada do objeto. Este trabalho seguiu os procedimentos de Guimarães (2004), por encontrar, em sua pesquisa sobre a *História da Semântica* no Brasil, fundamentos pertinentes à proposta descrita no tomo anterior. Ao deslocar a gramática do lugar comum de *saber a língua* para o lugar criado pela HIL de *saber sobre a língua*, a proposta deixa de ser uma simples historiografia para se transformar em um trabalho de História das Ideias Linguística, que trata, como já dito, da constituição de conhecimentos. Entende Guimarães que “a produção de uma história das Ideias deve acompanhar a formação de práticas de conhecimento, de conceitos de noções” (2004, p. 11). Por esse motivo, acrescenta Guimarães que é “fundamental a relação entre o domínio de saber do qual se quer fazer a história e as instituições em que este saber se constitui” (GUIMARÃES, 2004, p. 11). Todo saber é um produto histórico, o que significa, segundo Auroux, “que ele resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto” (2009, p. 14).

Destarte, Guimarães (2004) postula que fazer História das Ideias Linguística envolve três elementos: (i) as instituições responsáveis por constituir o saber linguístico; (ii) os acontecimentos que envolve as instituições e, por fim, (iii) as obras resultantes do conhecimento produzido. Cada elemento desses pode ser tomado como objeto específico de uma pesquisa nas histórias das ideias. O importante, contudo, é o modelo de trabalho a ser estabelecido. Segundo Guimarães “os instrumentos para a produção de uma história das instituições podem ser diferentes, dependendo de cada concepção de história ou de instituição que se adotar” (2004, p. 11). Isso significa que o objetivo da pesquisa requer ser definido de forma precisa – a partir das balizes estabelecidas por Auroux (2009) – para que haja um modelo de trabalho pertinente, capaz de interpretar de forma adequada o objeto escolhido, seja uma instituição, seja uma obra. Em *História da Semântica*, Guimarães (2004) pretende investigar a relação entre a instituição escolar e a

produção de conhecimento no Brasil, averiguando um grupo de obras responsáveis pelo estudo da significação no Brasil.

O objetivo deste trabalho não foi e nem poderia ter sido o mesmo que o de Guimarães (2004). Porém, a concepção do modo como se faz História das Ideias Linguísticas foi a mesma. Segundo esse pesquisador, “fazer História é compreender os acontecimentos humanos ao contá-los.” (GUIMARÃES, 2004, p. 12). Isso significa que não basta apenas o relato dos fatos ocorridos. É necessária a compreensão desses fatos, buscando compreender o que fez a diferença na constituição do presente, isto é, que acontecimentos históricos foram responsáveis pelo impacto presente. Os acontecimentos, quando tratados dessa forma, constituem temporalidades, ou seja, engendram uma temporalidade própria, que abarca presente, passado e projeções futuras. Para Guimarães (2004), essa concepção de acontecimento permite não só pensar nos aspectos relacionados à continuidade da história, mas também nos responsáveis pela descontinuidade, o que acaba permitindo uma visão peculiar dos embates existentes no presente e das projeções futuras oriundas dos acontecimentos. “Fazer história é, então, em certo sentido, constituir por um método próprio, uma temporalidade” (GUIMARÃES, 2004, p. 13). É função da história, dessa forma, compreender o que é que faz mudar, em vez de, apenas, redigir narrativas cronológicas, simples relatos de uma sucessão de acontecimentos.

É importante, contudo, não compreender de forma modular a relação entre instituições, acontecimentos e obras. Isso levaria a uma visão positivista da história, acarretando falsa visão de plenitude desses aspectos. É impossível dissociar os acontecimentos de suas instituições e, por consequência, as obras dos acontecimentos e das instituições. Segundo Guimarães, “uma metodologia modular, ou seja, que considerasse os três aspectos como objetos contíguos e correlacionáveis, poderia levar a dificuldades aparentemente insuplantáveis” (2004, p. 14). Dessa forma, é preciso compreender a relação entre instituições, acontecimentos e obras de uma forma dinâmica. Não se pode negligenciar a relação existente entre as condições históricas e as instituições, bem como as continuidades existentes dentro de cada saber colocado como objeto. “As condições históricas não são as instituições, mas têm com estas uma relação muito particular. Mas por outro lado, as práticas sociais se dão nas instituições específicas, mas são materialmente determinadas pelas condições históricas” (GUIMARÃES, 2004, p. 14). Essa ressalva

acarreta, portanto, a necessidade de um modelo teórico que apreenda o saber dentro dos pressupostos estabelecidos pela HIL por meio de Aurox (2009), que tome a interação desse saber dentro de um plano dinâmico, capaz de abarcar instituições, acontecimentos e obras e, que, por fim, não ceda à falácia de que haja, neste plano dinâmico, indivíduos conscientes de tudo isso e, por essa razão, seres ativos e responsáveis pelo saber.

É nesse ponto que a Análise de Discurso e sua teoria sobre sujeito apresentam-se indispensáveis. Segundo Orlandi (2007), a Análise de Discurso surgiu na década de 60, na França. Esse período foi marcado, entre outras inquietações, pela preocupação com a leitura. Vários intelectuais da época, como Foucault e Barthes, dedicavam-se a trabalhos relacionados à leitura, mais precisamente, ao que significava o ato de ler dentro das ciências humanas da época. Michel Pêcheux, pesquisador que “tem o mérito, historicamente reconhecido, de ser o fundador da AD [...]” (PETRI, 2006, p. 2) era um desses intelectuais. Sua preocupação recaía, especificamente, em como a leitura poderia interferir nas Ciências Sociais de seu tempo, principalmente quando praticada sob a égide da Análise de Conteúdo e do Psicologismo Social. Segundo Petri (2006), o Psicologismo social era uma prática a-histórica, que simulava situações de comunicação para manipular experimentos. Já a Análise de Conteúdo consistia em uma prática de interpretação restrita apenas ao conteúdo do texto, explica Petri (2006).

O fato de a Psicologia Social desconsiderar a história e a Análise de Conteúdo restringir-se apenas ao texto fez Pêcheux investir em uma disciplina que trouxesse para as práticas de leitura o historicismo necessário, a abordagem linguística pertinente e, também, uma visão inovadora acerca do sujeito. Era, pois, a Análise de Discurso. Michel Pêcheux reuniu pressupostos da linguística, do marxismo e da psicanálise para elaborar um novo método de leitura, que não fizesse parte de nenhum desses três campos do saber, mas operasse entre eles, pressupondo-os. Conforme resume Orlandi (2006), a linguística evidenciou que a língua não é transparente: ela possui uma materialidade e, por consequência, subjuga o sujeito que a utiliza. O marxismo evidenciou o mesmo para a história. Esta é material. Embora feita por homens, também os subjuga. E a psicanálise deixou claro que o sujeito, em vista dessas subjugações, é inconsciente, isto é, não se vê como um ser manipulado. Orlandi (2006) ainda ressalta, a respeito dessas três

áreas, que a Análise de Discurso, em seu rompimento, surgiu com métodos e objetos próprios, mesmo pressupondo teorias particulares dessas três áreas fomentadoras, tais quais: a teoria da ideologia, da sintaxe, da enunciação e do discurso.

O conceito particular de sujeito é constituído, então, dentro dessa nova perspectiva. Ao contrário do sujeito consciente de si e de seus gestos interpretativos, a Análise de Discurso propõe uma teoria sobre o sujeito que postula exatamente o contrário: o sujeito não tem consciência de si tampouco dos gestos interpretativos nos quais se encontra inserido. Explica Orlandi que os gestos interpretativos “aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero” (ORLANDI, 2006, p. 45-6). Ou seja: existe uma falsa impressão de totalidade, de transparência e de plenitude em relação à significação e aos gestos interpretativos. Essa falsa impressão – evidência – é consequência da ideologia. Ela trabalha exatamente para “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.” (ORLANDI, 2006, p. 46). Ao inserir o homem em suas condições materiais de existência, ela cria as posições em que os sujeitos podem se encontrar, fomentando a ideia de existem sujeitos plenos. É, pois, o processo de interpelação: a ideologia interpela o indivíduo como sujeito. O sujeito é, pois, resultado de dissimulações provocadas pela ideologia – dissimulações estas que são solapadas pela noção de que o sujeito é a origem do saber e, principalmente, consciente das significações e dos gestos de interpretações nos quais estão inseridos.

É pertinente notar que esse procedimento de constituição do sujeito é o ponto do qual nasce o Discurso. Segundo Orlandi, “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (2006, p. 46). Embora exista a noção de que os sujeitos sejam sempre plenos e transparentes e de que a significação assim também o seja – rasa e evidente –, há um processo histórico por trás de ambos. “Nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente” (ORLANDI, 2006, p. 48). Desse modo, pode-se dizer que o sujeito e os sentidos constituem-se na interação entre língua, história e ideologia. Ou, como prefere Orlandi, “essa inscrição dos efeitos linguístico-matérias na história é que é a discursividade” (ORLANDI, 2006, p.

47). Uma pessoa quando levada a interpretar algo negligencia esse fato, pois, caso contrário, não atribuiriam sentidos aos objetos simbólicos, ou seja, não confiariam no sentido daquilo que significa. No entanto, os gestos interpretativos podem ser capazes de buscar desvendar essa relação entre língua, sujeito e história. “É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos” (ORLANDI, 2006, p. 47). E o desmanche dessa relação é fundamental para Análise de Discurso, pois é o que garante acesso ao discurso.

O objeto da Análise de Discurso, portanto, é o discurso. O discurso consiste em um objeto complexo, que é “mais do que transmissão de informação (mensagem), é efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2006, p. 14). O discurso, dessa forma, não pode ser enquadrado em um simples esquema de comunicação, no qual um locutor transmite uma mensagem ao receptor por meio de um código comum. Não existe essa relação linear. O discurso pressupõe efeitos de sentido entre os interlocutores, os quais, ao mesmo tempo são agentes e pacientes desses efeitos. Nas palavras de Eni Orlandi, os efeitos de sentido são resultados “da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro de certas circunstâncias dadas” (2006, p. 15). Isso significa que os efeitos de sentido são consequência de sujeitos historicamente constituídos, afetados ora por suas memórias, ora pelas chamadas condições de produção. As condições de produção são constituídas por dois aspectos: a situação enunciativa em que ele é produzido (o aqui e agora da enunciação) e a situação histórico-social em que se encontra essa situação enunciativa. Para Orlandi, “não podemos dissociar um de outro, ou seja, em toda situação de linguagem esses contextos funcionam conjuntamente” (2006”, p. 15). Além desses dois contextos, fazem parte das condições de produção as imagens que constituem os sujeitos simbólicos que compõe cada enunciação.

É por esses motivos que a História das Ideias Linguísticas no Brasil sempre flertou com essa disciplina. Esclarece Eni Orlandi (2001) que, como os objetos são materializados em textos, exigem práticas de leituras específicas, as quais são otimizadas pela Análise de Discurso de linha francesa. Para a pesquisadora, a Análise de Discurso fornece métodos de leitura “que trabalha de maneira característica a construção de arquivos, ou seja, a leitura da história, sua interpretação” (ORLANDI, 2001, p. 07). Ela possibilita, em outras palavras, que os objetos sejam compreendidos por meio de suas relações com outros objetos e, principalmente, por meio de suas relações com o momento sócio-histórico em que

aparecem. Isso permite a História das Ideias Linguísticas uma visão holística da existência material desse saber. Além disso, esclarece Nunes (2008), tanto a Análise de Discurso quanto a História dos Conhecimentos Linguísticos possuem uma visão historiográfica de seus objetos. Nas palavras de José Horta Nunes, “um dos pontos de contato dessa articulação entre a AD [Análise de Discurso] e a HIL [História das Ideias Linguísticas] reside em uma visão histórica da ciência e, particularmente, do que chamamos as ‘ciências da linguagem’” (2008, p. 110). Não existe possibilidade, para ambas as áreas, de haver a idealização do objeto, tampouco a perspectiva de concebê-lo alheio ao ponto histórico de existência. José Horta Nunes (2008) ainda esclarece que muitos objetos de estudo são negligenciados pelas práticas convencionais. O caso das gramáticas é um deles. Muito se tem dedicado ao estudo de seu conteúdo, isto é, do objeto ao qual elas se debruçam, mas pouco tem sido feito em relação à gramática como objeto de estudo em si.

1.3 SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

As pesquisas realizadas por Bezerra e Dias descritas acima – *Gramática e Dicionário* (2006) e *A Constituição do Fato Gramatical em Três Fases da Gramática Brasileira* (2008) -, além de terem inspirado os questionamentos deste trabalho, também foram essenciais para a construção do *corpus* de análise. Em *Gramática e Dicionário* (2006), Maria Auxiliadora Bezerra e Luiz Francisco Dias separam três grupos de gramáticas, delimitados historicamente, para investigar a questão, explanada brevemente acima, do emprego do pronome pessoal oblíquo. A existência de três grupos não é resultado de mera escolha analítica dos pesquisadores. Foram elencados dessa forma para que ambos pudessem observar “como as gramáticas brasileiras constituem um saber sobre a língua portuguesa em três períodos diferentes [...]” (BEZERRA & DIAS, 2006, p. 19). Os três grupos, portanto, foram elencados a partir da hipótese (posteriormente constatada) de que poderia haver diferenças entre a maneira como gramáticos de diferentes épocas concebem o modo de colocação pronominal. O primeiro grupo abarca as produções gramaticais do final do século XIX; o segundo grupo, as de meados do século XX, e o terceiro, por fim, engloba as produções gramaticais lançadas no final do século XX, início do século XXI.

Auxiliadora Bezerra e Luiz Francisco Dias (2006), graças ao seu recorte, não abordaram em seu trabalho todas as produções existentes nesses períodos delimitados. Foram escolhidas algumas obras para representá-los, segundo alguns critérios. O primeiro grupo – o que tomou período referente ao final do século XIX – era representado por três obras: a gramática de Júlio Ribeiro (1881), a gramática de João Ribeiro (1889) e a gramática de Maximino Maciel (1910). Segundo os pesquisadores, “a escolha dessas três obras para análise se deve à frequência com são citadas nos estudos gramaticais posteriores” (BEZERRA & DIAS, 2006, p. 19). O segundo grupo, por conseguinte, que abarcou as produções de meados do século XX, era composto por obras que foram “tomadas como base no ensino de língua portuguesa nas escolas brasileiras no decorrer das quatro últimas décadas do século XX.” (BEZERRA & DIAS, 2006, p. 19). No caso, as gramáticas de Rocha Lima (2003), Celso Cunha (1977) e Evanildo Bechara (1980). Já as gramáticas de Maria Helena de Moura Neves (2000), e Mario Perini (1995) compuseram o último grupo – que representava as publicações do final do século XX e do início do XXI. Essas gramáticas foram selecionadas porque ambas foram confeccionadas por linguistas e, principalmente, “por estarem fundamentadas em modelos teóricos específicos da linguística no século XX: a primeira num modelo forma e a segunda num modelo funcional” (BEZERRA & DIAS, 2006, p. 19).

O recorte das obras gramaticais para as análises desta dissertação seguiu as balizes da pesquisa de Bezerra e Dias (2006). Também se compôs três grupos, seguindo o modelo de Bezerra e Dias. O primeiro grupo foi constituído pelas gramáticas de Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1887) e Maximino Maciel (1894). Como afirmaram Bezerra e Dias (2006), essas obras são obras referenciais para os estudos gramaticais no Brasil. O segundo grupo, por sua vez, foi composto por Rocha Lima (1957), Evanildo Bechara (1961) e Celso Cunha (1970). Essas três obras possuem a mesma importância citada: ambas foram base para o ensino da língua portuguesa, no Brasil, por muitos anos no século XX. E, por fim, o último grupo, constituído de duas gramáticas emblemáticas para a relação entre os construtos teóricos da Linguística e da Gramática, foi constituído pela obra de Mário Perini (1995) e Moura Neves (2000). Acrescentou-se, ainda, a esse último grupo, outra gramática: a *Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba de Castilho (2010). Isso foi necessário pelo fato de essa gramática ser ela uma obra recente, recém

publicada, também caudatária dos estudos linguísticos. Mesmo não aparecendo nos estudos de Bezerra e Dias (2006), este trabalho não poderia deixar de incluí-la.

Temos, portanto, as seguintes obras em nosso *corpus* de análise:

Tabela 1 - Divisão do Corpus

	Autor	Ano	Gramática
Grupo I	Júlio Ribeiro	1881	<i>GrammaticaPortugueza</i>
	João Ribeiro	1887	<i>GrammáticaPortuguesa Exame de Português 3º Ano</i>
	Maximino Maciel	1894	<i>Lições Elementares de Língua portuguesa Professadas no Colégio Militar</i>
Grupo II	Rocha Lima	1957	<i>Gramática Normativa da Língua Portuguesa</i>
	Evanildo Bechara	1961	<i>Moderna Gramática Portuguesa</i>
	Celso Cunha	1970	<i>Gramática do Português Contemporâneo</i>
Grupo III	Mário Perini	1995	<i>Gramática do Português Brasileiro</i>
	Moura Neves	2000	<i>Gramática de Usos do Português</i>
	Ataliba de Castilho	2010	<i>Nova Gramática do Português Brasileiro</i>

A pesquisa realizada por Bezerra e Dias (2006) observou os capítulos relacionados ao pronome para retirarem os enunciados com os quais trabalharam. A esta pesquisa, contudo, interessa somente os enunciados designativos de Verbo. Entende-se como enunciado designativo de Verbo toda formulação feita pelos gramáticos, com o objetivo de designar o que é a classe Verbo ou o que é a palavra Verbo, em relação às demais, como o substantivo ou o adjetivo. Isso significa que serão recortados, para análise, somente enunciados que possam responder a pergunta: *o que é Verbo?* Descarta-se, assim, toda sorte de enunciados que visem à descrição da classe Verbo, isto é, que discorram sobre seu

funcionamento morfológico, sintático ou semântico, pois se acredita em que esses enunciados sejam suficientes para o cumprimento dos objetivos apresentados acima. Esse recorte ainda é necessário devido às proporções que análises feitas com enunciados retirados de todo o capítulo poderiam chegar. Focando apenas esses enunciados, tem-se uma quantidade palpável de material linguístico que podem ser analisados sob a ótica discursiva sem maiores problemas. Além disso, é a designação da classe gramatical Verbo que vem sendo colocada como ponto de inflexão para o desenvolvimento de metalinguagens ou teorias linguísticas, isto é, que vem servindo de base para outros construtos teóricos que tomem a classe Verbo como pilar fundamental.

É importante salientar que as designações de Verbo serão tomadas apenas dentre aquelas que atenderem a seguinte estruturação. A palavra *Verbo* (ou expressão sinônima) deverá aparecer como sujeito ativo de um predicado que traga sua designação. Ou seja, a fim de se apurar o recorte metodológico, considerou-se designação de Verbo todo enunciado que responda à questão *o que é Verbo?* e que se enquadre na estrutura sugerida gramatical detalhada acima. Essa iniciativa se deu com base, mais uma vez, em Guimarães (2004). Ele, ao estabelecer seus recortes e métodos para observar “o funcionamento enunciativo que dispõe nestas obras os conceitos, noções e descrições do sentido” (GUIMARÃES, 2004, p. 17), toma como base alguns fenômenos enunciativos como pontos para análise. Esses fenômenos – a reescrituração e a articulação que consistem, respectivamente, no “processo pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito” e nas “relações próprias de contiguidades locais” (GUIMARÃES, 2004, p. 18) – são colocados como balizas para as análises. Por fim, vale ainda ressaltar que as obras arroladas acima foram tomadas segundo os procedimentos apontados por Guimarães (2004). Para ele, é preciso entender as obras propostas para análises como elementos que possuam relação com exterioridade que as constitui, sem, contudo, ver isso como uma forma contígua. A abordagem não pode ter um caráter modular, a ponto de compreender as obras como consequências de um contexto amplo. “A produção de uma compreensão histórica das ideias de uma obra produz também elementos para uma história das instituições como parte dela” (2004, p. 16). Outro ponto que vale a pena mencionar, ainda sobre a análise dos elementos internos das obras selecionadas, é o modo como foram compreendidas as designações de Verbo. Isso significa que a pesquisa considerou os trabalhos como

“produções de sujeitos constituídos ideologicamente em condições históricas específicas, a produção de conhecimento é uma prática histórica, materialmente determinada” (2004, p. 16).

1.4 SOBRE AS JUSTIFICATIVAS

O estudo proposto enquadrou-se em uma prática de pesquisas que, há mais de trinta anos, é promissora nas universidades brasileiras. Segundo Baldini (2005), Eni Orlandi, pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas, deu início e coordenou, em 1988, as reflexões que buscavam relacionar a constituição da língua nacional, isto é, a construção da noção de uma língua responsável por representar o Brasil recém emancipado, com a construção dos saberes metalinguísticos. O projeto, que ganhou o nome de *História das Ideias Linguísticas: construção de um saber metalinguístico e a constituição da língua nacional* objetivava, portanto, tematizar “a História dos Estudos de Linguagem no Brasil sobre dois eixos, principalmente: a correção entre produção de um conhecimento sobre a língua e o problema da língua nacional” (BALDINI, 2005, p. 56). Explica Baldini (2005) que o objetivo dos pesquisadores, agora, é o de averiguar o processo de produção de conhecimento, tomando-o como uma prática que deixa e deixou marcas na história da humanidade. É, pois, uma forma de aprofundar os resultados obtidos na primeira fase, acrescentando preocupações com aspectos políticos e éticos que atravessam a constituição de saberes sobre a língua. Questões como as da colonização linguística são discutidas também nessa etapa.

Embora muitas tenham sido as publicações desses mais de trinta anos de produção acadêmica, alguns trabalhos merecem ser arrolados, pois se tornaram pilares para as demais pesquisas. De acordo com Baldini (2005), as pesquisas realizadas por Horta Nunes (1996) sobre os primeiros dicionários constituídos no Brasil e as pesquisas realizadas por Guimarães (1996a, 1996b, 1997), dedicadas a uma periodização dos momentos históricos por que a constituição do saber metalinguístico passou no Brasil são trabalhos fundamentais para o desenvolvimento dos projetos de História das Ideias Linguísticas. Ao lado dessas referências, ainda lista Baldini (2005) as discussões propostas por Dias (1996) sobre a denominação do idioma nacional nas décadas de 30 e 40 e as propostas colocadas por Eni Orlandi (1996, 1997, 1998a, 1998b), que debateu a

questão da autoria, sob as luz da Análise de Discurso de Linha francesa – área na qual é, também, proeminente. As revistas científicas *Os Relatos e Línguas e Instrumentos Linguísticos*, as quais se encontram, até a época, respectivamente, em seu sexto e em vigésimo sexto número, também expuseram muitos resultados, resenhas e debates sobre essa questão abarcada pelo projeto – incluindo uma das pesquisas que serviu de base, feita por Dias (2008), que se encontra no vigésimo número. Já dentre os livros, é preciso destacar-se o mais emblemático de todos para o projeto: *História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional* é uma organização de Eni Orlandi publicada em 2000 com capítulos redigidos por grandes nomes da área, a fim de apresentar resultados de suas reflexões e resultados de suas pesquisas.

Ainda pode-se dizer que este projeto toma suas publicações e seus resultados como bússola, tanto no que diz respeito aos aspectos metodológicos, como já explicitamos, quanto nas preocupações mais amplas e pretende contribuir à reflexão desenvolvida no projeto *História das Ideias Linguísticas*, mesmo que timidamente. Embora se saiba que as análises sejam pequenos empreendimentos, tem-se a consciência de que elas possam ajudar a compreender a constituição dos saberes sobre a língua no Brasil, pelo menos no que diz respeito às designações de Verbo nas gramáticas acima selecionadas. Como o projeto busca, agora, investigar o processo de constituição do conhecimento metalinguístico e suas consequências, esta pesquisa pode lançar algumas luzes pertinentes à reflexão, pois, ao investigar as designações de verbo tomando um espaço temporal maior que um século, a noção de processo ganha fôlego. Em contrapartida, esta pesquisa encontra-se entre as pesquisas relacionadas à *História das Ideias Linguísticas* na Universidade Estadual de Londrina (UEL), que, sob a coordenação de Mariângela Joanilho, dá seus primeiros passos na universidade norte paranaense, buscando sua consolidação como área de pesquisa e sua identidade como projeto, a fim de acrescentar mais resultados às discussões feitas na UNICAMP e em demais universidades do país.

Além disso, não se pode deixar de citar que o trabalho aqui desenvolvido tem como objetivo contribuir com os estudos do processo da gramatização, segundo o entende Sylvain Auroux (2009). A gramatização é um processo que está em constante transformação e, assim sendo, requer que os pesquisadores que se dedicam a eles estejam, constantemente, imbuídos em

desvendar e compreender seus fatos. A gramatização brasileira do português é um processo que ainda possui muitos pontos obscuros merecedores de investigação. Embora este trabalho não lance luz a todos esses pontos, será um foco de luz a mais sobre esses problemas. A Análise de Discurso tem sido uma ferramenta bastante útil para a investigação de como as ideias linguísticas se desenvolveram no Brasil. Ao mesmo tempo em que é uma disciplina bastante cultivada nos departamentos de linguística das universidades brasileiras, tendo, assim, um desenvolvimento profícuo no país, a Análise de Discurso fornece um parâmetro interpretativo para a História das Ideias Linguística, ramo do saber que muito depende da interpretação, como explicamos acima. A Análise de Discurso fornece subsídios para que o método pelo qual se guia a História das Ideias Linguísticas – de acordo com o que defende Auroux (2009) – não caia na falsa impressão de que a linguagem, quando constitui o objeto – seja, de fato, transparente, significando exatamente o que parece significar.

2 SOBRE O PROCESSO DA GRAMATIZAÇÃO

A pesquisa desenvolvida fundamenta-se nos estudos da gramatização dos vernáculos, isto é, no estudo do processo que deu origem às gramáticas e aos dicionários. Esse processo não consiste, apenas, em um momento histórico determinado, no qual a produção gramatical mundial tenha se intensificado. É, pois, algo demasiadamente complexo em vista desse pensamento, uma vez que engloba não apenas o surgimento de um livro ou de listas lexicais, mas – e principalmente – o desenvolvimento de uma metalinguagem hoje bastante difundida. Ele consiste em um recorte na progressão do pensamento linguístico até então desenvolvido pela humanidade: o fenômeno da gramatização marca o aparecimento de gramáticas como instrumentos de pedagogia linguística, desatrelando-a da finalidade especulativa e descritiva que até então possuíam. Por esse motivo, neste capítulo foi explanado o modo como ocorreu o processo – como ele se deu e quais foram suas motivações e implicações para a história social. Também se abordou o fenômeno ocorrido nos séculos XV e XVI que dividiu épocas no processo de gramatização dos vernáculos. A pretensão não foi esgotar o assunto, já que não seria impossível fazê-lo somente em um capítulo. O objetivo, aqui, consistiu em constituir pilares fortes para o desenvolvimento do nosso trabalho acerca da designação de Verbo descrito no capítulo anterior.

2.1 SOBRE O CONCEITO DE GRAMATIZAÇÃO

A Gramatização, grosso modo, é o processo pelo qual uma língua adquire seus instrumentos linguísticos – gramáticas e dicionários. Consiste, pois, na descrição estrutural, ao se imaginar as gramáticas, e no levantamento lexicográfico, ao se imaginar os dicionários, de uma determinada língua. Essa afirmação possibilita entender que o fenômeno da gramatização seja o processo pelo qual uma língua se torna objeto de estudo e que as gramáticas e os dicionários sejam consequências desses estudos. Essa visão, contudo, não pode ser tomada como verdadeira, pois, como contrapõe Auroux, “jamais observamos uma tradição linguística espontânea nascer a partir do *domínio das línguas*.” (2009, p. 26), Isso significa, em outras palavras, que jamais uma tradição linguística, como a tradição gramatical, por exemplo, nasceu da necessidade de se dominar uma língua,

conhecendo-a profundamente em sua estrutura e em seu léxico. Embora isso tenha, de fato, ocorrido e dado origem a alguns estudos sobre a linguagem e a algumas gramáticas na antiguidade e na Idade Média não se pode reconhecer tais empreendimentos como uma tradição linguística, quando comparados ao que ocorreu durante o processo da Gramatização, cujos interesses sempre foram de outra ordem. É necessário se entender que essa descrição estrutural e esse levantamento lexicográfico devem ser tomados como consequência e não como o fenômeno por si mesmo..

O que se deve entender, portanto, como fenômeno da Gramatização é um longo processo, ou como melhor detalha Aurox, “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.” (2009, p. 65). Deve-se considerar o processo da Gramatização como um conjunto global e multifacetado de aspectos que levaram línguas a serem instrumentalizadas a partir da elaboração de gramáticas e dicionários peculiares a elas. Embora esse processo tenha se iniciado ainda na antiguidade e, até hoje, desenvolva-se, é importante se entender que, mesmo sendo um processo iniciado com o surgimento da escrita há mais de dois mil anos, a Gramatização obteve seu auge durante o Renascimento. Somente nesse período histórico todas as condições foram reunidas para desencadear a Gramatização em massa dos vernáculos. Além disso, ressalta Aurox (2009), que não se pode pensar o processo de gramatização sem a escrita e a alfabetização. Seria impossível a ocorrência do processo de confecção de gramáticas e dicionários sem que antes as línguas fossem transliteradas, possuindo sua forma escrita, e que fossem dominadas nessa forma.

Os pilares da gramatização são as gramáticas e os dicionários. Por gramática de uma língua L deve-se entender, segundo Aurox (2009), um conjunto de categorizações, regras e exemplos, ou seja, algo semelhante ao “que fez Panini para o sânscrito; Dionísio de Trácia e Apolônio, para o grego; Varão, Donato e Prisciano, para o latim, e Sibawayhi e seus sucessores, para o árabe” (AUROXU, 2009, p. 66). As categorizações são formadas por meio de paradigmas, isto é, por meio de modelos que formavam uma espécie de *corpus*. Para Aurox (2009), tais paradigmas têm a função pedagógica e não faziam parte das gramáticas greco-latinas. Eles apareceram de forma inédita com a civilização bizantina e depois foram incorporados pelas gramáticas ocidentais. Por meio do contraste, tais paradigmas

possibilitavam a comparação entre as línguas – geralmente o latim – a fim de facilitar a compreensão e o aprendizado de uma língua qualquer por um estrangeiro. Esses paradigmas, comenta Auroux (2009), podem funcionar como uma gramática, pois, além de serem um conjunto de exemplos, apresentam um conjunto de regras: “os paradigmas são rigorosamente equivalentes a um conjunto de regras e podem por si só ter a função de gramática” (2009, p. 67).

As categorizações pressupõem, ainda, uma teorização e uma espécie de recorte que também é uma forma de teorização. Recortar a língua pressupõe um construto teórico que, muitas vezes, são, aponta Auroux (2009), as partes do discurso. Outros elementos como enunciados e palavras também são utilizados, no entanto, eles não são tão profícuos como o conjunto teórico elaborado ainda na antiguidade, responsável por classificar cada parte de uma proposição. Segundo Auroux, “a fragmentação já é uma representação teórica da língua [...] e, claro, não é independente da categorização.” (2009, p. 68). São os exemplos, contudo que consistem em “um elemento decisivo para a gramatização.” (AUROUX, 2009, p. 67). Eles são a evidência da língua normatizada, quando extraídos de obras literárias e, quando inventado, eles correspondem uma realidade linguística. Isso significa que a normatização da língua é dada por meio dos exemplos por meio de dois movimentos. O primeiro é a seleção, isto é, a escolha daquilo que pode representar a língua normatizada em detrimento daquilo que não pode. Já o segundo é a construção daquilo que, idealmente, deve representar a língua normatizada.

Os dicionários, por sua vez, diferentes das gramáticas, utilizadas para engendrar e fragmentar enunciados com base em categorizações, regras e exemplos, “fornece os *itens* que se trata de arranjar / interpretar segundo esse procedimento” (AUROUX, 2009, p. 72). Em outras palavras, enquanto a gramática tem como finalidade fornecer moldes de composição e fragmentação de um enunciado, os dicionários fornecem o que será colocado nesses moldes, isto é, as palavras. Auroux (2009) afirma que os dicionários apareceram depois do surgimento da imprensa e do fenômeno da gramatização dos vernáculos. O aparecimento desses dicionários modernos, contudo, é controverso. Embora listas, feitas com o fim de pontuarem vocabulários de uma determinada área ou vocabulários de difícil acesso sejam tidos como pontos de origem, são os glossários monolíngues e bilíngues que fomentarão, de fato, o aparecimento do dicionário: “é possível fazer

remontar a origem do dicionário monolíngüe moderno aos instrumentos mais propriamente linguísticos que são os glossários...” (AUROUX, 2009, p. 74). Além disso, a princípio, os dicionários foram confundidos com as primeiras listagens de palavras, isto é, com as primeiras enciclopédias, muitas vezes fora publicadas com conteúdos gramaticais. Os dicionários surgiram com estrutura simplificada. Somente com o tempo é que adquirem elementos mais “complexos (marcação gramatical, codificação das formas de definição, pronúncia, sinônimos, homônimos, antônimos, marcação de domínio semântico etc.), seguindo, quanto a isso, o destino de todos os objetos técnicos” (AUROUX, 2009, p. 75).

Assim, uma língua é considerada gramatizada, portanto, apenas quando puder ser aprendida por meio da gramática e do dicionário, considerados instrumentos linguísticos. Por essa razão, os instrumentos linguísticos são como outro tipo de instrumento qualquer. São, pois, responsáveis por alterar o meio em que estão inseridos. Conforme aponta Auroux, “do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor” (2009, p. 70). Ou seja, por maior que seja a habilidade linguística de um determinado locutor, é improvável que ele tenha habilidade suficiente para alcançar o conjunto de regras e usos propostos por uma gramática. O mesmo ocorre com o dicionário: “qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngües que serão produzidos a partir do final do Renascimento. (AUROUX, 2009, p. 70). É devido a esse fato que as línguas instrumentalizadas possuem caráter perpétuo em vista daquelas que não são. A gramatização não apenas altera a competência de um determinado locutor, como uma ferramenta altera a habilidade de um determinado profissional, mas altera a própria ecologia da comunicação humana: “a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade.” (AUROUX, 2009, p. 71).

Deve-se ressaltar, ainda, o fato de que a gramatização é também a responsável pela concepção de língua como uma instituição homogênea. Embora muito se tenha criticado sobre a insistência dos primeiros gramáticos em priorizar a elaboração de regras, em vez de descrever a língua em suas regularidades, ressalta Auroux (2009), que o contexto no qual estavam inseridos não deixava outra saída

para esses gramáticos. Em oposição ao latim, que era uma língua estável, os vernáculos, língua com as quais trabalhavam os gramáticos precoces, eram extremamente heterogêneos, visto que não havia nada, até então, para nortear seu uso. Os primeiros gramáticos, pautando-se no “bom uso”, buscaram meios de homogeneizá-los, solapando suas variações. A gramatização constituiu “*espaços/tempos de comunicação* cujas dimensões e homogeneidade são incomparáveis ao que pode existir em uma sociedade oral, isto é, numa sociedade sem gramática.” (AUROUX, 2009, p. 71).

Esse *espaço/tempo* propiciado pela gramatização é essencial para a compreensão do que vem a ser, realmente, a linguagem e quais os efeitos da gramatização sobre ela. Segundo Auroux, em *A Hiperlíngua e a Externalidade da Referência*, (1997), é comum entre alguns filósofos a postulação de uma existência metafísica para linguagem. Haveria, para eles, em se tratando de linguagem, um Ente que existe independentemente de sua manifestação empírica. Isso, contudo, não é verdadeiro. Tudo que, de fato há, no mundo, pode se delimitado em determinado *espaço/tempo*. Conforme Auroux, “não temos necessidades de supor que a composição última do universo (segundo a expressão de Russel) seja formada de outras entidades que não as entendidas elementares cuja existência a teoria física nos leva a supor...” (AUROUX, 1997, p. 242). Isso significa se conceber os elementos do mundo e, conseqüentemente a linguagem, segundo uma concepção materialista, isto é, segundo uma concepção que ignore qualquer possibilidade de existência ontológica fora de um determinado *espaço/tempo*.

Dessa forma, a linguagem existe somente em sua forma empírica, o que, *a priori*, aparenta ser reducionista, mas não o é. “Ela existe nas manifestações sonoras ou escritas sem se reduzir a elas, porque a característica de um enunciado linguístico é justamente a de não ser simplesmente uma vibração do ar de um ambiente” (AUROUX, 1997, p. 243). A linguagem mobiliza “frações de espaço-tempo, sujeitos, dotados de determinadas capacidades linguísticas ou ainda dotados de ‘gramáticas’ (não necessariamente idênticas), envoltos por um mundo e por artefatos técnicos...” (AUROUX, 1997, p. 243). A linguagem existe, pois, em uma *hiperlíngua*, isto é, em uma determinada estrutura que se localiza em um determinado espaço e em um determinado tempo. Desse modo, os instrumentos linguísticos, em um movimento de mão dupla, compõem e retratam uma *hiperlíngua*, conferido-a dinamicidade por um lado, em vista de sua interferência (como fizeram

as primeiras gramáticas); e estabilidade, por outro, em decorrência de seus recortes e de suas escolhas. A gramática “contém – conforme Aurox – um conjunto de hipóteses sobre a estrutura de uma determinada hiperlíngua” (1997, p. 243). E o mesmo pode-se dizer sobre o dicionário, fato que confere, então, aos instrumentos linguísticos, fator preponderante para o retrato de uma *hiperlíngua*.

Toda língua se inicia no processo de gramatização “com o aparecimento de o primeiro saber metalinguístico de uma língua dada...” (AUROUX, 2009, p. 75). O estopim da gramatização são os momentos em quem uma língua x passa a ser tomada como objeto de estudo, de modo que esses estudos venham a culminar na produção de instrumentos linguísticos. Esse processo possui temporalidade indefinida, contudo, isso não é importante, pois o importante é entender como a língua sofreu esse processo. Todo processo de gramatização pressupõe uma transferência saberes e técnicas. Segundo Aurox (2009), sempre há a transferências tecnológicas de uma língua para outra, as quais estão inseridas em processos de transferências culturais muito maiores. O que difere de uma língua para outra, no entanto, é a situação dos sujeitos que desencadeiam o processo de gramatização. Para Aurox (2009), há uma diferença importante quando observado o fato de os sujeitos serem, ou não, locutores nativos da língua gramatizada. Segundo o Aurox, “falaremos respectivamente de *endotransferência* e de *exotransferência*. Linguisticamente temos igualmente ou uma *endogramatização* ou uma *exogramatização*” (2009, p. 76). A *endotransferência* e a *endogramatização* consistem no movimento em que a transferência de tecnologia é feita por sujeitos inseridos na língua gramatizada. Já a *exotransferência* e a *exogramatização*, no movimento em que a transferência de tecnologia é feito por sujeitos exteriores à língua gramatizada, geralmente, não falantes. Os empreendimentos dos missionários, que gramatizaram línguas indígenas, são exemplos de exogramatização, enquanto os empreendimentos feitos pelos primeiros gramáticos latinos, que adaptaram as gramáticas gregas, de endogramatização.

A *exogramatização* e a *endogramatização* pressupõem procedimentos distintos. A *endogramatização* teve seu aporte na gramática latina. Foi, pois, por meio dos pressupostos teóricos da língua latina que os primeiros gramáticos dos vernáculos europeus puderam confeccionar suas gramáticas. As línguas maternas já eram conhecidas pelos seus gramáticos e precisavam de algo que pudessem a tornar um objeto. A gramática latina cumpriu esse papel. Conforme

explica Auroux, “... o vernáculo é transparente a si mesmo. Ora, se ele se opacifica e torna-se verdadeiramente objeto é devido ao seu contato com o latim” (2009, p. 78). O Latim, portanto, acabou sendo um importante elemento para a *endogramatização*. Sem ele, a gramatização não teria ocorrido com tal intensidade como ocorreu: “a gramática latina (inferiorizada desde a infância) permitirá aos primeiros gramáticos dos vernáculos europeus ver os fenômenos de sua própria língua...” (AUROUX, 2009, p. 78). A confecção de gramáticas vernáculas, sem a ajuda do latim, ocorreu somente depois de muito tempo, quando a tradição gramatical já havia, de fato, se consolidado. Entende Auroux (2009) que a gramática latina foi deixada de lado no momento em que os vernáculos tinham um considerável acúmulo de conhecimento gramatical e literário para substituí-la.

O processo de *exogramatização*, por sua vez, é mais complexo. O sujeito que o desencadeia não tem conhecimento sobre a língua a ser gramatizada e, por isso, precisa de outros métodos para realizar esse procedimento. Afirmo Auroux que “o conhecimento epilinguístico faz e é preciso necessariamente construir técnicas de observação” (2009, p. 79). Essas técnicas são abrangentes: englobam desde trabalho de campo à redação de pequenos diálogos para serem feitos com falantes nativos. E, mesmo com essa variedade de técnicas, muitas vezes chegam a conclusões equivocadas. A língua latina também foi utilizada como base teórica para a *exogramatização*, fator que suscitou várias críticas posteriores, devida à uniformização teórica, a qual era, muitas vezes, inadequada às línguas exóticas gramatizadas. Ao contrário dos vernáculos europeus, os quais muitos eram originários da língua latina, as línguas que sofreram processo de *exogramatização* não se assemelhavam em nada com o latim. Auroux (2009), entretanto, discorda veementemente dessas críticas. Para ele, embora os gramáticos tenham usado o quadro teórico latino, dedicaram-se a respeitar as diferenças das línguas gramatizadas.

Segundo Auroux (2009), todas as línguas que foram *exogramatizadas* passaram por procedimentos semelhantes. No princípio, os sujeitos que se alfabetizaram na língua desconhecida por meio de elementos fornecidos por sua língua materna ou por outra língua, no caso, o latim. Depois, passaram a citar expressões, palavras e excertos dessa língua desconhecida em seus relatos de viagem, tecendo espécies de comentários sobre essas citações. Em um momento mais evoluído, os sujeitos passaram a fazer glosas de um suposto

texto de sua língua ou da língua latina, utilizando palavras e expressões da língua a ser gramatizada. Esse o procedimento que gera um conhecimento mais profundo da língua que está sendo gramatizada. Conforme ilustra Auroux (2009), depois desse procedimento de realizar simples glosas, os gramáticos já conseguiam fazer traduções: primeiro, de um texto completo, redigido em sua língua materna ou em latim, para a língua em processo de gramatização; depois, de gramáticas completas, dando origem, assim, aos primeiros esboços de gramáticas, mesmo que precárias, da língua gramatizada. Essas traduções precederam as primeiras gramáticas da língua em processo de gramatização, feitas por meio de adaptação de uma gramática conhecida – geralmente as latinas – ou por meio da utilização de elementos fornecidos pelas gramáticas gerais. Após o surgimento dessas gramáticas, as listas de vocábulos bilíngues ou multilíngues (que focavam um determinado contexto de uso) apareceram, abrindo caminho para os dicionários bilíngues e, posteriormente, em algumas línguas, os dicionários monolíngues.

Seja por meio do processo de exogramatização, seja por meio do processo de endogramatização, essa revolução científica no campo da linguagem alterou muita coisa nos contextos que presenciaram sua ocorrência. Além de alterar a ecologia da comunicação humana e seu espaço tempo, a gramatização foi responsável por outras duas consequências, segundo Auroux (2009). A primeira delas concerne à etimologia. Antes de os vernáculos encontrarem-se gramatizados, ou seja, antes de estudos verdadeiros serem realizados acerca dos vernáculos, pensava-se que a origem das palavras estava relacionada a apenas uma língua. O que era feito resumia-se na busca de origens para uma determinada palavra apenas observando a língua latina. Já a segunda consequência e, provavelmente, a mais importante, diz respeito à formação de redes de conhecimento, oriundas da gramatização. Para Auroux (2009), em se tratando de importância, a gramatização deve ser considerada a segunda revolução técnico-linguística da humanidade, sendo a primeira o surgimento da escrita, pois se sobrepõe até mesmo à revolução de Galileu, responsável pelo surgimento da Física moderna. Isso se deve ao estabelecimento de uma rede homogênea de comunicação, acarretada pela gramatização. A revolução tecnológica da gramatização criou “uma rede homogênea de comunicação centrada inicialmente na Europa. Cada nova língua interada à rede dos conhecimentos linguísticos, [...] vai aumentar a eficácia dessa rede e de seu desequilíbrio em proveito de uma só região do mundo.” (AUROUX, 2009, p. 35).

Assevera Aurox (2009) que, sem a essa rede homogênea de comunicação propiciada pela gramatização, não seria possível o avanço das ciências da natureza.

Como se sabe, as ciências naturais passaram por avanços consideráveis a partir do século XV, no período denominado Renascimento. Lendo rapidamente Mason (1962), nota-se que esses avanços abarcaram várias áreas e modificaram não apenas a concepção de conhecimento e de sua produção, mas a concepção de mundo até então existente. Copérnico e Kepler, por exemplo, foram os responsáveis por reestruturar o sistema que explicava o universo. Copérnico colocou o sol em seu centro e estabeleceu que os corpos celestes, inclusive a Terra, possuíam três movimentos (um ao redor de si, outro ao redor do sol e um último em relação ao seu eixo polar). Kepler, por sua vez, desenvolveu essa teoria, mostrando que os movimentos dos planetas ao redor do sol eram elípticos e não eram uniformes, como apregoava Copérnico. O que torna a gramatização mais importante que essas descobertas é o fato de que elas foram possíveis graças à disseminação de conhecimento feito por meio de livros muitas vezes impressos no próprio vernáculo. Desse modo, essas descobertas, certamente, não teriam sido possíveis sem a rede comunicacional promovida pela confecção de gramáticas e dicionários: os conhecimentos só se tornaram susceptíveis de discussões e aprimoramento graças a sua difusão e a possibilidade de acesso a eles, fornecido diretamente pela gramatização.

2.2 SOBRE A ESCRITA E A METALINGUAGEM

O surgimento das metalinguagens está vinculado diretamente ao aparecimento da escrita. O saber gramatical de acordo com Aurox (1998), nasceu, aproximadamente, no segundo milênio antes de Cristo, enquanto a escrita, provavelmente, tenha surgido no terceiro milênio anterior ao nascimento de Cristo (Cf. HIGOUNET, 2003). Essas datas não revelam apenas uma sequência temporal de acontecimentos no âmbito da linguagem. Mais importante que isso, tais números mostram a asserção fundamental para a compreensão do desenvolvimento do saber linguístico na sociedade, pois, “para a história dos conhecimentos linguísticos – assevera Aurox –, o *limiar da escrita* parece, pois, fundamental” (1998, p. 76). Isto é, o surgimento dos saberes sobre a linguagem – as metalinguagens – deve-se, antes de qualquer coisa, ao aparecimento da escrita. Mesmo havendo tradições

intelectuais que colocam a consciência linguística como condição para a existência da escrita, há aspectos bastante evidentes que deixam transparecer o contrário – “... a história mostra-nos incontestavelmente que nas civilizações em que houve aparecimento de um saber lingüístico este nasceu indubitavelmente *depois* de a escrita ter sido uma técnica bem dominada.” (AUROUX, 1998, p. 76). Há quem conteste tal asseveração, apontando o exemplo do surgimento da escrita grega, a qual se originou a partir da escrita consonântica fenícia. De fato, comenta Auroux (2009), essa adaptação, com certeza, exigira um conhecimento aprimorado entre os aspectos fonéticos e a estrutura da língua grega. No entanto, não há nenhum registro com comentários a respeito. Dessa forma, por mais improvável que seja, apenas uma hipótese sobrevive: “reconhecer que essa representação, por mais graves que sejam as consequências de seu advento, parece ser natural não apresentar dificuldades...” (AUROUX, 2009, p. 22). Ou seja, resta-nos compreender que tal adaptação tenha se dado de forma espontânea.

É importante salientar, contudo, que não existe um marco exato para o surgimento dos saberes linguísticos e das metalinguagens. O que existe, na verdade, aponta Auroux (2009), é um processo cuja extensão temporal é aberta e indefinida. Esse processo pode acontecer de forma espontânea ou de forma motivada, por meio de uma espécie de transferência tecnológica. Geralmente, é, pois, por meio dessa segunda forma que ele se dá: há sempre uma transferência entre saberes, fato que acarreta coincidências evidentes entre eles. No entanto, não se pode deixar de citar a existências de casos em que o conhecimento linguístico e metalingüístico tenha surgido de forma natural. Os mais importantes deles, cita Auroux (2009), são o caso dos babilônicos e dos egípcios (que são essencialmente embrionários), ao lado dos que requereram mais tempo de desenvolvimento: os hindus, os chineses e os gregos. O que desencadeou esses casos naturais, de modo geral, está relacionado diretamente à alteridade: a presença do outro foi o motivo principal que levou a reflexão lingüística a sua origem em sociedades em que elas apareceram de forma natural. A partir do momento em que textos escritos surgiram, foi necessário criar subterfúgios que ajudassem em sua compreensão quando, por algum motivo, isso não fosse naturalmente possível. As primeiras manifestações metalingüísticas consistiram, conseqüentemente, em anotações das pronúncias das palavras, até listas com palavras difíceis de compreender, localizadas em determinado texto – aponta Auroux (2009). Por essa razão, os

saberes linguísticos, portanto, não podem ser pensados, senão ao lado do surgimento da escrita.

A escrita surgiu da evolução corporal dos hominídeos e é consideravelmente tardia ao surgimento da linguagem. Alguns filósofos evolucionistas acreditam que não seja possível, exatamente, datar quando surgiu a faculdade linguística no ser humano, mas afirmam, com toda certeza, que não se pode atribuir a origem da linguagem à datação oriunda de análises de pinturas rupestres – trinta mil anos antes de Cristo – feitas por arqueólogos. Conforme aponta Pinker (1998), há condições biológicas (relacionadas à fisiologia do cérebro e do próprio aparelho fonador) que indicam que a linguagem possa ter surgido muito antes dessa data apontada por arqueólogos. Os *Homo Sapiens modernos*, que apareceram por volta de 200 mil anos atrás, possuíam todas as condições imagináveis para ter consigo algum tipo de linguagem e, é bem provável, que tenham a tido, por exemplo. O importante, contudo, é que a escrita não é, pois, natural aos hominídeos, mas sim uma técnica semelhante às outras técnicas desenvolvidas por eles no período Neolítico. Sobre isso, detalha Auroux (2009) que o descobrimento da escrita é posterior ao surgimento da própria linguagem. Segundo pesquisador, “ela aconteceu depois daquilo que nomeamos ‘a revolução neolítica’; esta viu nascer a sedentarização e uma quantidade de técnicas essenciais [...] que permitiram aos homens sair de uma dependência estreita em relação a seu meio natural.” (AUROUX, 1998, p. 64).

Segundo Higounet (2003), o surgimento das escritas pressupõe três fases. A primeira delas, denominadas de escrita sintéticas, são notações extremamente primitivas, feitas por homens sem a capacidade de decompor frases em palavras. As escritas sintéticas não são propriamente escritas, mas já significam esboços de tentativas de manifestação por meio de sinais gráficos. A escrita propriamente nasceu apenas quando o ser humano obteve a capacidade de decompor frases em palavras. Para Higounet, “um processo incalculável se deu quando se atingiu a decomposição da frase em seus elementos, as palavras.” (2003, p. 13). Após a consolidação da escrita analítica, as escritas fonéticas, cujos símbolos representam sons, e não palavras, apareceu e se consolidou. A força propulsora da escrita fonética foi a necessidade de economizar símbolos. Afirma Higounet (2003) que as outras escritas requeriam um número considerável de símbolos e notações para representar as palavras. A fonética, por sua vez, é consideravelmente mais

econômica, pois os sons são limitados. As primeiras escritas não alfabéticas a aparecerem foram as cuneiformes. Esse tipo de escrita surgiu nas civilizações mesopotâmicas, entre os Sumérios, provavelmente, e se expandiu, depois, para o restante da Ásia. Outro tipo de escrita bastante antiga, que apareceu pouco depois da cuneiforme foi a egípcia. O primeiro alfabeto, entretanto, surgiu apenas por volta do século XV antes dessa era, com os fenícios. Esse foi o alfabeto responsável por simplificar definitivamente o sistema de sinais fonéticos e por influenciar a origem de outros alfabetos, como o grego – do qual surgiu o alfabeto latino.

A escrita consiste, então, na primeira revolução tecnológica vivenciada pela humanidade, porque foi fundamental para a evolução do conhecimento humano. Para Higounet, “a escrita é não apenas um procedimento destinado a fiar a palavra, um meio de expressão permanente, mas também dá acesso direto ao mundo das ideias, reproduz bem a linguagem articulada, permite apreender o pensamento fazê-lo atravessar o espaço tempo.” (2003, p. 10). Já nas linhas de Aurox (1998), a escrita, em seu aparecimento, tornou-se uma espécie de suporte transposto para a linguagem, isto é, um modo da linguagem se desprender do corpo humano, seu suporte natural. É evidente que ela não tenha sido a única forma de suporte transposto. O pesquisador francês deixa claro que houve outras formas de suportes transpostos – sons de tambores, sinais de fumaça – mas é inquestionável a importância e o status que a escrita tem diante destes últimos. Isso porque, enquanto estes representam apenas mensagens, a escrita representa a língua. Para Aurox, “não há verdadeiramente escrita senão lá onde estão os elementos da língua não os do mundo que são representados”. (1998, p. 65). Ou seja, assim como Aristóteles, Aurox compreende que a escrita não é mera representação de elementos do mundo, mas sim representação da própria linguagem. Não basta existência de ideogramas que representem as coisas no mundo, ou mesmo coisas abstratas de modo geral. Só haverá escrita no sistema em que a língua esteja representada nele.

O status de primeira revolução tecnológica não é algo casual, tampouco um título anacrônico, atribuído em vista do que essa técnica significa hoje. Como aponta Higounet, “a história da humanidade se divide em duas imensas eras: antes e a partir da escrita.” (2003, p. 10). Se comparadas às técnicas que têm seu surgimento contemporâneo, a escrita é, pois, a criação mais importante para a sociedade. Embora ela e o poder possuam uma relação de proximidade, uma vez

que seja “incontestável que o escrito só aparece (e se mantém) em sociedades fortemente hierarquizadas, e entretém desde a origem (e sobretudo na origem) relações muito estreitas com as diversas instâncias de poder que as sociedades humanas conhecem” (AUROUX, 1998, p. 68), não se pode, imaginando os tempos de seu surgimento, ligar a escrita a ideia de coerção. A escrita, como aponta Auroux (1998), é um meio que abre um leque extraordinário de possibilidades para o desenvolvimento do pensamento humano, permitindo o desenvolvimento de outras áreas e de outros conhecimentos, como a matemática. Ora, a língua, quando representada a partir da escrita modifica-se em sua essência. As sociedades orais, por exemplo, por serem conteudísticas, isto é, por se apegarem demais ao conteúdo, jamais conseguiram desenvolver algum empreendimento com grande valor formal, como grandes peças literárias. Já as sociedades providas da escrita, sim. Elas são ligadas à forma e tornam-se desenvolvidas graças à fixação, à objetivação e à conservação do conteúdo proporcionadas pela escrita.

Por essa razão, as ciências da linguagem também dependeram da escrita para surgirem e se consolidarem. Talvez, o que gere dúvida em relação às ciências da linguagem, ou ao próprio conhecimento linguístico em si, seja o fato de que ele pressuponha linguagem e, por esse motivo, requeira um conhecimento linguístico subjacente para sua existência. De fato há uma verdade inquestionável aí: o aparecimento da escrita pressupõe um domínio linguístico. O que é preciso compreender, contudo, é a natureza desse conhecimento. Esse conhecimento subjacente à origem da escrita existe, mas é da ordem do inconsciente. Existem duas formas de conhecimento linguístico, que são consideravelmente distintas. Segundo Auroux (1998), a forma inconsciente de conhecimento linguístico é denominada de conhecimento epilinguístico, enquanto o conhecimento linguístico consciente é chamado de conhecimento metalinguístico. Explica Auroux que “a expressão ‘conhecimento linguístico’ é profundamente ambígua. Conhecer uma língua é saber falá-la. Se eu sei falar francês, de um certo modo, eu sei necessariamente o que é um nome ou um adjetivo. Isso não significa que eu saiba explicá-lo.” (AUROUX, 1998, p. 76). O conhecimento linguístico cuja escrita possibilita o surgimento, portanto, é o conhecimento metalinguístico, e não o epilinguístico. O conhecimento metalinguístico pressupõe a linguagem como objeto. Consequentemente, “só há ciência da linguagem quando há um saber metalinguístico, quando se dispõe de uma linguagem (metalinguagem) para

representar outra linguagem (linguagem-objeto).” (AUROUX, 1998, p. 77). A escrita é considerada, dessa forma, razão *sine qua non* para o desenvolvimento das ciências das ciências da linguagem. Sem ela, não seria possível compreender a linguagem como objeto, uma vez que ela só se torna objeto quando a escrita a fixa em suas formas.

Além da fixação das formas, a escrita possibilitou bidimensionalidade. A partir do momento em que a linguagem encontra-se cristalizada, é possível fazer listas, elaborar comparações e detectar regularidades nela existentes. Conforme entende Auroux, “as sequências lineares *especializadas* pela escrita permitem-lhe construir a bidimensionalidade de outro modo: a lista está diante de seus olhos, você pode percorrê-la, saltar seus elementos, contá-los, numerá-los etc.” (1998, p. 82). As gramáticas nascem, inubitavelmente, quando o ser humano percebe esse domínio e, passa, por meio dele, a analisar as línguas e traçar suas regularidades. Embora a linguagem oral tenha permitido a existência de listagens para serem recitadas, é inconcebível que, por meio de listas orais, seja possível traçar relações entre seus elementos, a ponto de conseguir notar qualquer semelhança entre eles. A bidimensionalidade da escrita é crucial para isso, visto que, sem ela, não haveria a elaboração de paradigmas linguísticos, base e qualquer conhecimento gramatical. De acordo com as palavras de Bezerra e Dias, “a escrita proporcionou ao homem uma nova dimensão do conhecimento: ela permitiu uma observação em escala mais larga da relação entre as unidades linguísticas.” (2006, p. 13). As gramáticas e os dicionários, portanto, não poderiam existir sem que a escrita fomentasse o surgimento de uma metalinguagem. Os instrumentos linguísticos são, indiscutivelmente, resultado das infinitas possibilidades que a escrita e seu desenvolvimento junto à humanidade proporcionaram. Por esse motivo é que, segundo Auroux (2009), a gramatização significa a segunda revolução tecnológica na humanidade, perdendo apenas – em se tratando de importância – para o advento da escrita.

2.3 SOBRE A GRAMATIZAÇÃO E O RENASCIMENTO

Renascimento é o nome dado ao movimento literário, artístico e filosófico que se estendeu, segundo Abbagnano (2000), do final do século XIV ao final do século XVI. Surgiu primeiramente na Itália e, depois, expandiu-se para

outros países da Europa. O nome renascimento é originário do campo da religião. Consiste, pois, no “segundo nascimento, o nascimento do homem novo ou espiritual de que alavam o Evangelho de São João e as *Epístolas* de São Paulo.” (ABBAGNANO, 2000, p. 852). Ou seja, durante a Idade Média, Renascimento significava a renovação espiritual do homem perante os valores cristãos. Essa ideia de renovação, contudo, ganhou nova interpretação a partir do século XV, quando passou a designar uma renovação no campo da filosofia e das artes, apregoando a ressurreição dos valores e dos princípios grego-romanos, por serem eles, na concepção dos pensadores da época, os mais evoluídos já alcançados pela humanidade. O Renascimento foi um movimento complexo, que ora pautava-se em uma ruptura com as preocupações medievais, ora tomava-as como ponto de partida, dando continuidade a elas. As principais características do Renascimento são, conforme Abbagnano (2000), a retomada da antiguidade clássica, principalmente no que diz respeito ao antropocentrismo; a renovação religiosa, através da busca pela revelação originária e da busca pelos valores das fontes originais do cristianismo, caso da Reforma Protestante, o reconhecimento do surgimento natural dos Estados e das instituições sociais e, por fim, o interesse pela investigação da natureza.

Esse período consiste, para Auroux (2009) em um período decisivo para o processo da gramatização, pois possui, em suas nuances os motivos que levaram ao surgimento, quase espontâneo das gramáticas dos vernáculos europeus e americanos. Isso porque o Renascimento é uma época efervescente para os pesquisadores que se dedicam a linguagem e ao seu estudo. Explica o pesquisador francês que a etimologia, ramo privilegiado das ciências linguísticas até então existentes, vai deixando de ocupar o centro das preocupações de intelectuais para dar espaço ao interesse prático que envolve a gramática, a qual passa compreender desde a compreensão dos textos, com a chamada filologia, até o domínio das línguas. As ciências da linguagem observam, ainda, nessa época, a filosofia ocupada com a linguagem desenvolver outras duas áreas também relacionadas à gramática, como a área especulativa da gramática e a gramática geral. A preocupação desse período passa a ser, segundo Auroux (2009), empreendimentos voltados à compreensão da estrutura das línguas, de suas regras gerais de formação e, por fim, de seu domínio pragmático. Diante dessas mudanças, conjectura Auroux que “temos todas as razões para considerar que o Renascimento constituiu uma virada decisiva para essas disciplinas e que ele forma o eixo da segunda

revolução técnico-linguística.” (2009, p. 37). O Renascimento não é, portanto, apenas o cenário da revolução tecnológica da gramatização: é, pois, atuante e tem papel central em seu enredo.

Outro aspecto relevante em relação ao período do Renascimento diz respeito ao fato de que não foi a Europa que presenciou a gramatização massiva. A América também passou por um processo semelhante. Como aponta Auroux, “nunca será demais observar que a gramatização da língua européia é absolutamente contemporânea da dos outros continentes, em particular das línguas ameríndias” (2009, p. 40). Isso porque, como registra o próprio pesquisador, “no final do século XVI, o patrimônio espanhol comporta[va] 33 língua...” (AUROUX, 1998, p. 417). Não se pode, dessa forma, questionar a importância do Renascimento para a gramatização. O que gera, contudo, um forte questionamento em relação ao Renascimento são as razões que fizeram dele período tão fecundo para o aparecimento de obras gramaticais. Auroux coloca que esse questionamento “é um problema epistemológico e histórico de grande importância” (2009, p. 42). Detalha o pesquisador que, na Idade Média, embora houvesse algumas condições semelhantes a do Renascimento para que a Gramatização em massa ocorresse, alguns pequenos aspectos determinaram sua não ocorrência. O contato multilíngue que havia no medievo, por exemplo, era praticamente o mesmo da renascença, mas não foi suficiente para desencadear um processo de gramatização com proporções semelhantes. Também não se pode atribuir a ausência de Gramatização no medievo à situação de letramento existente, certifica aponta Auroux (2009). Essa situação era tão lenta e minguada como a existente no Renascimento. Na verdade, para Auroux, o fator decisivo para que a Gramatização massiva tenha acontecido apenas depois do medievo é a simples falta de interesse. “Na idade média, a falta relativa de gramatização dos vernáculos não se deve à falta de meios, mas à falta de interesse.” (AUROUX, 2009, p. 50). Ou seja, não havia razões políticas, culturais ou sociais de gramatizar as línguas, coisa que, no Renascimento, passou a existir.

O caso mais interessante, para Auroux (2009) é o dos Árabes. Conta Auroux que a cultura Árabe desenvolveu todos os meios para que pudessem desencadear o fenômeno da gramatização, mas não o fizeram, simplesmente, por falta de interesse em descrever e compreender outras culturas. Nas palavras de Auroux, “eles se interessaram menos pela descrição de outras culturas e outras línguas, não constituindo uma rede técnico-linguística semelhante a que fez nascer o

Renascimento ocidental.” (2009, p. 42). Para se ter uma ideia, eles tiveram um contato multicultural grandioso, pois percorreram inúmeros territórios, isto é, devido à prática do comércio, a cultura arábica teve contato com as mais variadas culturas. Também favoreciam seu desenvolvimento gramatical o fato de já possuírem uma tradição relevante, pautadas nas gramáticas do hebraico, a qual serviu como base para a descrição de outras línguas, como o caso do Malês e do Turco. E, além de todos esses fatores, os Árabes, antes do Renascimento no mundo ocidental, já possuíam um grande desenvolvimento intelectual e filosófico, responsáveis, como defende XX, de impulsionar a ciência medieval. Portanto, somente a falta de interesse em descrever outras línguas e outras culturas, como compreende Auroux, pode servir como justificativa para que a cultura arábica não tenha sido a pioneira, responsável por desencadear o processo de gramatização e, conseqüentemente, constituir a rede por ela engendrada.

Um dos principais motivos para que o Renascimento tenha se tornado o período em que a produção massiva de gramáticas tenha ocorrido é a condição em que a língua Latina se encontrava nessa época. As mudanças pelas quais passou o Latim, em se tratando de prestígio social, e não de estrutura, foram responsáveis por modificar a essência da gramática, transformando-a em um objeto pedagógico, coisa que, até então, não era. Explica Auroux (2009) que, com as invasões e com a dissipação do império Romano, o Latim ficou fadado a se extinguir da posição de língua vernacular, assumindo, assim, apenas o posto de língua de administração, restrita a algumas áreas da sociedade. Isso, no entanto, não levou a total extirpação da língua latina. Surgiram movimentos que buscaram resgatá-la, isto é, coloca mais uma vez em posição de língua de prestígio. Na verdade, conforme explica Peter Burke, “o Latim era amado e odiado, não apenas por aquilo que facilitava ou dificultava, mas também por suas associações, por aquilo que simbolizava” (BURKE, 1993, p. 65).

O Latim não foi extirpado da sociedade durante a Renascença, com o advento dos vernáculos. Ele continuou sendo utilizado, ainda, em várias esferas da sociedade, ora com prestígio, ora sem. Explica-nos Peter Burke (1993) que o Latim perdurou até o século XIX, em três esferas distintas da sociedade: a eclesiástica, a acadêmica e a pragmática. Na eclesiástica, a igreja Católica tinha-o como língua oficial. Ele favorecia a organização da igreja e, também, servia como elemento sacralizador, isto é, como língua sagrada para os ritos da igreja. Não eram

todos, porém, que compreendiam o Latim. Alguns clérigos não sabiam a língua, outros criam que fosse necessário deixá-la de lado, pois muitos acreditavam que a igreja Católica usava o Latim para manter a fé distante de seus fiéis. Os protestantes, por sua vez, também usaram o Latim. Segundo Burke (1993), embora preferissem o vernáculo e o defendessem, é necessário fazer algumas restrições ao uso do Latim entre Católicos e Protestantes. Muitos destes utilizaram a língua clássica para publicar seus livros e, até mesmo, confeccionar suas liturgias. Comenta Burke que “os clérigos protestantes do século XVI, muitos dos quais tinham freqüentado a universidade, provavelmente eram mais competentes em Latim do que seus colegas católicos” (1993, p. 46).

Na esfera acadêmica, a mesmo sincretismo de usos do Latim, existente no âmbito eclesiástico, também ocorreu. Peter Burke (1993) afirma que por um grande período da Renascença, os poetas e escritores preferiam redigir suas obras em Latim a fazê-las em vernáculo. Além disso, muitas obras feitas em vernáculo foram traduzidas para o Latim para que pudessem ser difundidas ou pudessem receber a importância que, de fato, mereciam. As obras didáticas, por sua vez, também eram confeccionadas em Latim. Foi somente no século XVII, isto é, somente tempos depois da Renascença ter aparecido que o Latim foi cedendo espaço aos vernáculos no âmbito acadêmico. Contudo, nessa época, isso não se deu de forma definitiva. O Latim ainda foi a língua empregada em alguns periódicos ou a língua utilizada para a defesa de trabalhos acadêmicos. Também foi a língua falada em muitas instituições de ensino, mesmo diante dos protestos de alguns. Isso evidencia que, mesmo na Renascença, o Latim ainda continuou extremamente valorizado, permanecendo assim por muito tempo. Encontra-se essa importância, também, no mesmo no âmbito pragmático. O Latim foi a língua pertinente ao desenvolvimento do Direito, foi utilizada na política, na guerra e, até mesmo, para fazer contabilidade. Além disso, era considerada uma língua franca. Graças à variabilidade de línguas utilizadas na Europa, o Latim garantiu, como narra Peter Burke (1993), a comunicação entre esses países.

Percebe-se que o Latim e os vernáculos caminharam juntos por grande parte do Renascimento. Isso corrobora a tese defendida por Auroux, pois demonstra que houve a necessidade de que a língua latina fosse aprendida, ao mesmo tempo que os vernáculos. A gramática, então, passou a funcionar como um meio de acesso ao Latim e precisou passar por uma transformação radical. De

acordo com as palavras de Auroux, “para um europeu do século IX, o latim é antes de tudo uma segunda língua que ele deve aprender. A gramática latina existe e vai se tornar prioritariamente uma técnica de aprendizagem da língua.” (AUROUX, 2009, p. 43). Quando as primeiras gramáticas latinas surgiram, foram feitas para falantes que tinham o latim como sua língua materna. Essas gramáticas, por essa razão, não eram preparadas para inserir a língua latina como uma segunda língua, mas apenas para servir como etapa para a aquisição da cultura escrita. Na Europa, quando o Latim se mostrou novamente vigoroso e necessário, foi preciso transformar essas gramáticas em uma prática pedagógica, capaz de levar alguém ao entendimento de outra língua. Essa mutação sofrida pela gramática foi, pois, crucial, pois ela se tornou uma forma ditádico-pedagógica aplicável a todas as línguas. Explica Auroux que: “foi necessário primeiro que a gramática de uma língua já gramaticalizada fosse massivamente empregada para fins de pedagogia linguística [...], para que a gramática se tornasse [...] uma técnica geral de aprendizagem...” (AUROUX, 2009, p. 43).

O fato de as gramáticas latinas terem funcionado como estopim da gramatização dos vernáculos gerou um “fator de unificação teórica que não tem equivalente na história das ciências da linguagem” (AUROUX, 2009, p. 44). Essa unificação se deve ao fato de que as gramáticas inéditas dos vernáculos, muitas vezes, surgiram de uma simples tradução da gramática latina, ou, quando não, de uma simples adaptação de uma gramática originária de outra latina. A metalinguagem latina foi sendo adaptada de gramática a gramática, de vernáculo a vernáculo, de modo que, sentenciamos Auroux, (2009), todas as línguas europeias ficassem, praticamente, com a mesma estrutura. Por essa razão, por essa similaridade entre as estruturas, é que se pode falar em rede. Para Auroux, “falar da constituição de rede de conhecimento linguístico no processo massivo da gramatização é mais do que uma simples imagem. É essa estrutura que torna eficaz o acúmulo de conhecimentos”. (AUROUX, 2009, p. 45). Ou seja, sendo as gramáticas todas parecidas, as línguas acabam tomando a mesma estrutura, de modo a criar uma rede metalinguística homogênea.

O Latim tornou-se um conhecimento unificador. Auroux (2009) ressalta que o papel unificador do latim não é algo negativo. Segundo o pesquisador, é comum haver protestos contra a imposição dos modelos latinos às estruturas dos vernáculos. Isso ocorre, porque as adaptações do Latim para os

vernáculos ocorreram da forma mais simplória possível. Explica Auroux que “a terminologia gramatical nos vernáculos tenha-se constituído por empréstimo opaco (adaptação pura e simples do termo latino), mais do que por empréstimo parafrástico (tradução da significação etimológica do termo latino correspondente)...” (2009, p. 47). Essa perspectiva, contudo, é errônea. O papel do Latim foi crucial não apenas para desenvolvimento da gramatização, mas para o desenvolvimento das ciências da linguagem também. Tomando como base o desenvolvimento da Linguística em outros lugares, afirma Auroux que, sem o fundo Latino, ou seja, sem o fator de unificação proporcionado pelo Latim “não haveria simplesmente o que chamamos hoje a Linguística – no duplo sentido da forma abstrata de uma formação discursiva de carácter científico e de sua aplicação a objetos empíricos.” (AUROUX, 2009, p. 49).

Além do papel decisivo do Latim, não se pode deixar de nos atentar a outros aspectos relacionados ao Renascimento. Um deles é o surgimento dos Estados europeus, a partir do século XVI. O aprendizado da língua vernácula possuía relação direta o reconhecimento que as nações buscavam: o de Estado independente. A consolidação de um Estado não estaria completa, caso este novo Estado não possuísse uma língua própria, para ser falada por seus cidadãos, capaz de os identificar consigo mesmos e os identificar com o Estado. A língua era, portanto, uma expressão de identidade e, por isso, deveria ser aprendida pela sua população para que esta se vinculasse diretamente à terra que então se emancipava. Explica Auroux que: “a expansão das nações acarreta indiscutivelmente uma situação de lutas entre elas, o que se traduz, ao final, por uma concorrência, reforçada porque institucionalizada, entre as línguas.” (AUROUX, 2009, p. 53). Isto é, a batalha para a unificação, delimitação e, por fim, consolidação de uma nova nação não se restringia apenas aos campos de batalha ou aos embates políticos. Estendia-se, pois, às línguas também, visto que “transformadas, quando puderam, em Estados, estes vão fazer da aprendizagem e do uso de *uma* língua oficial uma obrigação para os cidadãos.” (AUROUX, 2009, p. 53).

O surgimento dos novos Estados europeus está relacionado a outros aspectos políticos que foram também importantes para o desencadeamento do processo massivo de Gramatização. A organização de uma língua literária e o desenvolvimento de uma política linguística externa influenciaram, diretamente, o aparecimento de algumas gramáticas. A literatura também é uma forma de

constituição de identidade nacional, pois, conforme deixa de ser mais redigida em Latim, língua acadêmica e intelectual da época, passa a ser objeto estético peculiar a uma determinada língua e, conseqüentemente, a uma determinada nação. O mesmo pode-se dizer sobre uma política externa de expansão linguística. Quando uma nação possui sua independência e já tem consigo a ideia de unidade necessária, pode pensar em políticas de expansões territoriais, nas quais a língua assumia caráter identitário, isto é, identificador de uma nação. Tanto é assim que, como o próprio Aurox salienta, a gramatização das línguas indígenas na América ocorreu simultaneamente a da Europa. Isso se deu porque a colonização exigia que as línguas dos povos recém descobertos fossem compreendidas para fins catequéticos, o que era uma forma de dominação e expansão territorial. (Cf.: ORLANDI, E. *A Dança das Gramáticas*. in: ORLANDI, E. *Terra à vista: do confronto velho e novo mundo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.).

O surgimento da imprensa, por fim, também colaborou com a gramatização. Ela teve seu papel na normatização dos vernáculos e nas suas consolidações como línguas científicas. Ela foi introduzida na Europa em 1447 e, para Aurox, “acompanha seu [da gramatização] desenvolvimento e [...] é uma causa não negligenciável de seu sucesso; é por isso que se deve considerar que as duas fazem parte da mesma revolução técnico-linguística”. Durante a Idade Média, os textos eram redigidos por copistas, os quais lhes acrescentavam comentários e, assim, desenvolviam o conhecimento. Segundo Aurox (2009), a imprensa possibilitou que os textos fossem reproduzidos indefinidamente, o que gerou a necessidade de uma padronização orográfica aparecer. Relata Aurox que: “com a imprensa, não apenas a multiplicação do mesmo é incontornável, como a normalização dos vernáculos se torna uma questão de standardização profissional.” (AUROUX, 2009, p. 57). As línguas não são isotópicas, isto é, elas sofrem variações motivadas por inúmeros aspectos. No entanto, a imprensa e a consolidação de nações requerem uma língua homogênea, que possa representá-la tanto no âmbito científico quanto no âmbito político. Essa homogeneização, por conseqüência, requer instrumentos que sejam capazes de sustentá-las, ou seja, requer que gramáticas sejam confeccionadas para representar o idioma que surge e, assim, fundamentar seu aprendizado.

2.4 SOBRE FERNÃO DE OLIVEIRA E A PRIMEIRA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS

A primeira gramática redigida em língua portuguesa versando sobre o próprio Português foi publicada em 1536, por P. Fernão de Oliveira. Intitulada *Grammatica da lingoagem portuguesa*, mesmo embasada em modelos latinos, tratava especificamente da língua portuguesa, já tomando, como base de suas colocações, a noção de uso das classes mais elevadas socialmente e culturalmente. Segundo afirma Silveira Bueno (1958), Fernão de Oliveira privilegiava os falares dos letrados e da corte e, por essa razão, aborrecia-se com os plebeísmos, isto é, com o modo como o povo rústico utilizava a língua. Além de conter em si o marco inaugural da produção gramatical relacionada à Língua Portuguesa, *Grammatica da lingoagem portuguesa* possui um grande valor histórico devido ao fato de que “é de grande valor histórico para o estudo da evolução dos sons” (BUENO, 1958, p. 245). O padre humanista não poupou esforços para ser fidedigno ao ensino dos modos de falar que julgava correto, fornecendo algumas páginas engraçadíssimas, nas palavras de Silveira Bueno (1958). Encontra-se, no capítulo treze de Fernão de Oliveira, o seguinte excerto: “a pronúncia do / lambe as gengibas de cima com as costas da lingua achegando as bordas della os dentes queyxaes.” (Apud BUENO, 1958, p. 245).

Não é preciso mencionar, em vista disso, que a gramática de P. Fernão de Oliveira dedicou grande parte de seu labor intelectual às áreas da fonética, fonologia e morfologia. Explicam Assunção & Santos (2009) que Oliveira, em sua gramática, abdica da parte dedicada à retórica, embora tenha lidado com alguns tópicos referentes a ela, para fazer observações relacionadas à ortografia e às classes de palavras, por exemplo. Sem contar a preocupação evidente que já mencionamos com a pronúncia correta dos sons representados pelas consoantes da Língua Portuguesa. A Sintaxe, por sua vez, não recebeu atenção considerável. “A sintaxe resume-se a página e meia...” aponta Assunção & Santos (2009, p. 22). Isso, contudo, não se deve à inexperiência ou, simplesmente, à rejeição do autor por tal área gramatical. Na verdade – explica Assunção & Santos (2009) –, as menores seções das gramáticas sempre foram as ligadas à sintaxe. As considerações de Fernão de Oliveira, mesmo imbuídas da precariedade inerente aos trabalhos desbravadores, foram cruciais para o desenvolvimento da Linguística em Portugal. Expõem Assunção & Santos que esses primeiros trabalhos “contribuíram significativamente para o desencadeamento e para a conseqüente formação se não

de parte substancial, pelo menos do alicerce do patrimônio conceptual metalinguístico, que veio a ser progressivamente maturado, a partir dos últimos anos da década de Sessenta no século XIX ...” (2009, p. 22).

A gramática de P. Fernão de Oliveira floresceu na mesma época em que as demais nações estavam conhecendo suas primeiras gramáticas. Compreende Silveira Bueno (1958) que o tempo – o século XVI – era uma época propícia para o aparecimento da primeira gramática da Língua Portuguesa em Portugal. Primeiramente porque, graças ao Humanismo e ao Renascimento, havia uma grande preocupação com a linguagem, isto é, os intelectuais estavam interessados na preservação do idioma e em sua normatização; ocupavam-se com o “enriquecimento do vocabulário e da sintaxe pela importação latina; polimento do idioma, começando pela fonética, terminado pelo estilo e depois, seleção das formas...” (BUENO, 1958, p. 235). O resgate da cultura clássica, em especial do Latim, o qual era impulsionado pelo Renascimento e pelo Humanismo, favorecia a lapidação do idioma, mesmo que por meio de simples importações ou adaptações. “Se a língua clássica se havia elevado e aperfeiçoado pela imitação do latim, nada de espantar que queiram aplicar ao romance português as regras que presidiam à do Latium” (BUENO, 1958, p. 235). Além dessa preocupação com o idioma, o século XVI também foi auspicioso para Portugal ter sua primeira gramática, porque sua vizinha Espanha presenciara o aparecimento de sua primeira gramática, com Antônio Nebrija.

É importante se entender, contudo, que antes desse período propício, Portugal não fora alheio aos estudos relacionados à linguagem. Embora P. Fernão de Oliveira tenha sido, incontestavelmente, o primeiro gramático da Língua Portuguesa, dissertam Assunção & Santos (2009) que já se escrevia em Português desde a segunda metade do século XII nas regiões em que se consolidaria a nação portuguesa. O ensino, entretanto, não era o do Português. Dominado pelos mosteiros e pelos monges, os quais eram responsáveis por toda forma de transmissão na Idade Média, a língua ensinada era o Latim. A língua clássica que dominara toda a Idade Média era transmitida, didaticamente, de uma forma muito rudimentar. Segundo Assunção & Santos, o aprendizado se dava por meio de suportes livrescos, como “o Saltério, a *Ars Minor* de Donato e as *Etimologiae* de Isidoro de Sevilha...” (ASSUNÇÃO & SANTOS, 2009, p. 12).

Somente no século XVIII – aponta Assunção & Santos (2009) –, quando Portugal já estava com seus limites sul e leste determinados, que o Português se torna uma língua importante. Isso se deve ao ápice do Trovadorismo e aos reinados de D. Afonso III (1245-1279) e D. Dinis (1279-1325). Este rei, além de incentivar o uso do Português, tornou-o língua oficial do reino, desabilitando o Latim desse papel. A partir daí, a Língua Portuguesa passou a ser utilizada em documentos oficiais tanto do reinado quanto da sociedade privada. Comenta Assunção & Santos que “é, ainda, no século XIII que se incrementa o uso do vernáculo na documentação jurídica real e privada e se procede, significativamente, à função da Universidade (1288)...” (ASSUNÇÃO & SANTOS, 2009, p. 13). Esse ganho de espaço do Português abriu margens para que, no século XIV, aparecesse a primeira gramática sobre o Latim redigida em Português. Sem autoria definida, essa gramática “constitui, portanto, o primeiro texto escrito em Português em que se reflete sobre uma língua...” (ASSUNÇÃO & SANTOS, 2009, p. 15).

Depois da publicação da gramática de P. Fernão de Oliveira, Portugal conheceu a obra de outro grande gramático de sua história: João de Barros. Em 1540, narra BUENO (1958), esse intelectual redigiu uma obra cujas principais abordagens se relacionavam à ortografia, à declinação dos nomes – deixando bastante clara a influência latina – e, também, à pregação cristã (visto que, no final da gramática deixou um apêndice com um catecismo sobre o cristianismo). O que há chama a atenção na *Grammatica de Lingua Portugueza*, nome dado por João de Barros, entretanto, é sua semelhança com a obra de P. Fernão de Oliveira. Segundo Bueno, “Fernão de Oliveira era professor da casa de João de Barros; Fernão de Oliveira cita o próprio João de Barros em sua gramática, vem o fidalgo, reproduz a doutrina do antecessor, ampliando-a, certamente, mas nem sequer faz alusão ao trabalho dele.” (1958, p. 245). E se não bastasse, por incrível que pareça, João de Barros alega ser o primeiro a publicar uma gramática, comenta Silveira Bueno (1958). João de Barros, todavia, abriu caminho para que outros intelectuais se preocupassem com o estudo e a sistematização da língua portuguesa. É o caso de Duarte Nunes, com *Origem da Lingua Portuguesa*, obra que “não é propriamente uma gramática normativa, mas já histórica” (BUENO, 1958, p. 245), e de Amaro de Roboredo, com as obras *Methodo Grammatical para todas as línguas* e *Porta de linguas*. Ambas as obras são uma espécie de prelúdio – explica BUENO (1958) – da gramática filosófica, a qual se tornou, praticamente, um dogma na Europa.

Esses modelos de gramática perduraram soberanos até o século XVIII, quando o Marquês de Pombal executou uma reforma sem antecedentes no ensino da língua pátria em Portugal. Além de afastar tal produção dos clérigos, obrigou as gramáticas a modificarem sua abordagem, a fim de tornarem-se mais didáticas. Isso, contudo, não eliminou os estudos sobre a língua portuguesa calcados nas perspectivas filosóficas. Oriundos de clérigos, eles permaneceram profícuos na língua portuguesa. O mais conhecido desses estudos é do de P. Jerônimo Soares Barbosa. Ele confeccionou a famosa *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*, em 1782, tendo como base a gramática de Port Royal. Comenta Silveira Bueno (1958) que essa gramática permaneceu por muito tempo influenciando os estudos gramaticais e, principalmente, o ensino, bombardeando-o com análises lógicas: “grande e desastrosa consequência de tais idéias filosofias é o ensino intensivamente absurdo da tal *análise lógica...*” (BUENO, 1958, p. 247). O século XVIII também presenciou a tentativa dos portugueses de defender o idioma pátrio, uma vez que muitos criam que ele era inferior não somente ao Latim, mas também ao castelhano. Esse movimento desencadeou a fundação da *Academia Real das Ciências*, em 1779, instituição cujo objetivo, segundo Bueno (1958) era o de confeccionar uma gramática e um dicionário oficiais. Sobre essas obras, contudo, ponderam Silveira Bueno que “infelizmente nem um nem outro intento foram conseguidos: estamos à espera desse dicionário e dessa gramática oficiais.” (1958, p. 247).

O início da gramatização da língua portuguesa em Portugal presenciou, ainda, dois movimentos interessantes, sendo um deles o responsável pelo aparecimento dos primeiros dicionários. O primeiro deles foi a *celtomania*: “a língua já não seria dialeção do Latim, mas do Celta” (BUENO, 1958, p. 248). Ou seja, esse movimento foi uma reviravolta intelectual que passou a defender uma origem diferente da origem latina para a língua portuguesa. O Celta seria, segundo essa visão, a língua da qual o Português se originou. Essa corrente, contudo, não caminhou por muito tempo, embora tenha cunhado seguidores assíduos. Explica Bueno (1958) que Francisco Evaristo Leoni, ao publicar *Gênio da Lingua Portuguesa* deixou claro que o Português era fruto do latim vulgar, desabilitando o Latim clássico e, principalmente o Celta, da função de língua mãe. O outro movimento foi a *luta pelo purismo da língua*. Queriam os Portugueses extirpar da língua todo tipo de *galicismo*, isto é, todo tipo de influência externa que poderia receber, em principal,

as hispânicas e as francesas. Embora essas influências sempre tenham existido, esclarece Bueno que “o período clássico, por sua volta às fontes latinas, intensificou a luta contra o galicismo, entendendo que era possível construir uma língua pura, indene de qualquer importação vocabular ou sintática.” (1958, p. 249). Esse movimento não foi bem sucedido, pois “a tese do purismo é anticientífica e foi posta de lado pelos linguístas de maior vulto...” (BUENO, 1958, 249). No entanto, ressalta Bueno (1958) que esse movimento trouxe incontestáveis benefícios à Língua Portuguesa. Foi, pois, a partir da tentativa de organizar o vocábulo linguístico que as primeiras lista de palavras e de vocabulários apareceram. Os primeiros dicionários da língua portuguesa, obras como as de Agostinho Barbosa (1611), Bento Pereira (1647) e de Bluteau (1712), as quais são emblemáticas em se tratando de lexicografia portuguesa, surgiram nessa época.

As ciências da linguagem foram se consolidar, em Portugal, apenas no século XIX. Segundo Silveira Bueno (1958), o responsável por inseri-la no contexto lusitano foi Francisco Adolfo Coelho, com a obra *A língua portuguesa*. Informado dos avanços linguísticos ocorridos na França e na Alemanha, Adolfo Coelho introduziu “a verdadeira ciência da linguagem, criando, por assim dizer, a filologia portuguesa, de moldes científicos” (BUENO, 1958, p. 251). Junto dele, ainda se pode citar, como grandes intelectuais dessa fase da gramatização portuguesa, Aniceto Gonçalves e dona Carolina Michaelis de Vasconcelos. Esta última, narra Silveira Bueno (1958), mesmo não sendo portuguesa e sequer falando o Português seguramente teve uma expressão filológica incontestável no século XX. Outros autores também tiveram produção importante, tais quais: José Joaquim Nunes, Antônio Garcia ribeiro Vasconcelos e José Leite Vasconcelos são alguns exemplos de estudiosos que se dedicaram, de alguma forma, à evolução do conhecimento sobre a língua Portuguesa em Portugal.

3 O PROCESSO DA GRAMATIZAÇÃO NO BRASIL

O capítulo anterior apresentou o fenômeno da gramatização em seu aspecto global, isto é, mostrou, de modo sucinto sob quais condições as primeiras gramáticas mundiais surgiram. Neste capítulo, o objetivo é semelhante: será abordada, mais uma vez, o processo da gramatização. No entanto, dedicar-se-á, especificamente, ao modo como esse processo ocorreu em terras brasileiras. Chamado de gramatização brasileira do português, não poderia receber outra designação, pois, os termos gramatização do Português ou gramatização do Português do Brasil seriam totalmente inadequados. Este por motivos óbvios: conforme apresentamos no capítulo anterior, houve uma gramatização europeia do Português. Aquele, por motivos não tão óbvios, mas consistentes. Tratar da gramatização do Português do Brasil seria, basicamente, considerar a gramatização de uma língua particular de uma nação, no caso o Brasil, tomada pelas cores tupiniquins. Isso, evidentemente, não englobaria toda história da Língua Portuguesa no Brasil, pois, por mais que ela, ao ser trazida nas caravelas, tenha se tornado, indubitavelmente outra Hiperlíngua – segundo Aroux (1998) – não se transformara, logo a princípio, em uma Língua do Brasil. Primeiramente por não existir, ainda, um Brasil. E, também, por entender o Português do Brasil como um processo histórico que, essencialmente, demandou tempo para ser constituído.

Antes, porém, de expor, brevemente, o processo da gramatização brasileira do Português, alguns parágrafos deste capítulo foram redigidos com outro objetivo. Pensa-se não ser apenas pertinente, mas também necessário, mostrar que Português que, de fato, chegou ao Brasil nas caravelas desbravadoras e como esse Português caminhou, ou seja, como essa língua se desenvolveu em sua nova terra. É de conhecimento comum que a língua Portuguesa, nessa época, já possuía sua história – sua longa história – a qual foi, logicamente, enriquecida em solos brasileiros. E é de bom senso, ao se falar no fenômeno da gramatização brasileira do Português, não se negligenciar toda essa bagagem histórica. Ora, a gramatização é um fenômeno histórico que se desenvolve no bojo de uma comunidade linguística. Por essa razão, a necessidade a que se aludiu: não se entende como a gramatização de uma língua natural de um *espaço/tempo* pode ser abarcada sem, ao menos, uma breve explanação sobre como é que essa língua saiu desse *espaço/tempo* para ser gramatizada em outro. Isto é, ao tratar a gramatização

brasileira do Português, torna-se inegociável a necessidade de algumas páginas retratando como essa língua surgiu e caminhou até chegar ao Brasil, onde encontrou um novo *espaço/tempo*, diferente do europeu, lugar em que nasceu.

3.1 SOBRE A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS

O capítulo anterior mostrou como a língua portuguesa fora gramatizada em Portugal, a partir do século XVI. Nessa época, a língua Portuguesa já era tida como tal. No entanto, sua história remete a tempos muito mais longínquos. Para se compreender o que é, de fato, a língua portuguesa, é preciso regredir quatro mil anos antes de cristo aproximadamente. Isso porque, embora muito se tenha cogitado, como explica Castilho (2010) sobre a origem hebraica de todas as línguas e, até mesmo, pautado o surgimento delas todas em mitos, como a Torre de Babel, há um consenso entre os linguistas de que a maioria das línguas originou-se da família indo-europeia por volta dessa data. Segundo Castilho, essa língua “é a maior família de língua do mundo, abrigando 60 delas, faladas por 1,7 bilhão de indivíduos, entre falantes nativos e não nativos.” (2010, p. 169). Para se ter ideia da complexidade da família indo-europeia, há, ainda conforme Castilho, no mínimo sete ramos a compô-la: além do hitita, do indo-irânico, do balto-eslavo e do armênio, o germânico, o grego o itálico também são membros dela. Pode-se dizer que o Português é oriundo do ramo itálico, assim como o Francês e o Italiano, por exemplo.

O Português, contudo, não se origina diretamente do ramo itálico da família indo-europeia. Como é sabido, essa derivação é indireta, pois, entre o Português e o ramo itálico, há o Latim e seus desdobramentos que o levaram a se transformar no português e em outras línguas conhecidas, caso do Francês e do Italiano citados acima. O Latim, para Castilho (2010), derivou do ramo itálico no primeiro milênio antes de cristo, entre os anos de 700 a.C. e 600 a.C. A língua passou a ser falada, nessa época, na região do Lácio, na península itálica na Europa. É, pois, esse o motivo que levou Olavo Bilac a famosa perífrase (última flor do Lácio), usada para se referir à língua portuguesa. A língua falada nessa região, entretanto, não foi a responsável pela origem do Português. O Português originou-se em outra península, ainda na Europa. Foi a península ibérica o berço do português. O Latim, depois de se tornar língua oficial do Império Romano, passou a ser

difundido por meio das conquistas desse império. Em uma delas, narra Bueno (1967), as tropas de Cipião levaram consigo o Latim às terras ibéricas no século III a.C. Esclarece Castilho que “entre 218 a.C. e 19 a.C., o latim foi levado à península ibérica, em que se implantaria apenas por volta do ano de 400 d.C.”. (2010, p. 169).

O Latim que chegou à península ibérica deu origem ao Português merece uma abordagem mais específica. Explica Silveira Bueno (1967) que as línguas – todos os idiomas, conforme suas palavras –, depois de terem suas primeiras obras literárias, manifestam-se sobre três tipos de língua: o literário, o vulgar e o rústico. O primeiro é tido como padrão aos anseios artísticos. O segundo, por sua vez, é a língua viva. Ele “evolui sempre, como verdadeira língua viva que é, menos submetido a regras e princípios, com certa indisciplina e mobilidade, acolhendo modificações de última hora.” (BUENO, 1967, p. 09). Já a terceira, por fim, é aquela composta de um vocabulário limitado, composto por gírias e calões, repleta de metáforas e alterações fonéticas, em vista da escassez de recursos expressivos de seu falante. Frisa Bueno (1967) que a diferença entre o primeiro e o segundo tipo de língua é que, no literário, o apuro e o rigor são maiores que na vulgar. Além disso, entende o pesquisador brasileiro que essas duas formas estão em constante interação: enquanto o vulgar busca o literário como fonte de inspiração, o literário se apropria de formas e moldes do vulgar para se renovar. Esses três tipos de língua – co-existentes numa mesma língua – existiram no Latim. Segundo Bueno, “os dois primeiros praticados pelos que tinham instrução, servindo-se do literário nos momentos mais solenes, nas obras de pensamento e de estética, empregando vulgar no trato diário da família, do comércio da correspondência da vira forense comum.” (1967, p. 09).

Mesmo tendo o Latim se valido dos três tipos de língua, segundo a concepção de Bueno (1967), não foram todos eles que chegaram à península ibérica. Somente o Latim vulgar e o Latim rústico é que, junto das tropas de Cipião, alcançaram a península do oeste europeu no século III a.C. O literário, afirma Bueno (1967, p. 11), “só aparecerá muitos séculos depois quando a Hispânia já podia imitar o modelos de Roma [...]”. O Latim vulgar veio com os oficiais das tropas, isto é, gente responsável pelas batalhas, como capitães, ou responsável pela burocracia, como escrivães; o rústico, junto dos soldados e das demais pessoas de baixo escalão. A consequência desse fato é que o Latim falado, na península ibérica tomou rumos diferentes do Latim empregado em Roma. Enquanto este era

preservado e esmerado, na medida do possível, aquele já nasceu longe dos padrões e dos modelos literários, perdendo, destarte, seu modelo. Além disso, os povos dominados pelas tropas romanas aprenderam o Latim em contato com o falar rústico e, a muito custo, alcançaram o padrão vulgar, fazendo a língua ganhar outros contornos no decorrer do tempo. Esses contornos novos tomados pela língua falada na quase ilha ibérica deram origem ao Romance, uma nova língua filha do Latim rústico e vulgar e mãe do Português.

O Romance encontrava-se como língua consolidada já no século VII antes de Cristo, predominando como língua mais falada na península ibérica até o século XIII. Essa nova língua oriunda do Latim, no entanto, não deve a sua formação somente aos fatos descritos. Dois fatores históricos, localizados entre o século VII e o século VIII, foram importantes em sua lapidação: os contatos culturais decorrentes das invasões bárbaras e mouras. Durante esses seis séculos de predomínio do Romance nas terras ibéricas, o domínio político não foi apenas dos Romanos. Povos germânicos, conhecidos como bárbaros, e povos Árabes, em especial os Mouros, também foram responsáveis por seu domínio político durante determinado período de tempo. O predomínio Romano durou até o século V, quando, graças às habilidades aprendidas com os próprios exércitos romanos como mercenários e a fragilidade em que se encontrava o império de Roma, povos germânicos (visigodos e alanos, por exemplo) tomaram a península ibérica, tornando-se, assim, donos daquele território. O domínio desses povos, porém, não foi capaz de implantar modificações culturais suficientes para modificar o idioma falado no local. Explica Bueno (1967) que, antes de tomarem posse da península ibérica, os germânicos já tinham tido contato com a cultura romana. Esse fator possibilitou que os povos dominantes fossem, grosso modo, aculturados pelos dominados. Outro fator importante para essa aculturação às avessas foi a religião. Os povos bárbaros aderiram ao catolicismo e, por consequência, sua língua oficial: o Latim. “Pelo contacto que, há muito, traziam com os romanos, mas principalmente agora, pela influência da religião, deixaram os seus idiomas germânicos, adotando o latim vulgar” (BUENO, 1967, p. 23).

Ao contrário do que aconteceu com os povos germânicos, os quais pouco influenciaram a constituição do romance, deixando, apenas, alguns vocábulos e topônimos, a invasão dos Mouros contribuiu mais com a formação do idioma. Narra Bueno (1967) que em oito séculos de domínio sobre as terras ibéricas (de 711

a.C. a 1492), os árabes desenvolveram uma civilização deveras desenvolvida. Implementaram todos os aspectos da vida peninsular: da agricultura à arquitetura, não deixando, logicamente, a linguagem alheia a esse processo. Afirma-nos Silveira Bueno que “era natural que também os idiomas se encontrassem no mesmo estado geral dos outros fenômenos desta aculturação sem igual: a língua romana, como era então denominada [...] sentiu o choque da Cultura de que era veículo africano”. (1967, p. 30). Por essa razão, é comum, em vista desse choque sofrido pelo Romance atribuir grande influência da língua árabe no Português. A existência dessa influência, porém, não tem os contornos que, geralmente, recebe. Segundo Bueno (1967) a aculturação Árabe foi mais intensa no sul e no centro da península. No norte da península, a aculturação não chegou aos extremos que chegou alhures. Foi, pois, por esse motivo que a reconquista cristã nasceu no norte e estendeu-se até o sul. Esse fato, para linguagem, acarretou duas implicações: a primeira é a que o galego-português – esboço da língua portuguesa –, surgido no norte, não assimilou tanta influência da língua árabe. Já a segunda é a que o reino de Portugal não existia nessa época, no momento da reconquista cristã, e, por motivos lógicos, a língua portuguesa não existia também para sofrer influências árabes. Essas influências foram todas assimiladas pelo Romance.

A influência Árabe, na língua portuguesa, deu-se por outros meios. Afirma mais uma vez Bueno (1967), que os Moçárabes, determinado grupo de mouros, eram falantes bilíngües: dominavam o árabe, que era utilizado nas interações públicas, e o romance, que era utilizado com os familiares, na vida privada. Ao contrário dos Muladies, que se submeteram, praticamente, a todos os aspectos da cultura islã, os Moçárabes, ao manter sua língua e outros aspectos culturais, foram responsáveis por todo o tipo de intercâmbio existente entre o árabe e o romance, criando, assim, uma via de mão dupla: modificam aspectos do romance e acrescentavam, ao árabe, aspectos do romance. Bueno (1967) diz que “bastante numerosos, os Moçárabes [...] emigraram para o norte, levando consigo o seu dialeto tão fecundo de consequências para as três grandes línguas: castelhana, catalã e portuguesa.” (1967, p. 31). Segundo Bueno (1967), o contingente léxico árabe na língua portuguesa pode chegar até quatro mil palavras. São exemplos as palavras relacionadas ao campo semântico da administração, tais quais *alvará*, *almoxarife*, *alcaide* ou as relacionadas ao campo semântico da agricultura, como *alface*, *alfafa*, *azeite*, *arroba*. Pode-se, ainda, seguindo os apontamentos de Bueno

(1967), listar algumas expressões no rol da herança linguística arábica, como *viver a sobra de alguém e ter boa ou má sobra*.

A língua portuguesa se diferenciaria totalmente do Romance somente no século XV, quando Portugal já constitui, de fato, reconhecido como uma nacionalidade. Nas palavras de Silveira Bueno, é somente nessa época “que a expressão se torna portuguesa, lusa, não só por ser a língua de um Estado, de uma Nação, mas, sobretudo, porque os seus fenômenos característicos já de tal modo se acentuaram que não podem mais ser confundidos com os do galelgo.” (1966, p. 40). O teórico salienta isso, porque discorda de uma classificação comum entre alguns estudiosos – dentre eles Cunha & Cintra (2007) – que consideram a existência de um Português *pré-histórico*, vigente do século V ao século IX e um português *proto-histórico*, que existira entre o século IX e o XII. Para Bueno (1967), não se pode levar em consideração a existência de um português *pré-histórico* porque, nessa época, Portugal ainda não existia e, também, porque não há documentação suficiente para corroborar a existência dessa língua. O que existia, na concepção de Bueno (1967), nada mais é do que galego ou leonês, dependendo da região em que eram faladas. Antes da constituição definitiva da Língua Portuguesa, considera Bueno (1967) a existência do galego-português, língua falada já na nação de Portugal, mas influenciada consideravelmente pelo idioma falado na Galícia, região incorporada ao novo reinado. Foi em galego-português que as primeiras obras literárias de Portugal foram escritas, ressalta Bueno (1967).

Embora essas constatações de Bueno (1967) sejam pertinentes e tenham sentido, às pretensões deste capítulo a divisão executada por Cunha & Cintra (2007) mostra-se mais didática e esclarecedora. Para Cunha & Cintra (2007), é pertinente falar em Português *proto-histórico*. Segundo ele, “datam do século XIII os primeiros documentos que chegaram até nos integralmente redigidos em galego-português” (CUNHA, 2007, p. 18). O galego-português, para Cunha & Cintra (2007), pode ter sua existência comprovada desde o século XI, porém, era falado somente em uma região que compreendia a Galiza e um pequeno pedaço da lusitânia. Em outros lugares, no entanto, o que predominava era o Português *proto-histórico*, modalidade da língua portuguesa que foi utilizada entre os séculos IX e XII. É somente a partir do século XIII que, de acordo com Cunha & Cintra (2007), o Português em si surge. Denominado de Português arcaico, essa modalidade a língua existe até meados do século XVI, data em que a língua portuguesa inicia sua

fase moderna. O período arcaico passou dividido em duas fases, ainda segundo esses pesquisadores. A primeira fase é a arcaica propriamente dita, que compreende os séculos XIII e o XIV. Já a segunda, é a fase que compreende o português médio. Ela se estende do século XV à metade do século XVI. Esta “representaria a fase de transição entre a antiga e a moderna do idioma” (CUNHA&CINTRA, 2007, p. 21). Acrescenta Castilho (2010), que é nessa fase que começa a surgir a consciência da existência de uma nova língua, no caso, o Português. Para o pesquisador, essa consciência se desenvolveu em dois locais distintos, ambos, segundo suas palavras, “irradiadores de cultura”: a corte e os mosteiros.

3.2 SOBRE O PORTUGUÊS NO BRASIL

A língua portuguesa que chegou ao Brasil foi trazida pelas caravelas que aqui aportaram, descobrindo, para Portugal, as terras que viriam a receber o nome de Brasil. Em 1500, o Português encontrava-se em sua fase Arcaica, na Europa. Destarte, podemos presumir que a língua que aqui chegou também se encontrava nesta fase. Isso, contudo, não é a opinião de Sílvio Elia (2003). Em sua obra *Fundamentos Histórico-Linguísticos do Português do Brasil*, Elia (2003), tomando como base a carta de Pero Vaz de Caminha, faz alguns apontamentos relevantes para compreensão de que Português chegou ao Brasil com os portugueses no século XVI. Afirma Elia que “a língua que as naus lusitanas nos trouxeram com o descobrimento era o português do século XVI, ainda próximo do séc. XV, mas já em sua fase final”. (2003, p 46). A carta de Pero Vaz de Caminha foi redigida seguindo os preceitos da norma culta e se encontrava muito mais próxima ao português moderno do que do arcaico. Nas palavras do pesquisador, a linguagem da carta “não oferece dificuldades a um leitor moderno” (ELIA, 2003, p. 46). Era, pois, um excelente documento para ilustrar a transição entre estas duas fases da língua portuguesa, explicadas acima. A observação sobre a carta, no entanto, requer uma concessão: ela não representa o Português dominado por boa parte dos lusitanos que aqui aportaram. Os marinheiros e demais serviçais que sobreviveram à viagem e à terra descoberta, com certeza, ressalva Elia (2003), não dominavam a língua que serviu de código à redação da carta.

Esse fator exposto por Sílvio Elia (2003) acaba, então, suscitando dúvida a respeito do Português que chegou ao Brasil. Diante do contraste entre o que a carta e Pero Vaz de Caminha representa e a hipótese óbvia de a grande parte dos portugueses não dominar a mesma linguagem que ela, Elia (2003) diz, simplesmente, que “estamos no limiar de um novo século. E a língua portuguesa ia deixando cada vez mais a roupagem arcaica, para se ir revestindo de roupagens latinizantes” (2003, p. 47). Ou seja: para Elia (2003), embora alguns dominem uma vertente e alguns outra, a língua que chegou ao Brasil caminhava em direção à modernidade. É, pois, uma perspectiva demasiadamente simples, pois deixa a impressão de que o Português que se desenvolveu no Brasil foi uma continuação ininterrupta do Português falado em Portugal, que simplesmente caminhou em direção à modernidade em uma simples evolução. Essa hipótese, embora exista, é apenas uma dentre outras. Ataliba (1992) explica que pesquisadores preocupados com a mudança linguística – isto é, com o processo de transformação das línguas – elencaram três hipóteses para explicar como se deu a diferenciação do Português falado na Europa e o Português falado no Brasil: a hipótese evolucionista, a hipótese internalista e a hipótese crioulista.

A hipótese evolucionista é caudatária das teorias evolucionistas difundidas no final do século XIX. Conforme Ataliba, “ela foi elaborada durante o primeiro momento da Linguística Histórica, fase em que foi muito grande a influência da Biologia Evolucionista sobre a Linguística” (CASTILHO, 1992, p. 241). Para ela, as línguas eram elementos naturais que, assim como as plantas e os animais, evoluíam. O Português falado no Brasil, portanto, era resultado de um processo natural, o qual já havia feito o Português falado na Europa evoluir do Latim. Pode-se perceber que essa é uma explicação demasiada simplista. Para Latim resultar no Português falado na Europa, vários processos históricos ocorreram. A segunda hipótese, por sua vez, considera as mudanças do Português falado no Brasil como tendências próprias ao sistema linguístico. É chamada de hipótese internalista. Segundo Castilho, ela “toma por ponto de partida a estrutura das línguas, em que se identificam pontos de tensão, como, por exemplo, o aproveitamento incompleto das distinções fonológicas [...], a perda de certas distinções e conseqüente perda de fonemas [...] ou mesmo a criação de distinções novas [...]” (1992, p. 243). Essa também é uma hipótese reducionista, pois negligencia, também, os aspectos extralinguísticos, os quais são de extrema importância. Por isso, entende-se neste

trabalho a hipótese crioulista como a mais pertinente. Ela fundamenta-se “na fase de bilingüismo que ocorreu nos primeiros tempos da implantação do PB [Português do Brasil]” (CASTILHO, 1992, p. 242). Castilho (1992) explica que, para essa hipótese, a partir do momento em que duas línguas ou mais entram em contato, duas fases ocorrem. Primeiro, uma língua simples, que apenas garante pequenos gestos comunicacionais – como transações comerciais – surge. É o *pidgin*. O *pidgin*, à medida que os contatos avançam, dá origem a uma língua mais complexa, capaz de suportar atos comunicacionais mais sofisticados e, principalmente, de funcionar como Materna. São as chamadas línguas crioulas, isto é, línguas originárias do contato mulilíngue, resultantes de *pidgins*.

Ao tomar a hipótese crioulista como fundamento, conclui-se que, ao ancorar no Brasil, o Português não encontrou novas influências, já se tornando diferente do de Portugal. De acordo com Elia, “o falar europeu sofreu influência de falares alienígenas, como o tupi e o africano, ainda não bem identificada.” (2003, p. 48). Essas influências, contudo, não agiram de forma homogênea. No interior, por exemplo, as línguas indígenas e as línguas africanas exerceram menor influência sobre o português quinhentista, em vista do isolamento dos falantes. Segundo Elia (2003), as línguas indígenas foram as primeiras com as quais a língua portuguesa entrou em contato. Pode-se afirmar que essas línguas obtiveram uma relação maior com o Português, em vista do afã catequético, característico do século XVI. Os jesuítas, imbuídos de sua missão catequética, viram-se obrigados a aprender a língua indígena para cumprirem seus objetivos cristãos. A língua tupi foi a mais utilizada, chegando, até mesmo, a ser traduzida e gramatizada. Esse momento catequético deu, destarte, origem a uma língua mista, utilizada para interação entre portugueses e indígenas, chamada por Elia (2003) de língua geral indígena. Já as línguas africanas entraram, de acordo com Elia (2003), no Brasil em meados do século XVI e exerceram influência, principalmente, no interior. Entende Sílvio que os dialetos africanos chegados às novas terras da colônia portuguesa “em contato com o português, língua base, passou a constituir um *semicrioulo*, na classificação de Silva Neto.” (ELIA, 2003, p. 60).

Com a língua geral indígena sendo utilizada nas regiões centrais e o *semicrioulo* desenvolvendo-se nas regiões interiorana, Elia (2003) entende o século XVII que a língua portuguesa começa a se sobrepor e a se tornar dominante. Ao contrário do momento pelo qual passa Portugal, que, no século XVII, de acordo com

Bueno (1967), via sua língua sofrer com a influência do castelhano, o Brasil consistia um território favorável ao Português, visto que, mesmo diante dos africanismos e indianismos, o Português apresentava maior fôlego para se consolidar. Além disso, ocorreram dois movimentos que alavancaram a consolidação do Português: o desenvolvimento da língua culta e escrita nas regiões mais habitadas do país e da língua oral e corrente nas regiões interioranas. Para Silvio Elia (2003), o século XVII não pode ser entendido sob outra perspectiva. Segundo ele, o estudo da língua portuguesa nessa época “tem de ser focado sob dois aspectos: o da língua culta, escrita e o da língua corrente, ora. A primeira mais própria dos centros urbanos, a segunda predominantemente nas vilas rurais” (ELIA, 2003, p. 83). Isto é: o Português tomou caminhos diferentes, como é fácil de presumir, dependendo da região em que se desenvolveu. As áreas rurais sofreram maiores influências dos dialetos vindos da África e mantiveram as características próprias da vertente arcaica do português vindo da Europa. Já nas regiões mais habitadas, nas metrópoles, a língua tomou rumos diferentes, pois essas regiões tiveram maior contato com as línguas indígenas e com o Português moderno, graças à constante chegada de lusitanos no Brasil.

No interior, afirma Elia (2003) que as línguas africanas – mesmo sendo representada por um número grande de negros os quais eram constantemente trazidos para o trabalho escravo – perderam espaço aos poucos para o Português. Para o pesquisador, “os negros iam aos poucos absorvendo mais a língua portuguesa que a geral tupi-guarani, que progressivamente abandonavam. Não viviam nas florestas; trabalhavam nas casas-grandes, no eito, em serviços domésticos ou de artesanaria” (ELIA, 2003, p. 85). Isso significa que a língua portuguesa se sobrepôs à utilizada pelos escravos, e às línguas gerais indígenas sobreviventes, quando ainda faladas por eles, pelo fato de haver relação constante entre a língua desses negros com os brancos. Nas metrópoles, por sua vez, o mesmo ocorria, porém a língua geral, mesmo já estando fadada à extinção demorou mais para desaparecer. É “na segunda metade XVII que começa o declínio da língua geral indígena.” (ELIAS, 2003, p. 52). Ao contrário do que já é lugar comum, a língua geral não foi simplesmente extirpada sob decreto do Marquês de Pombal no século XVIII. Ela foi perdendo seu prestígio aos poucos, visto que “os próprios índios pela mestiçagem, em várias gerações de mamelucos, mais tarde ‘caboclos’ igualmente vieram a adotar a língua portuguesa.” (ELIA, 2003, p. 85). Junta-se a esse fator,

ainda, a incessante vinda de portugueses ao Brasil e o fato de a língua portuguesa ser utilizada para a administração da colônia.

Embora o século XVII tenha marcado o início da consolidação do Português no Brasil, é importante frisar dois aspectos: o caráter desse Português e a literatura constituída acerca dele. O primeiro aspecto é de ordem esclarecedora e, talvez, um tanto quando óbvia. O contato do Português com as línguas crioulas e com a língua geral favoreceu o surgimento de algumas mudanças que levariam, futuramente, a língua portuguesa usada no Brasil a ganhar contornos que, em Portugal, não ganhou. Isto é, no século XVII, mesmo presenciando uma suposta vitória da Língua Portuguesa sobre outras línguas, não se pode imaginar essa vitória como um fenômeno homogêneo. Essas mudanças que começaram a surgir na língua portuguesa ainda não podiam ser percebidas na literatura, mesmo havendo teóricos engajados em defender essa tese. Segundo Elias, a maioria dos críticos não consegue enxergar na língua literária brasileira “traços que a façam expressão do que se pode chamar ‘alma brasileira’” (ELIAS, 2003, p. 85). Esses traços, para o pesquisador, seriam possíveis e reconhecíveis apenas com a vinda do Romantismo, no século XIX. Até essa data, “a língua literária do Brasil era uma ‘imitação da Metrópole’” (ELIAS, 2003, p. 89).

A sobreposição e constituição definitiva da língua Portuguesa no Brasil (aquela que já vinha se moldando conforme seu novo espaço geográfico e as influências submetidas nele) ocorreu no século XVIII, época em que houve uma profunda mudança no modo de pensar dos brasileiros. Essa mudança afetou o modo de focar os estudos linguísticos e, principalmente, o modo de ensinar a língua portuguesa no Brasil. Explica Elias (2003) que, em 1759, além de já existir no país os germes das primeiras oficinas tipográficas e das primeiras publicações brasileiras, o ensino comandado pelos jesuítas foi abolido pelo famoso decreto do Marquês de Pombal, junto com o uso das línguas gerais indígenas. Esse acontecimento, embora tenha destituído o Brasil de um sistema educacional estruturado e tenha deixado inúmeros discípulos à revelia, acabou permitindo que ideias inovadoras, principalmente oriundas da França chegassem a solos brasileiros. Nas palavras de Sílvia Elias, o ensino dos jesuítas “foi apresentado como exaurido, de cunho escolástico e medieval, muito apegado à cultura clássica, de fundo greco-latino, sem maior espaço para as ciências físico-naturais” (ELIAS, 2003, p. 115). Ou seja, na visão do Marquês de Pombal, era necessária a abertura de novas

perspectivas ao ensino no Brasil, que não fossem as dos jesuítas. Essa abertura, contudo, não ocorreu de imediato e gerou graves problemas ao ensino no Brasil, pois o sistema educacional brasileiro ficou deixado de lado por um tempo razoável. Segundo Elias (2003), só foi recuperado no final do século XVII a muito custo.

A recuperação do ensino educacional no Brasil no final do século XVII impulsionou os estudos linguísticos, em vista da importância que obtiveram. Assinala Silvio Elias que “no campo das letras, a principal inovação consistiu no ensino da língua portuguesa prioritariamente em relação à língua latina...” (2003, p. 119). Com a derrocada do ensino clássico, o Latim cedeu espaço ao ensino da língua Portuguesa. Comenta Elias (2003), ainda, que o desprezo pelo ensino humanista fora tão grande que gramáticas latinas utilizadas por ele foram banidas do Reino. É com esse movimento, também, que o Brasil vê o surgimento de algum dos seus colégios. Em 1798, a institucionalização do Seminário de Olinda, transformando-o em um local em que as ciências naturais eram ensinadas de forma profícua. Mesmo com esses movimentos, entretanto, a literatura brasileira, nessa época, ainda não adquirira a “alma brasileira” que Elia (2003) reclamava ainda no século passado. Poetas como Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, entre outros, tomaram a linguagem neoclássica, desprezando, destarte, a linguagem rebuscada que imperava até então com o Barroco. “Nada, porém, que reveja tons de brasilidade em seus escritos, a não ser algumas (poucas) ousadias lexicais”. (ELIA, 2003, p. 120). Os tons de brasilidade na literatura do Brasil e a questão da Língua Portuguesa falada no Brasil tomam contornos relevantes apenas no século XIX.

Antes, porém, é necessário explanar como as línguas gerais indígenas foram, finalmente, vencidas pela Língua Portuguesa. Como é de se imaginar, nenhuma língua desaparece ou é deixada de lado por meio de um simples decreto. Antes da imposição executada pelo Marquês de Pombal, “as condições sociais já tinham gerado uma elite culta, disseminada por vários pontos do país, que praticava o português e o levava a populações interioranas” (ELIAS, 2003, p. 123). Ou seja, a língua Portuguesa – que começava a se sobrepor aos demais dialetos falados no Brasil durante o século XVII – no final século XVIII já era difundida o suficiente para se impor mesmo sem o decreto de Pombal. Sílvio Elia (2003) ressalta ainda que a interiorização da Língua Portuguesa não acarretou profundas transformações nela, pois “como se trata da mesma língua, o português, a alfabetização das novas gerações por meio de métodos pedagógicos científicos e

não ideológicos [...] irá nivelando por t \hat{o} o pa \acute{i} s o padr \tilde{a} o culto, sem prej \acute{u} izo do colorido dialetal” (ELIAS, 2003, p. 123). O fato \acute{e} que, no in \acute{i} cio do s \acute{e} culo XIX as l \acute{i} nguas gerais ind \acute{i} genas – comenta Elias (2003) – praticamente n \tilde{a} o era mais faladas em territ \acute{o} rios brasileiros.

No s \acute{e} culo XIX, dois fatores hist \acute{o} ricos foram preponderantes para que a literatura brasileira e, por consequ \tilde{e} ncia, a l \acute{i} ngua portuguesa assumissem caracter \acute{i} sticas particulares. Explica S \acute{i} lvio Elia (2003) que a independ \tilde{e} ncia do Brasil em rela \tilde{c} o a Portugal e o florescimento do sentimento Rom \tilde{a} ntico em terras brasileiras impulsionaram os intelectuais do pa \acute{i} s a defender os aspectos particulares do Portugu \tilde{e} s praticado no Brasil. Nas palavras detalhadas do pesquisador, foram estes dois movimentos: “a) a independ \tilde{e} ncia, que, liberando o pa \acute{i} s da submiss \tilde{a} o oficial ao c \tilde{a} none portugu \tilde{e} s, permitiu que os brasileiros passassem a cuidar por si mesmos dos problemas relativos \grave{a} l \acute{i} ngua herdada; b) o movimento rom \tilde{a} ntico que buscava na alma do povo as bases da cultura nacional” (ELIA, 2003, p. 139). Enquanto o romantismo impulsionava a cria \tilde{c} o de uma literatura engajada de representar as nuances de sua p \acute{a} tria – mesmo que, muitas vezes, acrescidas de tons ideol \acute{o} gicos que geravam idealiza \tilde{c} oes, e n \tilde{a} o representa \tilde{c} oes, a independ \tilde{e} ncia possibilitava esse acontecimento, dando ao Brasil o sentimento necess \acute{a} rio de p \acute{a} tria. Esse sentimento nacionalista acabou gerando alguns desentendimentos entre os intelectuais brasileiros e portugueses, relacionados a t \acute{o} picos gramaticais da l \acute{i} ngua. Esclarece S \acute{i} lvio Elia (2003) que Jos \acute{e} de Alencar, Pinheiro Chagas e Joaquim Nabuco foram algumas das ilustres figuras que se propuseram, na \acute{e} poca, \grave{a} debater ferrenhamente quest $\tilde{õ}$ es dos ‘brasileirismos’.

Mais importantes que essas pol \tilde{e} micas e essas discuss $\tilde{õ}$ es, entretanto, s \tilde{a} o as consequ \tilde{e} ncias pr \acute{a} ticas produzidas por esse sentimento nacionalista. De acordo com S \acute{i} lvio Elia, “foi no s \acute{e} culo XIX que se criaram grandes institui \tilde{c} oes culturais. O Col \acute{e} gio Pedro II [...] em 1837; o Instituto Hist \acute{o} rico e Geogr \acute{a} fico Brasileiro em 1838; a Academia Brasileira de Letras, em 1897.” (2003, p. 148). Essas institui \tilde{c} oes possibilitaram que os intelectuais brasileiros desenvolvessem suas ideias, uma vez que, com elas, estavam respaldadas por institui \tilde{c} oes. No campo das letras, por exemplo, o aparecimento do Col \acute{e} gio Pedro II consolidou a preocupa \tilde{c} o do estado brasileiro com a educa \tilde{c} o. E “uma vez que a responsabilidade pela educa \tilde{c} o do povo no Brasil passava a dever do Estado, no tocante ao ensino da L \acute{i} ngua Portuguesa, foram surgindo comp \tilde{e} ndios destinados \grave{a} s

escolas” (ELIA, 2003, p. 146). Ou seja, a produção de gramáticas sobre a língua portuguesa produzidas no Brasil foi estimulada pela necessidade oriunda da educação que, depois das intervenções do Marquês de Pombal, reestruturava-se e criava demanda de livros. Nas ondas das gramáticas, surgiram, ainda, trabalhos lexicográficos e trabalhos destinados à ortografia da língua portuguesa. Mesmo com toda essa maior liberdade intelectual e, finalmente, o aparecimento da ‘alma brasileira’ na literatura, não se pode dizer, seguindo o Elias (2003), que a língua portuguesa tenha se distanciado o suficiente da de Portugal a ponto de se transformar em outra. Para ele, “o português do Brasil concentra-se, mesmo hoje, no léxico e na pronúncia; da morfossintaxe, apenas alguns arranhões.” (ELIA, 2003, p. 149).

Eli Orlandi (2001) resume toda essa trajetória da chega à consolidação do Português no Brasil em quatro momentos diferentes. Para ela, ao ser transportada para o Brasil no século XVI, por meio de descobrimentos, a língua portuguesa tomou um novo *espaço/tempo*. Isso acarretou, logicamente, novas condições de funcionamento para o Português, que, no transcorrer do tempo, não foram homogêneas, pois sofreram alterações. O primeiro momento inicia-se em 1532, com o início da colonização, e termina em 1654, com a expulsão dos holandeses do território nacional. É um período em que o Português é pouco falado, em vista das línguas gerais indígenas que se desenvolveram, mas, mesmo assim, é utilizado em documentos oficiais. O segundo período – para Orlandi (2001) – começa com a expulsão dos holandeses e estende-se até a chegada da família real ao Brasil, em 1808. Nessa época, o Português trava maior contato com as línguas africanas, graças à quantidade de negros que chega ao país, mas começa a consolidar-se graças às imposições do Marquês de Pombal. Segundo Orlandi, é nessa época que vemos “o primeiro índice da historização do Português no Brasil, o que o coloca em desvio com a evolução linguística de Portugal” (2001, p. 23). O terceiro período, por sua vez, parte de 1808 e finda-se em 1826, quando a questão da língua nacional no Brasil passa a ser debatida oficialmente, com a proposta de que os diplomas de médicos fossem redigidos em Português. Nessa época, a família real no Brasil confere ao Português um estatuto unificado. É, segundo Orlandi (2001), a língua oficial do Rei. Esse caráter uno é derrocado a partir do quarto período, que se inicia em 1826 e estende-se ao restante do século. Nesse período, a língua portuguesa passa a ser vista como símbolo de nacionalidade.

3.3 SOBRE A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PORTUGUÊS NO BRASIL

O século XIX foi o período em que a vitória da língua portuguesa sobre os demais dialetos existentes no Brasil foi consolidada. Vitória essa que trouxe consigo outro sentimento em relação a língua: o sentimento de identidade e propriedade, isto é, o espírito de que o Português usado no Brasil já não era uma língua emprestada, mas sim uma língua com contornos brasileiro, destarte, legitimamente brasileira. Esse sentimento foi o estopim da gramatização brasileira do Português. O sentimento particular à língua portuguesa, contudo, não foi um fenômeno isolado. Com o fim do ensino humanístico dos jesuítas, o Brasil abriu suas portas para ideias oriundas de outros lugares. De acordo com Guimarães que “os estudos do Português no Brasil vão tomar corpo num movimento geral das ideias que se desenvolve a partir da segunda metade do século XIX” (2004, p. 23). Ou seja, a abertura a essas novas perspectivas intelectuais iluminou os próprios pensadores brasileiros que, tomados por essa onda, encontraram terrenos férteis no tumultuado contexto político brasileiro do século XIX: a independência. Imersos na tentativa geral de criar-se um sentimento de pátria e de nação, a gramatização do português no Brasil foi catalisada por esse objetivo diante da linguagem: “uma das características do conjunto de estudos que marcam os estudos do português no Brasil nesse momento é o trabalho de demonstrar que o português que aqui se falava e escrevia era diferente do português de Portugal.” (GUIMARÃES, 2004, p. 24).

É interessante se observar, a partir dessa perspectiva, a reincidência de alguns aspectos do fenômeno da gramatização, já descritos a partir de Auroux (2009). Não é demais lembrar que a gramatização, no século XVI, também foi catalisada pela formação das nações europeias. Dentre os outros fatores que impulsionaram a confecção de gramáticas e dicionários na Europa, o surgimento das nações também exerceu influência considerável no surgimento desses instrumentos linguísticos. No entanto, além dessa coincidência que salta aos olhos, um exercício reflexivo mais detalhado evidencia outros aspectos. O sentimento de resgate aos ideais clássicos e às necessidades pedagógicas impostas por esse resgate foram mais aspectos mais decisivos, isto é, mais importantes no movimento que levou ao início da gramatização dos vernáculos na Europa. O resgate do Latim clássico, que representava o ideal de língua clássica perseguido naquela época e, portanto,

pertinente ao Renascimento, levou os intelectuais a desenvolverem técnicas pedagógicas de ensino que, por sua vez, resultaram em gramáticas latinas traduzidas para o vernáculo. Ou seja, faziam-se gramáticas vernáculas, a fim de se ensinar o Latim. No Brasil, não ocorreu exatamente esse processo, mas ocorreu, também, a busca pelo ideal de constituição de uma língua – enquanto reconstituíam o Latim clássico no século XVI, esboçava-se, no Brasil, uma língua própria, diferente da de Portugal.

Convém, entretanto, não se organizar esta exposição com base nesses dois pilares. É mais pertinente e didático seguir a divisão periódica feita por Guimarães (2004) para realizar esse passo de nossa reflexão. Eduardo Guimarães (2004 e 1996) estipulou uma periodização baseado em aspectos políticos e institucionais. O pesquisador brasileiro tomou todas as obras relacionadas ao estudo do Português no Brasil e as analisou, procurando compreendê-las como acontecimentos históricos, isto é, como fenômenos relacionados a aspectos históricos e sociais: “os acontecimentos considerados são políticos, institucionais (sistema educacional), culturais e linguísticos. Estes acontecimentos são apresentados e organizados [...] a partir de acontecimentos institucionais decisivos no andamento dos estudos sobre o português e sobre língua no Brasil” (GUIMARÃES, 2004, p. 27). Além desses aspectos, acrescentou o pesquisador o fato de que “os estudos do português no Brasil nos interessam enquanto e tornam estudos do português do Brasil” (GUIMARÃES, 2004, p. 25). Como colônia de Portugal, o Brasil não desenvolveu apenas estudos sobre o Português do Brasil, mas também sobre o Português. Estes estudos não podem ser incluídos no processo de gramatização brasileira do Português. Quiçá na de Portugal.

Segundo Guimarães (2004), portanto, são quatro os períodos que compreendem a gramatização do Português no Brasil. O primeiro período inicia-se com a descoberta, em 1500, e estende-se até meados do século XIX. É, pois um longo período devida a sua pouca proficuidade em relação aos estudos que verdadeiramente interessam à periodização: os estudos sobre o Português no Brasil. O segundo Período, por sua vez, é o contraste do primeiro: consiste na época mais profícua da gramatização do Português no Brasil. É, pois, a época em que ela, de fato se inicia e se consolida. O segundo período inicia-se em meados do século XIX, terminando no final da década de trinta do século passado. O final da década de trinta do século passado marca, conseqüentemente, o início do terceiro período. É

um período emblemático. Embora seja curto – seu término é datado no final da década de sessenta do século passado –, simboliza a mudança de perspectiva em relação à língua Portuguesa. É o momento em que ela se torna objeto de estudo. Por fim, o último período estende-se da década de sessenta do século passado aos dias atuais. É o período em que o trato científico da língua é consolidado, ou seja, é o período norteado pela linguística e pelos seus ramos de conhecimento.

O primeiro período é considerado, por Guimarães (2004), um período relativamente pouco produtivo em relação aos estudos do português no Brasil. Segundo ele, “este período se caracteriza, basicamente, por não ter ainda estudos de língua portuguesa no Brasil” (GUIMARÃES, 2004, p. 27). No entanto, é já no primeiro século de existência, no século XVI, o Brasil já obteve sua primeira língua instrumentalizada. Caudatária do movimento de gramatização das línguas indígenas explicadas por meio de Auroux (2009) no capítulo anterior, o jesuíta José de Anchieta redigiu sua *Arte de Grammatica da língua mais usada na costa do Brasil*, em 1595. Era, pois, um trabalho antropológico com a língua tupi, com fins pragmáticos, voltados para a catequização. Comenta Eni Orlandi, acerca dessas gramáticas e do trato com a língua indígena que “os missionários disciplinaram o tupi – instituindo o tupi jesuítico – a fim de instalar o seu poder de controle sobre os índios e o seu poder de negociação com o governo português...” (1990, p. 75).

Além da gramática de Anchieta, é importante ressaltar, a partir de Fávero (2001), outras obras emblemáticas, responsáveis por representar a noção da arte gramatical no Brasil. Cita a pesquisadora, em seu artigo *Gramática é uma arte...*, algumas delas, por acreditar que levantar uma grande quantidade de corpus não se faz necessário, pois “quanto mais o levantamento aumenta, mais ilusória é a exaustividade a questão só pode ser resolvida ou pelo menos contornada se trabalharmos com recortes...” (FAVERO, 2001, p. 60). As gramáticas são: *Breve Compendio de Grammatica Portugueza*, redigida por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca entre 1817 e 1819; *Compendio da Grammatica Portugueza*, confeccionada em 1829, pelo Antônio da Costa Duarte; *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional*, elaborada por Antônio Álvares Pereira Coruja no ano de 1835; *Epitome da Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*, feita por Raimundo Câmara Bithencourt em 1862; *Grammática Portugueza*, de autoria de Francisco Sotero dos Reis no ano de 1871 – em sua segunda edição –; e, por fim, *Nova Grammatica Analytica da Lingua Portugueza*, elaborada por Charles Adrien Grivet, no ano de

1881. Essas gramáticas, para Eleonor Fávero, são consideradas “uma arte, na continuidade da conceituação oriunda do modelo greco-latino” (2001, p 61). Ao lado da Retórica, da Poética, da Lógica, da Geometria, da Aritmética e da Astronomia, a Gramática compunha o rol das habilidades artesanais, dignas dos homes livres.

As gramáticas tomadas como arte e a gramática de Anchieta, embora demonstrem que a produção gramatical não fora tão inócua nos primeiros séculos de existência do Brasil, não se enquadram nas balizes metodológicas da periodização de Guimarães (2004), justamente por ou dedicarem-se às línguas indígenas ou, apenas, reproduzirem o saber sobre língua já consolidado, sem inovação. Na perspectiva de Guimarães (2004), enquadram-se somente cinco tomos de trabalhos sobre a língua portuguesa do Brasil: sob autoria de Antônio de Moraes Silva, o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de 1789 (publicado em Portugal) e o *Epítome da Grammatica da Língua Portuguesa*, encontrado na segunda edição do dicionário, que foi publicada em 1813 no Brasil. Já sob autoria de Coruja, *Compendio da Gramática da Língua Nacional*, de 1837 e “Coleção de vocábulos e frases suado na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, de 1852. Há, ainda, o *Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dictionarios da língua portuguesa*, elaborado, 1857, pó Brás da Costa Rubim. Todas essas obras, como os títulos evidenciam, fazem parte daquilo que Guimarães chama de “manifestações de uma tomada de posição quanto à especificidade da língua do Brasil...” (2004, p. 27).

Embora Eduardo Guimarães pense que seja “possível ver em trabalhos como estes [citados no parágrafo anterior] o prenúncio do que será, alguns anos mais arte (na década de 1880), a colocação em curso do processo de gramatização brasileira do português” (2004, p. 28), o fenômeno da gramatização brasileira do português deve muito mais aos acontecimentos políticos e sociais desse primeiro período. De acordo com o próprio pesquisador, “em meados do século XIX [...] o Brasil que já abrisse a possibilidade de receber outras influências [...] passa claramente a importar essas novas perspectivas, num movimento geral de mudança das condições materiais do país.” (GUIMARÃES, 2004, p. 28). Essas mudanças são marcadas por uma série de alterações no ambiente político do país. A independência em 1822, o florescimento do Romantismo por volta de 1830 e a fundação do colégio Pedro II em 1838 consolidaram uma nova dinâmica de pensar o Brasil. Era, pois, a época em que, nas palavras de Guimarães (2004), o pensamento europeu adentrava o país sem o filtro português. O maior exemplo, porém, de

modificação no pensamento brasileira foi a polêmica celebrizada pelo escritor José de Alencar e Pinheiro Chagas e o imbróglio entre Carlos de Laet e Camilo Castelo Branco, ambos em torno de alguns aspectos normativos da língua portuguesa usada em Portugal. O primeiro período é, portanto, o momento em que o Brasil encontra as condições reais para a gramatização consolidadas.

Mas é no segundo período que a gramatização consolida-se de fato. Explica Guimarães que é “a partir do segundo período dos estudos de linguagem no Brasil que se pode falar dos estudos do português do Brasil, mesmo que aqui se mantenham posições puristas e de unidade da língua em Portugal e no Brasil (GUIMARÃES, 2004, p. 28). Mesmo havendo, ainda, o ideal purista – o que justifica as polêmicas entre os intelectuais citados nos parágrafos anteriores – o Brasil desenvolvia trabalhos que questionava a normatização de Portugal em relação ao modo como a língua portuguesa era utilizada no Brasil. A obra emblemática desse questionamento é a de Júlio Ribeiro, publicada em 1881, denominada *Grammatica Portuguesa*. Ela é emblemática porque deixa claro, logo em suas primeiras páginas, o repúdio às gramáticas portuguesas. Comenta Guimarães que “esta atitude de Júlio Ribeiro corresponde a um distanciamento da influência direta de Portugal” (2004, p.28). Além da obra de Júlio Ribeiro, é possível citar, ainda, seguindo a listagem de Eni Orlandi (2000) outras obras importantes: *Gramática Portuguesa*, publicada em 1887 por João Ribeiro; *Gramática Analytica (Descriptiva)*, redigida por Maximino Maciel também em 1887; *Gramática da Língua Portuguesa*, ainda de 1887, elaborada a duas mãos por Pacheco Silva e Lameira de Andrade; e, por fim, a *Gramática Expositiva*, de 1907, e a *Gramática Histórica*, de 1914, ambas produzidas por Eduardo Carlos Pereira. Há de se reconhecer, também, como obra importante a *Grammatica da Língua Portuguesa*, de Alfredo Gomes, publicada em 1887, citada por Guimarães (2004), mas não por Eni Orlandi (2000).

Essas gramáticas, segundo Eni Orlandi (2000), precisam ser compreendidas a partir de dois vieses, responsáveis pelo distanciamento das ideias gramaticais de Portugal, filiadas à gramática filosófica. Como explicado, o filtro português responsável por balizar o conhecimento que adentrava o Brasil deixou de existir, fazendo, destarte, que os intelectuais brasileiros obtivessem contato com os pensamentos europeus de modo direto. Surgiram, então, no Brasil, obras com “filiação ao tratamento da gramática geral, em que se toma a linguagem como expressão do pensamento” (ORLANDI, 2000, p. 22) e obras com “a efetiva filiação

às gramáticas históricas” (ORLANDI, 2000, p. 22). São caudatários da gramática geral, por exemplo, Júlio Ribeiro e Eduardo Carlos Pereira, sendo que este está mais próximo da gramática geral enquanto aquele mais ligado ao naturalismo, segundo Eni Orlandi (2000). Já dentre os caudatários da gramática histórica, de acordo com Orlandi (2000), têm-se João Ribeiro, Pacheco Silva e Lameira de Andrade. É importante salientar, contudo, que o distanciamento em relação às gramáticas portuguesas, não extirpou do Brasil o ideário filosófico. Pelo contrário: ele assumiu um papel importante. Explica Eduardo Guimarães que, “se a linguística histórico-comparativa afeta e modifica a concepção de gramática e isto trabalha o processo de gramatização brasileira do português, a gramática filosófica permanece no Brasil, sendo um aliado constante ao purismo” (GUIMARÃES, 2004, p. 29). Gramáticas como a de Ernesto Carneiro Ribeiro (*Grammática Filosófica Portuguesa*, de 1881) e a de José de Noronha Napoles Massa (*Grammatica Analytica da Lingua Portguezsa*, 1888) representam essa vertente da produção gramatical no Brasil.

Não foram apenas as gramáticas que representaram o processo de gramatização no segundo período de Guimarães (2004). Trabalhos lexicográficos também foram importantes e emblemáticos nesse processo. Segundo José Horta Nunes, “o argumento lexical foi muito utilizado pelos defensores de uma língua nacional distinta daquela dos portugueses.” (NUNES, 2001, p. 71). O que o pesquisador quer dizer é que trabalhos realizados sobre a constituição do léxico da língua portuguesa no Brasil foram utilizados como aspectos que evidenciavam a diferença entre a língua falada no país da península ibérica e a língua falada na colônia que acabara de se libertar. Eram os chamados “brasileirismos” que davam tom aos debates da época. Esses “brasileirismos” consistiam em “‘empréstimos’ ou ‘influências’ das línguas com as quais o Português teve contato no Brasil, a saber, sobretudo, as línguas indígenas e africanas.” (NUNES, 2001, p. 71). Isto é: os brasileirismos designavam de forma sugestiva a aparato lexical que somente a língua portuguesa usada no Brasil poderia ter, graças aos contatos exclusivos que manteve com determinadas línguas, como as de origem indígena e as de origem africana.

Comenta Nunes (2000) que esses dicionários foram produzidos até o início do século XX. O melhor exemplo para ilustrar são as obras de Antonio Joaquim de Macedo Soares, publicada em 1888, denominada *O Diccionário*

Brasileiro da Língua Portuguesa, e a obra de Castro Lopes, chamada *Neologismos Indispensáveis e Barbarismos Dispensáveis*, lançada em 1889. Os dicionários citados no primeiro período também são exemplos de obras com essa finalidade. Essa idéia, contudo, é contestada por alguns intelectuais. O próprio Sílvio Elia (2003), por exemplo, afirma que as particularidades lexicais do Português do Brasil não configurariam a ele o status e uma língua totalmente diferente. Há de se ressaltar, ainda, junto dos gramáticos e dos dicionaristas, algumas especialistas que tratavam da língua na imprensa: “uma atividade muito comum na história do controle sobre a língua no Brasil são as colunas de ‘especialistas’ na imprensa” (GUIMARÃES, 2004, p. 30). Foram, também, trabalhos consideráveis no processo de gramatização brasileira do Português.

Além da questão da inovação da mentalidade do intelectual brasileiro ressaltadas acima, a institucionalização em relação aos estudos de língua foram, também, essenciais para o movimento da gramatização brasileira do Português no final do século XIX. Ratifica Eni Orlandi que “no final do século XIX, com as instituições escolares organizadas, começaram a aparecer as primeiras gramáticas de professores de colégio em São Paulo e no Rio de Janeiro” (2000, p. 22). Isso significa que o resgate do ensino brasileiro após a intervenção de Marquês de Pombal por meio de ações do estado que passaram a comandar a educação no Brasil foram essenciais para a proficiência do segundo período. Mostra-nos Eni Orlandi (2000) que Júlio Ribeiro, João Ribeiro e Maximino Maciel – para não se elaborar uma lista exaustiva –, por exemplo, estavam vinculados a instituições de ensino.

Outro fator decisivo para a produção massiva de gramáticas no final do século XIX relacionado ao ensino que foi a elaboração de um programa de ensino para língua portuguesa. Nas palavras de Orlandi, “um fato decisivo neste processo de gramatização brasileira do português é o ‘Programa de Português para os Exames Preparatórios’ organizado em 1887 por Fausto Barreto, professor do Colégio Pedro II” (2001, p. 25). Esse programa apontava 46 itens com o objetivo de balizar a produção gramatical da época, fato que requereu a produção e a reedição de novas gramáticas. Por fim, a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897 é, sem dúvida, mais um ato institucional decisivo para os estudos de língua no Brasil. Conforme nos relata Guimarães, “a Academia estará, como se sabe,

envolvida nos acordos da unificação ortográfica de 1932, 1943, e em um parecer sobre a denominação da língua que se fala no Brasil, em 1946.” (2004, p. 30).

O primeiro período, portanto, é o momento em que de fato ocorre a gramatização brasileira a língua portuguesa. Impulsionado pelas transformações que já se iniciaram no final do primeiro período, nas primeiras décadas do século XIX, os intelectuais brasileiros encontram os terrenos mais férteis possíveis para desenvolver trabalhos que tratem da especificidade da língua portuguesa usada no Brasil. Por um lado, recebem novos ares acadêmicos: novas ideias capazes de fomentá-los ideologicamente e de respaldá-los teoricamente para essas mudanças. É o ideário da independência e do romantismo se sobrepondo a mentalidade da colônia. É a bagagem teórica europeia desvinculada de qualquer relação com Portugal alcançando terras brasileiras. Já por outro lado, encontram os meios políticos e físicos mais adequados para suas produções. Os colégios estão, finalmente, organizados e operantes, recebendo seus alunos e, principalmente, carecendo de obras que cumpram os requisitos impostos pelo Estado para seu uso. E, além disso, surge uma agremiação responsável por debruar-se sobre a língua portuguesa no Brasil e resguardá-la: a Academia Brasileira de Letras.

O terceiro período inicia-se com a fundação de duas instituições que modificam o modo de se pensar a língua no Brasil: o curso de Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, e o curso de Letras da Universidade do Brasil, em 1939. Segundo Eduardo Guimarães, esses lugares se tornaram “espaço de pesquisa sobre questões de linguagem, que estavam, até então, ligadas fundamentalmente à língua do Estado (Língua Nacional), a um padrão literário e ao ensino.” (GUIMARÃES, 2004, p. 31). É, pois, na década de quarenta do século passado que haverá uma grande produção acadêmica desvinculada de qualquer proposta pedagógica no Brasil. No entanto, é importante ressaltar que, antes, ainda no primeiro período – sobre o qual discorreremos há pouco –, já apareceram as primeiras obras sem caráter pedagógico, preocupadas, apenas, com a perscrutação dos aspectos linguísticos. São de Said Ali as principais dela. Comenta Eduardo Guimarães que “a obra de Said Ali é parte fundamental desta inflexão que desloca da língua nacional para a língua o objeto dos estudos de linguagem no Brasil” (GUIMARÃES, 2004, p. 31). Em 1908, o grande filólogo e gramático brasileiro já publicara *Difficuldades da Língua Portuguesa*. É “um trabalho descritivo sobre pontos importantes da língua portuguesa, aí, incluído o problema da colocação dos

pronomes átonos, que ele põe claramente em terrenos novos” (GUIMARÃES, 2004, p. 31). Mais tardias, por sua vez, são *Gramática Secundária da Língua*, de 1924, e *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, de 1931. Outras obras que contribuíram com essa inflexão grada por Said Ali são: *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, publicada em 1920, e *Estudos Filológicos*, redigida em 1939 por A. Nascentes. *Lições de Português* (1923), de Souza da Silveira, também pode ser inclusa nessas obras.

Na década de quarenta do século passado, com o movimento que ditava novos rumos para abordagem da língua no Brasil já consolidado por obras como as de Said Ali e pelos espaços institucionais já em pleno funcionamento, dois importantes teóricos sobre a Língua Portuguesa do Brasil surgiram: Silveira Bueno e Mattoso Câmara. De acordo com Guimarães (2004), Silveira Bueno tornara-se professor da USP em 1939. A partir de 1944, com a publicação de *Gramática Normativa da Língua Portuguêsa*, iniciou o momento mais importante e relevante de sua produção – *Estudos de Filologia Portuguesa* (1946), *Tratado de Semântica Geral Aplicada à Língua Portuguesa do Brasil* (1947) – que alcançou seu ápice com a obra que, até hoje, é relevante nos mios acadêmicos: *A Formação Histórica da Língua Portuguêsa*, publicada em 1955. Comenta Guimarães que “nesta obra, o autor apresenta, inclusive, estudo sobre a dialeção no Brasil, com as influências africanas e indígenas” (GUIMARÃES, 2004, p. 32).

Mattoso Câmara, por sua vez, destacou-se, segundo Guimarães (2004), com seus estudos realizados no Rio de Janeiro. Mattoso, ao contrário de Silveira Bueno que advogava uma perspectiva histórica, era fortemente influenciado pela linguística moderna, oriunda nos Estados Unidos. Em 1941, Câmara publicou *Princípios de Linguística Geral*, obra que “já mostra sua formação que inclui influência de Saussure, mas fundamentalmente de Sapir” (GUIMARÃES, 2004, p. 32). As décadas de sessenta e setenta do século passado presenciaram, contudo, a produção de seus melhores textos, que foram reunidos, posteriormente em *Problemas de Linguística Descritiva* (1969) e *Estrutura da Língua Portuguesa* (1970). Para Guimarães (2004), essas obras marcam, definitivamente, a passagem do estudo de língua nacional para o estudo de língua, porque abordam não somente aspectos da língua portuguesa, mas também, de algumas línguas indígenas.

Embora Silveira Bueno e Mattoso Câmara tenham sido os pesquisadores mais importantes, ao lado de Said Ali, na reviravolta que os estudos

sobre língua tomaram no Brasil em meados do século XIX, responsáveis por caracterizar o terceiro período da gramatização Brasileira segundo Guimarães (2004), é preciso que citar outros dois pesquisadores cujas obras foram produzidas nessa época e são, até hoje, importantes para os intelectuais Brasileiros. Um deles que não pode deixar de ser citado é *História da Língua Portuguesa*, publicada em 1952, por Serafim da Silva Neto. Comenta Guimarães que “com esta obra passa-se a considerar a história da língua como ligada à história política e cultural” (2004, p. 33). É, pois, um estudo que passou a considerar aspectos extralinguísticos como preponderantes na formação da língua portuguesa no Brasil. Outro importante estudo é o realizado por Nelson Rossi, publicado entre 1963 e 1965, chamado *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. É uma obra que, segundo Guimarães (2004), fomenta a perspectiva de uma abordagem geográfica para o estudo da língua portuguesa no Brasil. Outro dado importante sobre ela é o fato de ter sido realizada na Universidade Federal da Bahia. O eixo de estudos sobre a linguagem que, até então, estava fixado no Rio e em São Paulo iniciou um processo de deslocamento para outros locais do Brasil.

As produções gramaticais, no entanto, não desapareceram no terceiro período. Além das gramáticas produzidas em meio aos estudos sobre língua, houve farta produção fora desse âmbito. Pode-se dizer, inclusive, que foi nessa época em que as gramáticas mais utilizadas da Língua Portuguesa surgiram. Mais uma vez, o estopim dessas produções foi uma medida tomada pelo estado, a fim de intervir na Educação. Narra-nos Guimarães (2004) que em 1957 deram início a um projeto para unificar a nomenclatura utilizada das gramáticas referentes à língua portuguesa no Brasil. Claudio Cezar Henriques conta que “o que havia no ensino da língua portuguesa no Brasil era um total conflito no emprego dos termos. Tal situação só gerava polêmicas e discussões, prejudicando única e exclusivamente o estudante do curso médio...” (HENRIQUES, 2009, p. 16). O MEC, em vista disso, com a ajuda do Ministério da Educação e Cultura, com base nos estudos feitos, estabeleceu, em 28 de janeiro 1959, a portaria que estabelecia como deveriam ser as gramáticas feitas no Brasil e com que nomenclatura deveriam abarcar os fenômenos da língua portuguesa. Nas palavras de Guimarães, “a NGB se reduz a ser uma organização terminológica sem teoria que a sustente adequadamente” (GUIMARÃES, 2004, p. 34). Mesmo com essa defasagem teórica, muitos gramáticos adotaram-na, renovando suas obras ou, simplesmente,

produzindo outras. Além da NGB, o Brasil viu surgir, ainda, o antigo acordo ortográfico do português, publicado em 1943 e revisto em alguns aspectos em 1971. Viu, também, ser definido como Língua Portuguesa, depois de um debate de mais de dez anos, o nome da língua falada no Brasil, em 1946.

Esse movimento de unificação da terminologia gramatical ocorreu também sobre a perspectiva da especificidade das línguas. Depois de os gramáticos conclamarem as diferenças entre a língua Portuguesa usada no Brasil e a Língua Portuguesa utilizada em Portugal, ocorreu um movimento contrário. Os gramáticos brasileiros passaram a redigir obras com o objetivo de buscar uma unidade linguística entre Portugal e Brasil. O principal nome dessa empreitada foi o de Celso Cunha. De acordo com Guimarães que em 1965, o intelectual brasileiro publicou *Uma Política do Idioma*, “obra que dedica a Luíz Filipe Lindley Cintra. Neste trabalho ele defende a necessidade de se buscar a unidade da Língua Portuguesa.” (2004, p. 34). Essa temática, ressalta Guimarães (2004), foi também retomada em outra obra, *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. Foi, contudo, na parceria com o português Lindley Cintra que a busca dessa unidade se mostrou mais emblemática. *Gramática do Português Contemporâneo* foi publicada em 1970 por Celso Cunha e reeditada, em 1985, em co-autoria com o intelectual português, que outrora havia sido homenageado. São dessa época, também outras gramáticas que, embora não sejam tão engajadas, acabam, defendendo essa linha da unificação. Rocha Lima publica, 1957, *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, e Evanildo Bechara, em 1961, edita *Moderna Gramática do Português*. Afirma Guimarães que “ambas [as gramáticas] com uma longa permanência no Brasil, com sucessivas re-edições.” (2004, p. 34-5).

A mudança da natureza dos estudos sobre a linguagem – transformando-os de estudos sobre a Língua Nacional para estudos sobre a Língua – foi o primeiro passo para o surgimento e para a consolidação da disciplina de Linguística no Brasil, fato que caracteriza o quarto período. As instituições que já demonstravam certa tendência aos estudos linguísticos, mesmo que imbuídas, na maioria das vezes, de trabalhos com cunho histórico, passara a ocupar-se do desenvolvimento da Linguística, que, em outros países, já caminhavam há tempos e de meios físicos e humanos para seu desenvolvimento. Segundo Eduardo Guimarães, no quarto período, os estudos sobre língua e linguagem no Brasil passam a vislumbrar novos horizontes, “tanto como resultado dos desenvolvimentos

dos anos 1950-60, quanto por aquilo que as instituições de ensino e pesquisa colocarão em curso na década de 1970” (2004, p. 35). A linguística começou a fixar suas raízes no Brasil em 1962, data em que se tornou disciplina obrigatória nos currículos mínimos dos cursos de Letras. Um ano depois o primeiro curso de pós-graduação em linguística começava a funcionar. Em 1963, a UnB deu início à sua pós-graduação em Linguística, graças ao seu Departamento de Linguística – o primeiro do Brasil. Esse curso da UnB, contudo, durou apenas dois anos. Em 1965, a Pós da UnB deixou de funcionar, graças a algumas transformações sofridas pela universidade em questão. Comenta Guimarães que “neste período foram aí defendidas três dissertações de mestrado: uma sobre o português coloquial, outra sobre uma língua indígena brasileira e uma terceira sobre uma língua africana de Moçambique” (2004, p. 36).

A consolidação da disciplina de fato ocorreu, contudo, depois dessa breve experiência na UnB. De acordo com Guimarães (2004), somente a partir de 1966 é que experiências no âmbito da pós-graduação no Brasil foram bem sucedidas. A primeira delas foi a pós-graduação da USP, a qual se iniciou exatamente nessa data. Cristina Altman afirma que “o curso de pós-graduação da Universidade de São Paulo previa para os alunos atividades de pesquisa e frequência a disciplinas na chamada área central e na área complementar.” (1998, p. 141). A universidade de Campinas, por sua vez, viu sua pós-graduação em Linguística aberta somente no ano de 1971. “Ao contrário das outras instituições [...] a Linguística da UNICAMP constituiu [...] um departamento próprio e autônomo, encarregado de ministrar a disciplina, tanto no nível de graduação quanto no nível de pós-graduação” (ALTMAN, 1998, p. 153). No Rio de Janeiro também foi assim. De acordo com Guimarães, “a Faculdade de Letras da UFRJ terá uma colaboração na pós-graduação em Antropologia (relativa à linguística) do Museu Nacional, que se iniciou em 1968” (2004, p. 36). Comenta Altman (1998), a respeito da pós-graduação do Museu Nacional, que o estatuto do profissional formado nesse curso era o de Antropólogo, mesmo com a sólida formação em Linguística. Não se pode deixar de ressaltar que ressaltar, também, que não foram esses os únicos cursos de pós-graduação em Linguística que surgiram no país. Segundo Eduardo Guimarães (2004), em 1969 o Brasil viu o surgimento do sistema nacional de pós-graduação, gerido pela Capes, responsável por estimular a pós-graduação em várias instituições do território nacional. “Deste modo vão aumentar nos anos subseqüentes o número

de cursos de pós-graduação na área dos estudos de letras, de língua portuguesa e dos estudos de linguagem em geral.” (GUIMARÃES, 2004, p. 36).

É interessante ressaltar que, mesmo surgindo praticamente nas mesmas datas e em regiões relativamente próximas, os cursos de pós-graduações da USP, da UNICAMP e da UFRJ (no Museu Nacional) apresentavam diferenças importantes, oriundas, basicamente, da formação de seus professores. Guimarães (2004) esclarece que o Brasil não continha meios garantir para formação dos professores responsáveis por ministrar as aulas e as orientações relacionadas das pós-graduações que floresciam no país. Destarte, mandava-os para realizar seus estudos em outros países, como França e Estados Unidos. A consequência disso foi a importação das linhas de pesquisa com as quais nossos professores se deparavam em sua formação. A maioria dos professores da USP teve sua formação realizada na França: “observamos que alguns dos professores que tiveram papel na constituição da linguística da USP tiveram formação específica na França nos anos 1960.” (GUIMARÃES, 2004, p. 36-7). Isso fez que obtivessem contato decisivo com a Semiótica. Já os a UNICAMP se viu fortemente influenciada pelos estudos enunciativos e discursivos graças à contribuição de Oswald Ducrot. O celebre pesquisador francês veio para substituir o Prof. Gentilhome, que acabou não ficando na universidade. Para Guimarães (2004), essa mudança foi decisiva na caracterização das linhas de pesquisa da UNICAMP. A influência que a UFRJ obteve, ao contrário da USP e da UNICAMP, não se originou da França, mas dos Estados Unidos, graças a Mattoso Câmara. “Os estudos de linguagem nos anos 1970-1980 no Rio de Janeiro têm a marca de uma relação mais específica com a linguística americana, diferentemente da Linguística da USP e na UNICAMP” (GUIMARÃES, 2004, p. 37). É importante, contudo, compreender que essas caracterizações não são regras. O próprio Guimarães (2004) afirma que não se pode, simplesmente, afirmar que houve apenas uma espécie de pensamento nas universidades citadas. O que houve foram pontos de irradiação.

Outra questão interessante que merece ser destacada é que os cursos de pós-graduação dessas universidades se desenvolveram de uma forma paralela aos cursos de Letras, dependendo muito pouco dos profissionais dessa área. Enquanto na USP a pós-graduação é comandada por professores de linguística indo-europeia, na UFRJ o curso é encabeçado por Mattoso Câmara. Explica Eduardo Guimarães “que a linguística se instala na USP por uma via diversa

da tradição dos estudos da cadeira de língua portuguesa (dirigida por Silveira Bueno)". (2004, p. 38). Eram – comenta Guimarães (2004) – esses os professores que iam até a França se aprimorar para ministrar suas aulas. Mattoso Câmara, por sua vez, contribui com a fundação da Linguística na UFRJ por meio de sua participação na pós-graduação em antropologia, ministrada no Museu Nacional. Nas palavras de Guimarães, Mattoso Câmara contribuiu por meio de "seu trabalho de organização do setor de linguística do Departamento de Antropologia do Museu Nacional" (2004, p. 38). O mesmo distanciamento ente Linguística e Letras ocorreu na UNICAMP. Seu curso de pós-graduação foi constituído de forma totalmente independente do curso de Letras: "A linguística foi constituída na Unicamp, no final dos anos 1960, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e nasce assim fora de qualquer relação com o domínio das Letras" (GUIMARÃES, 2004, p. 38).

A consequência desse distanciamento dos cursos de Letras e dessas múltiplas influências oriundas de diferentes tradições de pesquisa é o fato de que "o debate linguístico no Brasil é marcado por esta capacidade de movimentar formações que, muitas vezes, não se conversam tão diretamente como no Brasil" (GUIMARÃES, 2004, p. 39). Isto é: essa dinâmica que envolveu a constituição da linguística Brasileira tornou a formação intelectual Brasileira flexível e versátil, capaz de tecer relações entre áreas que inexistem em outros lugares. Para se ter ideia, Guimarães (2004) lista dezessete áreas diferentes de estudos da Linguagem no Brasil. A noção de unidade, porém, adveio da formação e das congregações dos lingüistas. Segundo Guimarães (2004), já em 1969 foi fundada a Associação Brasileira de Linguística. Outra associação regional – o Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL) – também foi fundada nesse mesmo ano, alguns meses depois. "Essas associações criaram um espaço público muito particular para os estudos de linguagem e funcionaram, nesta medida, como um espaço de visibilidade, variada segundo cada caso, da produção na área" (GUIMARÃES, 2004, p 39). Outro grupo relevante, fundado algumas décadas depois, em 1984, foi a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em letras e Linguística. Sobre ele, afirma Guimarães que se transformou "em ancoragem institucional para variados domínios no interior dos estudos da linguagem." (2004, p. 39).

4 SOBRE A DESCRIÇÃO E A ANÁLISE DO CORPUS

Este capítulo dedicar-se-á, finalmente, às análises dos enunciados de designação da classe gramatical Verbo. Foram feitas seguindo os grupos por meio dos quais as gramáticas analisadas foram divididas, a fim de compreender qual o papel de autor de gramáticas que se pode depreender em cada grupo, isto é, a fim de entender *quais os sentidos são mobilizados pelas designações de Verbo nas gramáticas selecionadas e como essas mobilizações refletem o papel de gramático brasileiro constituído durante o processo de gramatização do português no Brasil*. Entende-se por *papel* aquilo que se pode depreender das designações de Verbo em relação à postura do gramático no tratamento da língua portuguesa, ou seja, em relação ao modo como ele se coloca ao tomar a língua portuguesa para construir sua respectiva metalinguagem. Esse papel não precisa corresponder ao autor empírico. É, na verdade, uma projeção discursiva apreendida por meio de análises. Mesmo assim, viu-se a necessidade de discorrer, durante ela, sobre a vida dos gramáticos estudados e de suas obras, com o objetivo de evidenciar a diferença entre o autor empírico e o papel das designações e também de fornecer uma contextualização necessária ao entendimento das análises, visto que, em uma perspectiva discursiva, as condições de produção são imprescindíveis.

4.1 O PRIMEIRO GRUPO: A CONSTRUÇÃO DO PAPEL DE GRAMÁTICO

Embora conhecido por Júlio Ribeiro, o nome completo do primeiro gramático avaliado é Júlio César Ribeiro Vaugham. Nascido em Sabará, em Minas Gerais, no ano de 1845, Júlio Ribeiro teve uma infância difícil. Seu pai abandonando-o e sua mãe, professora primária, enfrentou, conseqüentemente, sérias dificuldades para garantir os passos elementares de Júlio Ribeiro nas primeiras letras. Somente aos 15 anos o gramático conseguiu deixar sua terra e matricular-se em um bom colégio, quando, com 17 anos, foi ao Rio de Janeiro concluir sua educação em um colégio militar. No entanto, não finalizou o curso por não demonstrar interesse na carreira. Esses colégios foram responsáveis por lhe prover grande conhecimento clássico, literário e filológico, aspectos cruciais para o desenvolvimento de sua profissão: o magistério. Júlio Ribeiro lecionou, de acordo com Fávero e Molina (2006), no Colégio Culto à Ciência, em Campinas, na Escola

Normal, em São Paulo, e, por fim, no Curso Anexo da Faculdade de Direito também de São Paulo. Nesta, era professor de Latim. Também foi professor, mas por pouco tempo, no Instituto de Instrução Secundária, no Rio de Janeiro. Além do Magistério, Júlio Ribeiro foi um jornalista ativo – sendo *A Procelária* o jornal dirigido por ele mais conhecido. Foi, porém, na literatura que ele se destacou. O romance *A Carne* gerou demasiada polêmica por seu conteúdo erótico. Júlio Ribeiro foi patrono da cadeira 24 da Academia Brasileira de Letras.

Sua gramática – *Grammatica Portugueza* – publicada em 1881 e consolidada em sua segunda edição, no ano de 1885, “provocou inúmeras críticas dos tradicionalistas” (FÁVERO&MOLINA, 2006, p. 130). Isso aconteceu porque Júlio Ribeiro modificou a perspectiva de estudos realizados até então. Segundo Orlandi (2000), Júlio Ribeiro filia-se claramente ao naturalismo, corrente com a qual também se identificou na literatura. Dessa filiação decorre uma visão extremamente metódica do estudo gramatical: “a preocupação é a de aplicar ao estudo da língua o mesmo rigor e os mesmos métodos das ciências naturais” (FÁVERO&MOLINA, 2006, p. 130). Destarte, a preocupação metodológica gerada pelo naturalismo levou Ribeiro a valorizar extremamente o estudo da influência sofrida pelas línguas em sua evolução e, conseqüentemente, o estudo da etimologia. Vale ressaltar, ainda, que o ímpeto metodológico de Ribeiro também possuía motivação na negação das gramáticas filosóficas. Júlio Ribeiro considerava “que estudos gramaticais como os de Jerônimo Soares Barbosa são uma metafísica” (ORLANDI, 2000, p. 24). Ou seja: um tratado filosófico despreocupado com a língua, de fato, existente. *A Grammatica Portugueza* é dividida em quatro partes (Fonologia, Morfolofia, Léxica, Lógica) remetendo, de acordo com Fávero e Molina (2006) às gramáticas medievais.

Ao se observar a designação de Júlio Ribeiro (1881), percebe-se que ela não é diferente da de outras gramáticas analisadas. Ao observá-la, nota-se que é a mais longa dentre as outras. Embora seja apenas uma designação de Verbo, o excerto retirado da gramática de Júlio Ribeiro (1881) apresenta longa reflexão para respaldar sua visão acerca do que significa Verbo. O gramático dedica a sua designação três pequenos parágrafos, mas, após esses parágrafos, discorre sobre três designações de Verbo, retiradas dos estudos linguísticos realizados ao longo da história da humanidade, que, segundo ele, tiveram influência nas gramáticas modernas. Ele divide essa abordagem em três pequenas seções: uma à designação aristotélica, outra ao senso comum e, por fim, outra a designação da gramática de

Port Royal. Ribeiro (1881) constrói sua abordagem seguindo sempre os mesmos procedimentos: expõe as designações e, depois, avalia-as, dizendo por que são errôneas.

Em vista dessa complexidade, optou-se por nomeá-la de *Ensaio Designativo*. Entende-se como *Ensaio* o texto de pequena extensão, com finalidade didática, às vezes com nuances poéticas, que se debruça sobre a exposição lógica, sem preocupações formais, de um determinado assunto. O ensaio, geralmente, é redigido sempre com teor subjetivo, pois, devido à sua liberdade conjectural – diferentemente de um texto científico, que requer provas ou citações de autoridade – permite ao seu autor suas mais pessoais opiniões e pontos de vista. Acrescenta Costa que o ensaio, ainda, “caracteriza-se pela visão de síntese e tratamento crítico, predominando o discurso expostivo-argumentativo” (2008, p. 92). São exatamente essas as características encontradas na obra de Ribeiro (1881): uma exposição sintética das designações de Verbo que influenciaram o modo de se conceber essa classe gramatical ao longo dos tempos, acompanhada de pareceres avaliativos, responsáveis por evidenciar a visão que possuía, como gramático, dessas designações. No entanto, não se pode titular apenas de *Ensaio* o texto de Ribeiro, mas, mais precisamente, de *Ensaio Designativo*, porque os pareceres avaliativos não são apenas responsáveis por construir o juízo de valor que Ribeiro (1881) tem de outras teorias linguísticas. Também constroem o que o autor compreende como verbo.

Graças a essa designação particular, Ribeiro (1881) é o gramático no qual foi possível apreender o movimento discursivo mais complexo existente nas designações de Verbo selecionadas. É um movimento no qual é possível depreender como o papel do autor de gramáticas brasileiro começa a ser construída nas designações de Verbo. Ao se analisar o *Ensaio Designativo* de Ribeiro (1881), é possível compreender o funcionamento dos jogos de significação que perpassam a teia discursiva da designação desse gramático e, dessa forma, compreender qual a função desse *Ensaio Designativo* para a construção do papel de autor de gramáticas no Brasil. Em outras palavras, o *Ensaio Designativo* de Júlio Ribeiro (1881) permite depreender como o papel do autor de gramáticas brasileiro na designação de Verbo começou a se estabelecer. Esse papel passa a ser construído logo no início do *Ensaio Designativo*, quando o papel de gramático apto a discorrer sobre a língua

portuguesa começa a ser moldado. O autor inicia seu ensaio designativo dizendo que:

161. Verbo é uma palavra que exprime a existência de uma relação entre duas idéias.

Para Ribeiro (1881), verbo pode ser qualquer palavra capaz de exprimir a existência entre duas ideias. Não há, pois, esclarecimentos sobre que tipo de relação a palavra deve estabelecer para ser tomada como verbo, tampouco o caráter dessas ideias que são relacionadas por meio do verbo. Mesmo diante desse aspecto genérico, Ribeiro (1881) é categórico, não demonstrando dúvidas acerca da natureza dessa palavra. Além disso, ao enunciar que “Verbo é”, utilizando o presente do indicativo do verbo “ser”, ele ratifica sua certeza a respeito do que diz, fato que acentua a posição de detentor do conhecimento gramatical. Esse papel de *detentor do saber* torna-se evidente, no seguimento da designação de Ribeiro (1881), quando o gramático afirma que:

Desde a mais remota antiguidade até hoje os grammaticos se não têm podido entender a respeito do kharacter essencial e distinctivo do verbo.

Há aí o papel do intelectual capaz de avaliar um grande percurso histórico que se estende da antiguidade à data em que escreve; existe também o papel de gramático apto a conjecturar que os gramáticos que perpassaram todo esse período de tempo não puderam compreender o “*kharacter essencial e distinctivo do verbo*”. Neste ponto da análise da designação de Verbo de Ribeiro (1881), já se pode perceber uma via de mão dupla responsável por significar e por respaldar a significação. A utilização do gênero de maior complexidade para a designação de Verbo – o *Ensaio Designativo* – produz, automaticamente, o papel de autor de gramáticas brasileiro, isto é, o papel do intelectual que tenha a permissão para discorrer sobre o assunto. Esse papel, no entanto, é construído no seguimento do *Ensaio Designativo*, com a certeza com a qual designa Verbo e, também, com o modo como aborda outras teorias ou outros gramáticos. Pode-se dizer que essa designação complexa obtida por meio de um *Ensaio Designativo* é possível graças a esse papel que o próprio ensaio constrói em sua decorrência.

Faz-se pertinente, neste momento, elucidar dois conceitos fundamentais para a compreensão desse papel do autor de gramáticas brasileiro na designação de Verbo depreendida, da qual se vem falando: o de sujeito e o de autor. Segundo Orlandi, “o sujeito está para o discurso assim como o autor está para o texto” (2007, p. 73). Isso significa que existe uma diferença de funcionamento considerável entre ambos os conceitos. Autor, para Orlandi (2007), é o elemento responsável por conferir unidade ao texto. Explica a pesquisadora que o texto é uma unidade linguística fechada em si mesma. O autor “é a representação de unidade e delimita-se na prática social como uma função específica do sujeito” (ORLANDI, 2007, p. 73). Autor e sujeito, portanto, não são a mesma coisa. O autor é uma função do sujeito: “o autor é o lugar em que se realiza esse projeto totalizante, o lugar em que se constrói a unidade do sujeito” (ORLANDI, 2007, p.73). A dispersão do sujeito discursivo é, portanto, mascarada pela existência imprescindível do autor. No caso do *Ensaio Designativo*, o papel do autor de gramáticas brasileiro é o elemento que garante unidade ao ensaio, portanto.

Esse papel de autoria mostra-se mais evidente quando o *Ensaio Designativo* de Ribeiro (1881) passa a discorrer sobre outras designações de Verbo. O papel do autor de gramáticas brasileiro na designação de Verbo se encontra, agora, em uma posição na qual pode debater com grandes nomes da história do intelecto da humanidade. Com seu papel validado no ensaio, suas ideias e colocações podem, destarte, serem medidas a partir de nomes que carregam consigo grande autoridade intelectual. A primeira designação que Ribeiro (1881) questiona é a aristotélica, para qual Verbo expressa noção de tempo.

§ 1.º

Aristóteles em duas definições que nos deixou põe no numero dos kharacteres distinctivos dos verbos a indicação de tempo (A). Os grammaticos gregos e romanos seguiram neste ponto a doutrina de seu mestre, e entre os modernos muitissimos têm considerado a idéia de tempo marcada por tal ou tal fórmula do verbo como a que constitue-lhe a natureza, distinguindo-o de todas as outras palavras. Assim Julio Cesar Scaligero no seu tratado « De CansisLinguæLatinæ » cap. CX diz: « Verbum est nota rei sub tempore, o verbo é o signal de uma cousa com indicação de tempo ». Em Allemão esta parte do discurso tem até o nome de palavra de tempo (Zeitwort).

Nesse excerto, há o resgate da concepção de Aristóteles, a qual esteve presente nas gramáticas gregas e latinas e, ainda, é encontrada em gramáticas consideradas modernas para a época. A contra-argumentação mostra que essa é uma concepção equivocada. O início do excerto, com a expressão “*verdade é que*”, permite notar que, para o *Ensaio Designativo* de Ribeiro (1881), não existe a possibilidade de a concepção aristotélica ser verdadeira. Indicar tempo é uma função acessória da língua, pois há várias formas de tornar precisa a indicação de tempo às línguas: “*Realmente, em vez dessas fórmulas temporais seria muito possível empregar outras locuções como «no presente, no passado, no futuro», de modo que o verbo não involvesse mais idéia parcial de tempo, conservando todavia o seu kharacter de verbo...*”. Além disso, acrescenta que “*mais idéia parcial de tempo, conservando todavia o seu kharacter de verbo. Acontece às vezes que, usando-se do verbo com uma ou outra forma indicadora do tempo presente, faz-se abstracção completa da idéia de tempo nas locuções, por exemplo, «gosto de bons livros – como de todas as carnes»*”, dessa vez mostrando, por meio de exemplos, que Verbo não perde sua essência quando abstrai o tempo. Chama a atenção, por fim, a citação a Von Humboldt no final do excerto, como citação de autoridade responsável por ratificar seu exemplo. Tem-se, aí, uma filiação. O autor além de questionar a definição aristotélica, filia-se à qual julga mais adequada. Eis o excerto:

Verdade é que, nas epokhas historicas das linguas mais antigas e que tambem em nossas linguas modernas, as palavras chamadas verbos têm fórmulas varias de tornar precisa pela circumstancia de tempo presente, passado ou futuro, a relação entre duas idéias; mas tal determinação é apenas funcção accessoria do verbo. Realmente, em vez dessas fórmulas temporais seria muito possível empregar outras locuções como «no presente, no passado, no futuro », de modo que o verbo não involvesse mais idéia parcial de tempo, conservando todavia o seu kharacter de verbo. Acontece às vezes que, usando-se do verbo com uma ou outra fórmula indicadora do tempo presente, faz-se abstracção completa da idéia de tempo: nas locuções, por exemplo, «gosto de bons livros — como de todas as carnes» não se tem em vista indicar mais o presente do que o passado ou o futuro. Para traduzir exactamente o pensamento sernos-ianecessaria uma fórmula de verbo que não exprimisse circumstancia alguma de tempo; é isso que acontece, segundo Von Humboldt (B), em muitas linguas indigenas da America do Norte.

Praticamente o mesmo movimento – descrição e contestação – apresentado a partir do excerto acima é encontrado nas outras duas concepções elencadas pela designação de Ribeiro (1881). O ensaio descreve a ideia de que Verbo poderia ser designado como palavra que expressa ação – *“Outros grammaticos fazem consistir a natureza do verbo no exprimir elle um idéia de acção feita ou recebida pelo sujeito”* –, atribuindo essa concepção ao senso comum antes de questioná-la: *“Todo o mundo está de accordo em que, na analyse syntactica ou logica, as palavras chamadas verbos equivalem á palavra ser seguida de um predicado. Na mór parte dos verbos este predicado denota com effeito uma acção.”* E, repetindo-se, inicia sua contraposição com uma expressão semelhante à anterior, para desconstruir toda a designação de Verbo como palavra que expressa ação: *“na verdade”*. Como se vê no excerto abaixo, entender Verbo como palavra que expressa ação é, para a designação de Ribeiro (1881) o mesmo que compreendê-la como palavra que expressa noção de movimento, sendo essa ideia falsa, pois existem verbos que, claramente, não expressam movimento, como o verbo *ser*.

Na verdade a idéia de acção encerra sempre a de movimento; ora muitos verbos como descansar, sentar, dormir encerram um predicado que só representa estado, simples modo de ser do sujeito, excluindo toda a idéia de movimento. Demais, muitas linguas têm verbos para exprimir idéias de côr: a nossa, por exemplo, tem negrejar, verdejar, etc.. Evidentemente taes verbos não trazem á mente idéia de acção. Emfim exprimirá uma acção a palavra ser? Considerando bem tudo isto, muitos grammaticos dão a este verbo o nome de copula: não é bastante, porém, dar-lhe um nome particular; é preciso examinar-lhe primeiramente a natureza. Acha-se então que é elle o verbo por excellencia; que é elle quem realmente pronuncia os juizos; que elle por si só poderia exprimil-os todos, ao passo que as outras palavras chamadas verbos differem dos adjectivos e são verbos, só porque encerram em si a idéia de existencia por elle significada.

É importante se ressaltar nesse excerto o fato de que o ensaio já começa a esboçar sua conclusão: a de que Verbo é a palavra responsável por exprimir a relação entre duas ideias. Essa conclusão é a designação de Verbo, exposta logo nos primeiros parágrafos. Ao tomar como exemplos os verbos de ligação (verbos de cúpula), que, essencialmente, funcionam como elo entre duas ideias – *“Acha-se então que é elle o verbo por excellencia; que é elle quem realmente pronuncia os juizos; que elle por si só poderia exprimil-os todos, ao passo*

que as outras palavras chamadas verbos differem dos adjectivos e são verbos, só porque encerram em si a idéia de existencia por elle significada.” – o ensaio de Ribeiro (1881) se direciona para a sua conclusão, mostrando a pertinência da sua designação perante as demais definições. O papel do gramático que tem autoridade para discorrer sobre a língua, construída logo no início do *Ensaio Designativo*, que sustentava a significação, agora é sustentada pela argumentação acerca da designação de Verbo. A via de mão dupla se repete: ao mesmo tempo em que esse papel sustenta o *Ensaio Designativo*, o ensaio designativo a constrói.

Isso acontece, também, com a última designação contestada no seguimento da designação de Ribeiro (1881), quando questiona diretamente as colocações da gramática de Port Royal: “Não se justifica melhor do que as precedentes a definição dada pelo auctor da «Grammatica Geral de Port Royal » « Verbo é uma palavra que significa afirmação».” Para a designação de Ribeiro (1881), não há sentido tomar Verbo como palavra que expressa uma afirmação, pois, dessa forma, toda sentença negativa não poderia conter um verbo: “*Si se faz consistir a natureza do verbo na afirmação, claro está, em vista do que fica dito, que não haverá verbo em uma proposição negativa.*” Encontram-se em Ribeiro (1881), ainda, outros motivos para não aceitar a ideia de que Verbo possa ser designada por palavra que expressa uma afirmação, até ratificar sua ideia, já sugerida anteriormente, com o tom peremptório, de que não há outra possibilidade, senão a de designar o Verbo como palavra que expressa relação entre duas ideias: “*A definição de Port Royal é, por conseguinte, acanhada de mais. Deve-se definir o verbo «a palavra que exprime a existencia de uma relação entre duas idéias», relação de concordancia, relação de discordancia ou qualquer outra, isso em nada muda a essencia do verbo.*” Ribeiro (1881) ainda ironiza, dizendo que: “*A definição de Port Royal seria boa si o homem sempre pensasse e sempre se exprimisse afirmativamente.*”

O mais importante, no entanto, é o modo como o *Ensaio Designativo* de Ribeiro (1881) termina: “*Como exprimir a existencia de uma relação entre duas idéias é dizer, é declarar uma cousa, segue-se que é boa a definição de W. D. Whitney «Verbo é a palavra que diz ou declara».*” Aparece, então, o argumento de autoridade a que se filiou para corroborar sua ideia de que a melhor designação de Verbo é a de que é uma palavra que declara a existência de uma relação entre duas ideias. Embasando-se em Whitney, gramático americano atuante no século XIX, o

gramático brasileiro finaliza sua exposição, mostrando que todas as designações não correspondentes a dele são inverossímeis ou inadequadas. A presença da citação de autoridade, apenas nas últimas linhas, é o último indício que aponta para a construção do papel do autor de gramáticas brasileiro na designação de Verbo. Em vez de simplesmente citar Whitney para respaldar sua designação, a designação de Ribeiro (1881) prefere um texto complexo, semelhante a um ensaio, para conceber Verbo. Isso ocorre visto que esse texto complexo – esse *Ensaio Designativo* – é não apenas uma simples designação de verbo, mas a construção do papel de autor de gramáticas no Brasil.

Não se pode deixar, nesse momento, de fazer uma ressalva às filiações de Ribeiro (1881) em seu ensaio designativo de Verbo. Segundo Orlandi, “Júlio Ribeiro tem uma relação muito nítida com a gramática filosófica na tendência de Port Royal” (2001, p. 29). Essa tendência, contudo, não se faz presente de acordo com as análises realizadas na designação de Verbo do gramático. Como visto, Ribeiro (1881) afasta-se da designação de Verbo proposta pela gramática de Port Royal (“*A definição de Port Royal é, por conseguinte, acanhada demais*”). Esse afastamento pode ser explicado pelo fato de Ribeiro (1881), conforme a própria Orlandi (2001) aponta, querer se distanciar das gramáticas filosóficas, tomando o fazer gramatical como exposição dos fatos de uma língua – ideia emprestada de Whitney, o mesmo intelectual citado para corroborar sua designação de Verbo. Ao buscar expor os fatos de uma língua, Ribeiro (1881) não poderia concordar com a ideia de que Verbo expressa uma afirmação, visto que obviamente, há sentenças formadas com Verbo comunicando noções negativas. Além disso, Orlandi (2001), quando fala de uma relação nítida entre a gramática de Port Royal e Júlio Ribeiro, está se referindo à concepção de gramática, congruente para ambos: “a linguagem é a expressão do pensamento por meio de sons articulados” (RIBEIRO, 1881).

A desconstrução de teorias originárias de outras teorias linguísticas e as filiações de Ribeiro (1881) expõem um aspecto relevante das condições de produção de sua designação de Verbo. A abertura do Brasil a novas ideias foi, pois, a condição *sine qua nom* para sua argumentação. Isto é: as ideias das quais lançou mão Ribeiro (1881), representadas linguisticamente por meio dos nomes de pesquisadores e de obras, são marcas do afastamento intelectual que o Brasil finalmente consegue, em relação a Portugal, no final do século XIX. Não há, na linha de Ribeiro (1881), vestígios de reflexão elaborada por portugueses, mesmo para

contestá-las. É um silenciamento total, que revela a independência do teórico brasileiro. Isso se torna mais evidente, ainda, quando se percebe que todo esse movimento descrito e analisado poderia ser, facilmente, relacionado ao importante gramático português Jerônimo Soares Barbosa e sua obra *Grammatica Philophica da Língua Portuguesa*. Nela, o gramático lusitano afirma que é característica de Verbo “atar o attributo da proposição com o seu sujeito debaixo de todas suas relações...” (1881). É, portanto, uma visão semelhante à de Ribeiro (1881), pois considera característica de Verbo a indicação de relação. Essa filiação, contudo, não acontece. Surge Whitney com a ideia da declaração. Ao negar Jerônimo Soares e buscar outras filiações, que não Portugal, Ribeiro (1881) sintetiza o processo de formação do papel de autor autônomo, que não poderia buscar nos antigos dominadores respaldo, mesmo quando há um ponto comum: a língua portuguesa.

Todo esse movimento discursivo que pôde ser depreendido na designação de Ribeiro (1881) reflete o modo de funcionamento das Formações Discursivas que estão ali presentes. Segundo Orlandi “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada determina o que pode e deve ser dito” (1999, p. 43). É, em outras palavras, uma espécie de nuvem de significação que determina o que o falante pode dizer. Obviamente, as formações discursivas exercem uma coerção sobre o falante que não é de ordem consciente. No caso da designação de Verbo de Ribeiro (1881), essa coerção ocorre da seguinte forma. As condições de produção do discurso da designação do gramático levam, primeiramente, à necessidade da construção do papel do autor de gramáticas no Brasil. A independência e, conseqüentemente, o afastamento da antiga metrópole Portugal requerem a existência do gramático brasileiro, responsável por, no novo país, responder por sua língua pátria. O *Ensaio Designativo* surge, então, como lugar ideal para que esse papel se construa: a formação discursiva encontra seu gênero no qual pode se manifestar.

A construção do papel desse autor de gramáticas, contudo, segue, ainda, pela interação entre os discursos que perpassam essa formação discursiva ou que, por ela, são silenciados. O papel do autor de gramáticas brasileiro na designação de Verbo é fomentado pelos discursos que são citados, como o de Aristóteles ou o de Port Royal. Isso acontece porque a papel do autor de gramáticas no Brasil se fortalece ao dialogar com grandes nomes da constituição do saber filosófico-gramatical. Todo movimento descrito acima, no qual Ribeiro (1881)

argumenta apontando equívocos em outras designações de Verbo, é, na verdade, a construção da autoridade que o papel de gramático requer. O mesmo pode ser dito a respeito da filiação que Ribeiro tece a Van Humboldt e, principalmente, com Whitney. Já o silenciamento de Jerônimo Soares é a parte crucial da significação. Ao silenciar o discurso oriundo de uma gramática portuguesa, mesmo sendo um discurso que poderia corroborar com a designação, o papel do gramático brasileiro torna-se mais válido ainda, por ser, aparentemente, autônoma.

O que se tem na designação de Verbo em Júlio Ribeiro (1881), portanto, é a comprovação da tese colocada por Orlandi (2000) em relação ao gesto de autoria dos gramáticos do século XIX. Ao engendrar um ensaio dessa proporção, Ribeiro (1881) mostrou como o simples ato de designar Verbo requereu todo um movimento discursivo, responsável por criar, ratificar e perpetrar o papel do autor de gramáticas no Brasil. O tom assertivo, a abrangência das análises – tomando longos períodos de tempos e referenciando acontecimento em diversas línguas – as citações e, principalmente, as contestações de teorias linguísticas consolidadas, como no caso de Port Royal, deixaram transparecer o papel de um autor autônomo diante da construção da metalinguagem de sua própria língua. Ribeiro (1881) assumiu o papel que as condições de produção de sua gramática lhe impuseram, ajudando, dessa forma, a possibilitar essas condições. Como exposto no capítulo anterior, a gramática de Júlio Ribeiro (1881), praticamente, é a obra que inaugura a gramatização brasileira do Português – de acordo com Guimarães (2004). O *Ensaio Designativo* de Verbo se mostra simbólico diante desse fato, pois fornece, claramente, um exemplo de como o papel de autoria gramática no Brasil fora consolidado e como o português começara a ser gramatizado no Brasil.

Esse papel que se pôde depreender na designação de Verbo composta por Júlio Ribeiro (1881) vai ao encontro de outros dados já confirmados por outras pesquisas em História das Ideias Linguísticas. Orlandi afirma que “ser autor de gramática no século XIX no Brasil é assumir a posição de um saber linguístico que não reflete meramente o saber gramatical português. Nesse momento [...] é preciso que, do ponto de vista institucional, ele saiba que sabe” (ORLANDI, 2000, p. 27). Ou seja: não basta haver apenas autores que processem o conhecimento gramatical no Brasil. É necessário que esse conhecimento seja autônomo em relação ao conhecimento português. É preciso que os autores brasileiros se vejam como aptos a construir esse saber. Ou que, pelo menos,

façam a partir da perspectiva dos detentores de conhecimento. O motivo dessa necessidade é a consolidação da ideia de nação pela qual o Brasil passa. O país independente e a caminho de se tornar uma república precisa de uma língua e, principalmente, de autores aptos a falarem e a afirmarem sobre essa língua. Decretar a Independência requer, também, independência em relação à compreensão da própria língua. Conforme explica Orlandi, “ao trazerem o gesto de autoria para si, os primeiros gramáticos brasileiros [...] estão participando da construção do estado brasileiro” (2000, p. 27).

A complexidade do ensaio designativo de Verbo redigido por Ribeiro (1881) contrasta com a simplicidade da definição dos outros gramáticos que compõe o primeiro grupo. João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes, conhecido como João Ribeiro, nasceu em 1860, em Laranjeiras (Sergipe), e morreu 74 anos depois, no Rio de Janeiro, cidade onde trabalhou e realizou seus principais feitos intelectuais. Em Laranjeiras, iniciou seus estudos. Primeiro com seu avô, que, graças à morte de seus pais, criou-o. Segundo Fávero & Molina, foi com ele que João Ribeiro “desenvolveu o hábito da leitura e de quem recebeu forte influência positivista” (2006, p. 163). Depois em colégios da própria cidade e no Ateneu de Sergipe. Em 1880 mudou-se para Bahia para cursar Medicina. Embora tenha iniciado o curso, largou-o para ir ao Rio de Janeiro em 1881. Em seu primeiro ano na cidade, passou a trabalhar como jornalista no *O Globo*, veículo que lhe possibilitou a construção de amizades célebres, como a com Quintino Bocaiuva. Como era dado aos estudos filológicos, em 1887, resolveu pleitear uma cadeira de Língua Portuguesa no Colégio Pedro II. Embora tenha sido aprovado, assumiu somente três anos depois para a cadeira de História Universal. A partir de 1895, fez uma série de viagens à Europa, ora por motivos particulares, ora para representar o Brasil em compromissos oficiais, como no Congresso Literário de Dresden, em 1895. João Ribeiro atuou como gramático, historiador, crítico e escritor. Não fez parte dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, em 1897, mas assumiu uma cadeira em 1898, com a morte de Luís Guimarães Júnior.

Em vista de sua versatilidade intelectual, João Ribeiro escreveu inúmeras obras, dentre as quais destaca-se a *Grammatica Portuguesa*. “Essa gramática, editada pela primeira vez em 1887, [...] está calcada no programa traçado por Fausto Barreto e foi adotada, alguns anos após sua publicação, pelos professores do Colégio Pedro II” (FÁVERO & MOLINA, 2006, p. 163). João Ribeiro a

entendia como um objeto preceitivo, isto é, normativo, responsável por balizar a língua garantindo seu bom falar e escrever. Segundo Orlandi (2000), a obra de João Ribeiro possui filiação histórica, pois, mesmo em seu caráter preceitivo, reconhece que existem tendências pertencentes a determinados grupos étnicos e linguísticos. O autor divide sua gramática em quatro partes (fonologia, morfologia, classificação e sintaxe), evidenciando, nas palavras de Fávero & Molina, seu apego ao modelo gramatical greco-latino: “essa quadripartição dos estudos gramaticais confirma-nos que o autor se acha mesmo calcado no modelo greco-romano” (2006, p. 166).

A designação de Verbo redigida por João Ribeiro (1889) define a classe apenas como “palavra pela qual pode uma acção, um estado ou uma qualidade ser atribuída a um ser”. A palavra *atribuída* permite estabelecer uma relação entre os dois gramáticos. Júlio Ribeiro (1881) designa Verbo como a palavra que mostra a existência de relação entre duas ideias. João Ribeiro (1889), por sua vez, especifica quais são essas ideias relacionadas pelo verbo. Para ele, verbo seria a palavra que possibilita a um *ser* estabelecer relações de qualidade, de estado ou de ação. Em outras palavras, João Ribeiro (1887) especifica quais são as ideias para as quais o verbo manifesta relação: de um lado pode haver uma qualidade, um estado ou uma ação e, do outro lado, um *ser*. Por esse motivo, a designação de Verbo de João Ribeiro (1889) pode ser entendida como um avanço diante da de Júlio Ribeiro, visto que a torna mais específica. Júlio Ribeiro (1881) não especifica quais são as ideias que os verbos podem reunir. João Ribeiro (1889) o faz. Além disso, ao citar *qualidade*, *estado* ou *ação*, reincorpora uma das designações negadas por Júlio Ribeiro (1881) em seu ensaio designativo. O gramático recupera a noção de *ação* que Júlio Ribeiro (1881) julga inadequada.

Essa simplicidade também é encontrada em Maciel (1910) – último gramático que compõe o primeiro grupo de análise. Maximino Maciel nasceu no estado de Sergipe, em Rosário, em 1866 e morreu no Rio de Janeiro, já no outro século, em 1923. Formou-se em Direito em 1894 e, em 1901, em Medicina. Foi também pedagogo – foi professor no Colégio Militar – poeta e filósofo. Sua gramática foi muito relevante para a consolidação do saber gramatical no Brasil. Nomeada *Grammatica Descriptiva*, foi a primeira obra que “sistematizou os estudos do significado das palavras e os inseriu no quadro sinótico da gramática” (FÁVERO & MOLINA, 2006, p. 26). A *Grammatica Descriptiva*, no entanto, foi publicada inicialmente em 1887, com o nome de *Grammatica Analytica*. Somente em 1894 é

que foi refeita e novamente nomeada. Assim como a de João Ribeiro, também foi redigida com o objetivo de atender ao programa traçado por Fausto Barreto, possuindo grande aceitação. Segundo Fávero & Molina (2006), a gramática de Maciel teve edições até 1931 e foi adotada no colégio Pedro II em 1892, em 1893 e em 1896.

A *Grammatica Descriptiva* foi, de acordo com Orlandi (2000), a primeira a inserir explicitamente a noção de norma, inovando em relação aos seus pares contemporâneos que apenas a deixavam subentendida. Maximo Maciel também se diferenciava por seu extremo rigor. Além de dividir a obra em quatro partes (Fonologia, Lexicologia, Sintaxilogia e Semiologia) praticamente iguais, fornecia sempre ao final de cada assunto o que chamava de quadro sinóptico do conteúdo. “Essa característica revela uma grande preocupação por parte do autor com a questão didática, já que iniciar um assunto e finalizá-lo com um quadro resumitivo auxiliara, talvez, para uma melhor fixação da matéria” (FÁVERO & MOLINA, 2006, p. 177). Nela, Maciel (1910) afirma, apenas, que “os verbos são as palavras que servem para indicar os factos, ex.: correr, gritar, morrer, compor, estudar.” É uma designação que se atém, apenas, a ideia de que os Verbos são palavras que exprimem ações. Todos os verbos listados por Maciel (1910), como exemplo, são verbos relacionados à ideia de movimento. Mesmo designando que Verbos “servem para indicar os factos”, seus exemplos acabam remetendo o *facto* à ideia de ação, ainda que *morte* possa ser uma ressalva.

Percebe-se, então, que essa simplicidade de Maciel (1910) é o ato final de um movimento discursivo que exemplifica como o papel de autor de gramáticas no Brasil do século XIX se constituiu. Por meio das análises das designações selecionadas, o papel de autoria de um gramático no Brasil do século XIX foi construído por meio de um complexo movimento discursivo que, posteriormente, encontrou estabilidade para sua significação. Em Júlio Ribeiro (1881), a designação que, na verdade, constituía um *Ensaio Designativo* demonstra a complexidade discursiva exigida para se estabelecer o papel de autor de gramática no Brasil. Complexidade essa que contrasta com o modo sucinto das definições posteriores. João Ribeiro (1889) e Maximino Maciel (1910), a designar Verbo, fazem-no de forma simples, visto que não há a necessidade de se construir e validar o papel de autor de gramática. É relevante, nesse sentido, observar que o próprio Júlio Ribeiro designa Verbo de uma maneira muito mais simplista nas

versões precedentes à gramática analisada no *corpus*: “**158**. Verbo é uma palavra que enuncia, diz ou declara alguma cousa. O verbo implica sempre uma asserção ou predicação” (RIBEIRO, 1899).

Esse movimento mais uma vez remete ao funcionamento das formações discursivas identificadas nas designações analisadas. Enquanto a designação de Verbo de Júlio Ribeiro (1881) articulava vários discursos, ora negando-os, ora filiando-se a ele, há em João Ribeiro (1889) e em Maciel (1910) o silenciamento, estratégia utilizada por Júlio Ribeiro apenas em relação ao discurso da gramática portuguesa de Jerônimo Soares Barbosa. Isso ocorre porque o papel de gramático brasileiro já é um papel construído e consolidado, que, por si só, sustenta a afirmação sobre Verbo, isto é, que por si própria convalida a designação de Verbo. Não existe a necessidade de filiações ou de debates teóricos que justifiquem a designação de Verbo e, em um segundo plano, o papel do autor de gramáticas brasileiro.

Pode-se concluir, portanto, a partir das análises feitas no primeiro grupo de gramáticas, que as designações são materiais de análise de grande relevância para se compreender o movimento que envolve a construção do papel de gramático e, também, da inauguração do espaço de autoria de gramáticas no Brasil. Nelas, é perceptível o movimento discursivo exigido pelas condições de produção do final do século XIX. O Brasil, que acabara de se tornar independente de Portugal, precisava de intelectuais responsáveis por responder por sua língua, mas precisava, antes, da convalidação desses intelectuais. A designação de Júlio Ribeiro (1881) mostra como esse lugar foi construído pela elaboração do *Ensaio Designativo* e pela discussão nele travada. Fornece-se, pois, material que ilustra satisfatoriamente a construção desse papel de autor de gramática. Já as designações de João Ribeiro (1889) e de Maciel (1910) mostram o sucesso da construção e da estabilização desse papel, com designações muito mais simples e diretas, as quais não precisam se justificar, visto que já se beneficiavam do papel de autor de gramáticas consolidada em Júlio Ribeiro (1881).

4.2 O SEGUNDO GRUPO: A REPRODUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PAPEL DE GRAMÁTICO

Mostrou-se que as designações de Verbo dos primeiros gramáticos a produzirem conhecimento metalinguístico no Brasil transpareceram o movimento

em que o papel da autoria de gramática no Brasil surgiu e se consolidou. As designações de Verbo das gramáticas analisadas no segundo grupo beneficiaram-se desse papel e, principalmente, da tradição brasileira de estudos sobre o Português dela caudatária. Ao analisar as designações de Verbo de Rocha Lima (1957), Bechara (1961) e Cunha (1970), percebe-se a memória particular da construção dos saberes metalinguísticos no Brasil. As designações de Verbo presentes nas gramáticas listadas no segundo grupo mostram a estabilidade de significação conquistada pelas do primeiro, mas, principalmente, como o saber metalinguístico brasileiro sobre o Português se consolidou. Enquanto as designações de Verbo das gramáticas do primeiro articulavam discursos de conhecidas tradições linguísticas, como se mostrou em Ribeiro (1881), as designações do segundo grupo permitem depreender discursos de estudos linguísticos próprios do Brasil, reproduzindo-os de forma indireta.

Para se compreender isso é preciso entender o funcionamento da significação discursiva, a qual depende da memória. Segundo Orlandi (1999), a memória é a base, textual e factual, que dá mote aos significados de um enunciado: é, pois, um conjunto de enunciados que são resgatados no fio discursivo a cada enunciação. A memória discursiva – nome dado a esses enunciados – consiste no “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma, sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2007, p. 31). A memória precisa ser compreendida, contudo, numa perspectiva maior. Segundo Pêcheux, “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicológico da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (2010, p. 50). Compreender a constituição da memória é compreender aspectos históricos e sociais, como fatos, acontecimentos ou textos, que fomentam um arquivo. Esses aspectos sociais são as condições de produção. Constitui as condições de produção, segundo Orlandi (2007), além do sistema enunciativo, o contexto sócio-histórico e ideológico. É na interação entre esses dois fatores que os sentidos são estabelecidos, ou, melhor dizendo, são materializados. Para Pêcheux “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto, surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (2010, p. 52).

Diante desta capacidade particular de abastecer enunciados considerados inéditos com enunciados antigos, ou, em outras palavras, de abastecer de sentido o dito com o já-dito, denominou-se a memória como um discurso que atravessa o fio discursivo de um enunciado: o *interdiscurso*: “a memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso” (ORLANDI, 2007, p. 31). O interdiscurso é o saber discursivo que perpassa épocas, dizeres e acontecimentos sempre contribuindo com a significação de novos discursos. Pode ser silenciado, ratificado ou, até mesmo, reformulado, mas jamais deixa de se fazer presente na constituição do sentido. Ou, ainda nas palavras de Orlandi, “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2007, p.33). A filiação a essas formulações feitas não são conscientes. Seria improvável o enunciador ter plena consciência de quais discursos, de quais já-ditos, estariam em suas palavras. Essas filiações são da ordem do inconsciente e se pode alcançá-las somente por meio de análises interpretativas. Esse inconsciente é manipulado por ideologias dominantes: “ao falarmos nos filiamos a redes de sentidos, mas não aprendemos como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente” (ORLANDI, 2007, p. 34).

Diante das designações de Verbo das gramáticas do segundo grupo, a primeira impressão que se tem é a de que o discurso seja transparente, isto é, de que carrega consigo todo o significado de forma explícita. São enunciados estáveis e sem grande complexidade, que visam apenas a designar Verbo. No entanto, ao se analisar de forma mais acurada, percebe-se que há vários implícitos que sugerem a presença de outros discursos nessas definições. É isso que ocorre com Rocha Lima (1957). Rocha Lima nasceu em 1915, no dia 22 de outubro, e, aos 21 anos, já lecionava para prefeitura do Distrito Federal. Também lecionou em outros colégios, tornando-se filólogo respeitável no Brasil. Em 1982, aposentou-se de suas atividades. Foi homenageado, na época, com o título de Cidadão Benemérito, conferido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Sua gramática tornou-se vastamente difundida. Sua gramática *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* possui grande influência no ensino de língua portuguesa, pois é considerada por muitos uma obra de referência. Por esse motivo é reeditada frequentemente, constando, até os dias em que está pesquisa fora confeccionada, nas prateleiras de livrarias.

Em sua designação encontra-se três breves parágrafos com o objetivo de responder à pergunta *o que é Verbo?*. Para esse autor,

O verbo expressa um fato, um acontecimento: o que se passa com os seres, ou em torno dos seres.

É a parte da oração mais rica em variações de forma ou acidentes gramaticais.

Estes acidentes gramaticais fazem que ele mude de forma para exprimir cinco idéias:

Modo, tempo, numero, pessoa e voz.

Ao se iniciar com a afirmação de que Verbo *“expressa um fato, um acontecimento: o que se passa com os seres, ou em torno dos seres”*, a designação de Verbo de Rocha Lima (1957) permite depreender a presença de um interdiscurso das primeiras definições elaboradas por gramáticos brasileiros a respeito de Verbo na língua portuguesa. A palavra *“expressa”* remete claramente à palavra *exprime* enunciado de Ribeiro (1881), para o qual *“Verbo é uma palavra que exprime a existencia de uma relação entre duas idéias”*. No entanto, não se pode conceber isso de forma simplista. Mesmo podendo tecer essa relação entre as duas palavras, o que existe, na verdade, não é somente a presença do discurso de Ribeiro (1881) no fio discursivo da designação de Rocha Lima (1957). Existe a presença do discurso das primeiras formulações metalinguísticas em torno de Verbo feitas por gramáticos brasileiros. A palavra *“fato”* também presente na designação do autor (1957) revela o discurso da designação de Maciel (1894): *“os verbos são as palavras que servem para indicar os factos...”*; ao mesmo em que a menção ao *“ser”* feita por Rocha Lima (1957) transparece a de João Ribeiro (1889), para o qual *“Verbo é uma palavra pela qual póde uma acção, um estado ou uma qualidade ser attribuida a um ser.”*

O que permite a simplicidade e a convicção de Rocha Lima (1957) ao designar Verbo é a memória construída pelas primeiras gramáticas feitas no Brasil sobre o Português. O mesmo ocorre com as designações de Bechara (1961) e Celso Cunha (1970). Evanildo Cavalcante Bechara é o atual presidente da Academia Brasileira de Letras. Nasceu em Recife, em Pernambuco, em 1928, mas, com a morte do pai, mudou-se antes de completar doze anos para o Rio de Janeiro. No Rio, foi morar com um tio-avô, a fim de dar continuidade aos seus estudos. Bechara formou-se em Letras pela atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro

(UEFJ), no ano de 1948 (bacharelado) e 1949 (licenciatura). Não tardou para se mostrar vocação para a área do magistério. Demorou apenas cinco anos para conquistar a cátedra do Colégio Pedro II, escola em que começou sua carreira de professor. Antes, porém, de se tornar professor e até mesmo de estar formado, Bechara já produzia artigos sobre questões relacionadas à língua portuguesa. Seu primeiro artigo foi redigido aos dezessete anos, sob a influência de Said Ali, grande intelectual brasileiro do âmbito das Letras. No ano de 1961 e de 1962 estudou em Madri, na Espanha, filologia românica e, em 1964, tornou-se Doutor em letras pela mesma UERJ na qual se formara.

Ao se formar, no mesmo ano, foi convidado por Antenor Nascentes para ser seu auxiliar. Isso possibilitou a Bechara a conquista da cátedra de Filologia Românica da UERJ. A partir daí, sua carreira universitária consolidou-se. Passou a atuar em diversas universidades brasileiras e até mesmo estrangeiras. Orientou dissertações e teses bem como participou de bancas examinadoras. Em 2000, foi nomeado doutor *Honoris Causa* da Universidade de Coimbra. Nesse mesmo ano, tomou posse da cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras, no lugar de Afrânio Coutinho, ocupando-a até hoje. É, ainda, diretor de vários projetos relacionados à educação e também organizador de várias revistas relacionadas ao estudo da língua. Sua produção é considerada ampla, pois não produziu apenas para a área acadêmica, mas para a área didática também. Dentre essas obras didáticas, destaca-se a *Moderna Gramática Português*. Segundo o prefácio da primeira edição, essa gramática consiste “num compêndio escolar escrito em estilo simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos de linguagem alcançaram no estrangeiro e em nosso país” (BECHARA, 2004, p. 5).

Celso Cunha, o gramático responsável pela revisão da constituição brasileira de 1988, foi, certamente, um dos intelectuais mais influentes nos estudos sobre a língua portuguesa no Brasil e, quiçá, no mundo. Celso Ferreira da Cunha nasceu em 1917, em Teófilo Otoni, e faleceu no Rio de Janeiro – cidade onde passou grande parte da sua vida –, em 1989. Foi aluno do colégio Pedro II e, seu curso superior, fez na UDF (Universidade do Distrito Federal): em 1940 formava-se em Letras. Nessa universidade, teve grandes mestres, como Antenor Nascentes e Sousa da Silveira, responsável por sua orientação no doutorado. Cunha tornou-se docente muito cedo. Aos 17 anos já lecionava no colégio Pedro II, vindo a tornar-se um catedrático do colégio, algumas décadas depois, por meio do êxito em provas

concorridíssimas. Deu aula também em universidades brasileiras e estrangeiras, dentre as quais se destacam a Faculdade Nacional de Filosofia e a Paris-Sorbonne. Além de professor, seguindo uma tradição familiar, exerceu a função de funcionário público. Trabalhou como diretor da Biblioteca Nacional, como Secretário da Educação de Guanabara e como membro dos Conselhos Federais de Educação e de Cultura. O vício em trabalho e em leitura propiciou a Celso Cunha uma obra vasta e versátil, abrangendo vários tópicos diferentes. Redigiu ensaios sobre inúmeros assuntos relacionados à língua portuguesa e se destacou, principalmente, na área da didática com suas gramáticas. A *Gramática da Língua Portuguesa* é sua obra mais conhecida, ao lado de *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, redigida em parceria com o português Lindley Cintra.

O significado das designações desses gramáticos é sustentado pelo interdiscurso das primeiras gramáticas brasileiras sobre o Português. Enquanto a designação de Verbo de Bechara (1961) afirma que “*a palavra que, exprimindo ação ou apresentando estado ou mudança de um estado para outro, pode fazer indicação de pessoa, número, tempo, modo e voz.*”, a de Celso Cunha (1970) afirma o seguinte: “**Verbo** é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo”. As palavras “*exprimindo*”, “*ação*” e “*estado*” em Bechara (1961) e as palavras “*exprime*”, “*acontecimento*” e “*tempo*” em Celso Cunha (1970) mostram que, do mesmo modo como ocorreu com Rocha Lima (1957), o interdiscurso das primeiras elaborações metalinguísticas no Brasil se fazem presente, sustentando o dizer com o já-dito.

É importante ressaltar, com as análises dessas designações de Verbo, que, entre as designações das gramáticas do primeiro grupo e as das gramáticas do segundo grupo, há uma interdependência na construção do sentido da designação de Verbo. Enquanto estas significam graças à presença da memória daquelas, aquelas ganham validação histórica por servirem como memória a estas. Ou seja, desconsiderando-se a sequência cronológica e tomando as designações em seu caráter discursivo, pode-se dizer que a real validação do papel de autor de gramáticas construída nas gramáticas do primeiro grupo – conforme se mostrou na seção anterior deste trabalho – realmente ocorre quando essas designações se tornam suporte da significação de outras designações de Verbo, como as análises nas gramáticas do segundo grupo deixaram transparecer.

No entanto, não é sempre que o interdiscurso advém da memória das designações das primeiras gramáticas elaboradas no Brasil a respeito do Português. No caráter flexional que perfaz as designações dos três gramáticos do segundo grupo, percebem-se outros fios discursivos, responsáveis por compor uma complexa teia de significação. Em Rocha Lima (1957), o caráter flexional de Verbo ganha relevância em sua designação:

É a parte da oração mais rica em variações de forma ou acidentes gramaticais.

Estes acidentes gramaticais fazem que ele mude de forma para exprimir cinco idéias:

Modo, tempo, numero, pessoa e voz.

O adjetivo “rica”, que se nota no excerto acima, evidencia a relevância do caráter flexional para a designação de Verbo de Rocha Lima (1957). Soma-se ao adjetivo, ainda, o itálico e o deslocamento das cinco ideias que os acidentes gramaticais podem expressar: “*Modo, tempo, numero, pessoa e voz.*”. Em Bechara (1960) e em Celso Cunha (1970), embora com menos ênfase, também há menções ao caráter flexivo do verbo. Este usa a palavra “variável” para ressaltá-lo: “**verbo** é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo.”. Já aquele, a expressão “pode fazer indicação” e a citação das mudanças para evidenciar o caráter flexivo: “verbo é a palavra que, exprimindo ação ou apresentando estado ou mudança de um estado para outro, pode fazer indicação de pessoa, número, tempo, modo e voz”.

A memória que sustenta a significação dessas designações dos gramáticos do segundo grupo remete ao desenvolvimento das ciências da linguagem no Brasil na época em que foram produzidas. Mostrou-se, seguindo as ideias de Guimarães (2004), que o terceiro período da gramatização brasileira do Português foi marcado pela consolidação dos estudos linguísticos. Com o surgimento dos cursos de Letras em algumas universidades do Brasil, possibilitou-se a criação de um espaço institucionalizado para o estudo sobre a língua. Além disso, muitos estudos desvinculados da pedagogia começaram a ser produzidos – embora as gramáticas do primeiro grupo analisadas possuíssem grande densidade teórica, foram redigidas com fins didáticos. Esses estudos possibilitaram a confecção de conhecimentos sobre a língua. Nomes como os de Said Ali, Silveira Bueno e Mattoso Câmara figuraram como os mais importantes teóricos dessa época e

geraram inquestionáveis inovações no modo como a língua era vista. Inseriram estudos históricos, comparativos e estruturais. Perscrutaram a língua portuguesa e postularam novas perspectivas sobre o Português.

E são esses novos postulados a que, na verdade, remetem o interdiscurso presente nas designações das gramáticas do segundo grupo. Pode-se comprovar isso, a partir de uma rápida comparação da designação de Verbo elaborada pelos pesquisadores citados. Em sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Said Ali (1964), compreende o verbo como:

“criação linguística destinada a expressar a noção predicativa. Denota ação ou estado e nas línguas do grupo ariano possui sufixos próprios, com que se distingue a pessoa do discurso e o respectivo número (singular ou plural; em alguns idiomas também o dual), o tempo (atual vindouro ou pretérito) e o modo da ação (real, possível, etc.).” p. 129

Silveira Bueno (1953), por sua vez, conjectura que: “verbo é a palavra com que declaramos ação, estado ou qualidade, em geral dum sujeito” e, posteriormente, ressalta que “para que o verbo possa expressar ação, estado ou qualidade atribuídos a um determinado ser, deve assumir várias formas” (p. 165). Já Mattoso Câmara Jr. (2009) postula que “o verbo é em português o vocábulo flexional, por excelência, dada a complexidade a multiplicidade das suas flexões” (p. 104). É, pois, evidente a preocupação desses intelectuais em ressaltar o caráter flexional da classe de Verbo. Said Ali (1964) foca nos sufixos que o verbo apresenta para distinguir seus aspectos flexionais. Silveira Bueno (1953), sendo mais simplista, afirma que o verbo pode assumir várias formas. Já Mattoso Câmara Jr. (2009) é taxativo: diz que o verbo um vocábulo flexional por excelência.

É interessante ressaltar a respeito desse interdiscurso específico, advindo de pesquisadores de linguagem, e não de gramáticos, que mais uma vez se percebe uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo em que as designações de Said Ali (1964), Silveira Bueno (1953) e Mattoso Câmara Jr (2009) são essenciais para a constituição da significação das designações de Rocha Lima (1957), Bechara (1960) e Celso Cunha (1970), são ratificadas por servirem como memória à significação das designações das gramáticas elencadas no segundo grupo. Isto é: o papel do autor de gramática no Brasil mais uma vez se desenvolve por meio de um processo discursivo dinâmico. Ignorando-se a cronologia dos fatos, é possível notar as

designações de Verbo das gramáticas do segundo grupo são responsáveis por ratificar o conhecimento sobre a língua portuguesa no Brasil, pois seus enunciados se sustentam dessa memória, fazendo dela o pilar fundamental dos conhecimentos metalinguísticos no Brasil.

Pode-se concluir, dessa forma, por meio das análises realizadas nas gramáticas do segundo grupo, que o papel do autor de gramáticas brasileiro, construída nas primeiras gramáticas brasileiras do Português, é o pilar de significação das designações de Verbo das gramáticas do segundo grupo, as quais reproduzem o conhecimento dessas primeiras gramáticas, mas também, reproduzem o conhecimento dos primeiros pesquisadores brasileiros da língua portuguesa. Ao se perceber vestígios, nas designações de Verbo das gramáticas do segundo grupo, de discursos advindos das primeiras gramáticas brasileiras sobre o português e de pesquisas feitas no Brasil sobre a língua portuguesa, pesquisas estas sem vínculo pedagógico, mas sim com vínculo científico, é possível afirmar que o movimento no qual os primeiros gramáticos brasileiros foram lançados e deram o lançamento criaram um espaço estável para a autoria de gramática no Brasil. Pelas designações de Verbo, percebe-se que o papel de gramático brasileiro já é estável e, além disso, possui uma memória também estável que lhe dá subsídios para significar.

4.3 O TERCEIRO GRUPO: O PAPEL DO GRAMÁTICO CIENTISTA

A tendência a realizar trabalhos sem vínculos pedagógicos, no Brasil, consolidou-se e tornou-se comum. Iniciada no início do século XX, no terceiro período da gramatização brasileira do português, viu-se o aparecimento das primeiras obras e instituições responsáveis pelo estudo da língua. A partir da década de 1960, no quarto período da gramatização brasileira do português, essas obras e instituições já possuíam força, pois eram responsáveis pela proliferação de pós-graduações e linhas de pesquisas. Isso fez o Brasil se tornar lugar fértil para o desenvolvimento da linguística. Associações de pesquisadores, eventos e revistas possibilitaram, assim, a difusão dos resultados das pesquisas e, por consequência, uma nova forma de compreensão de produção de metalinguagem. Essa nova forma se refletiu diretamente nas gramáticas que compõe o terceiro grupo desta pesquisa – elas não apenas apresentam estudos desvinculados da pedagogia. Elas vão

adiante: são obras que representam diretamente esse espaço, funcionando como síntese de uma determinada teoria científica.

Por esse motivo são gramáticas extremamente diferentes da tradição latina imposta pelo fenômeno da gramatização, descritos no segundo capítulo com o auxílio de Auroux (2009). O prefácio de Castilho (2010), redigido por Rodolfo Ilari, ilustra o projeto novo, presente nessas gramáticas. Segundo o texto, “é nas entrelinhas dessas transgressões que podemos identificar o que esta obra tem de mais ambicioso enquanto projeto: ela se propõe a ser uma prova concreta de que é possível fazer gramática de um modo inteiramente novo em relação ao que a tradição nos tem legado” (ILARI, 2010, p. 29). Dessa forma, as designações de Verbo presente nessas gramáticas rompem também com a tradição e inauguram um novo modelo de designação: a *Designação Científica*.

Optou-se pelo conceito de *Designação Científica*, devido ao fato de que os enunciados designativos de Verbo presentes nas gramáticas analisadas que compõem o segundo grupo não possuem as mesmas características que as demais designações que constituem o *corpus*. Do mesmo modo que a designação de Júlio Ribeiro (1881) possuía características discrepantes – e por esse motivo foi conceituada como *Ensaio Designativo* – as designações das gramáticas do terceiro grupo também possui. E o que mais as difere das outras designações é o fato de elas serem feitas sob forte influência do discurso científico. A análise das designações de Perini (1995), Neves (2000) e Castilho (2010) mostram a dependência que essas designações têm de vocábulos específicos da área da linguística. Nomenclaturas como *NdP*, *Sintagma Verbal* se fazem presente. Além do vocábulo, essas designações são diferentes também pelo fato de possuírem caráter descritivo. Enquanto as designações comuns (e até mesmo a de Júlio Ribeiro (1881) em sua introdução) são assertivas – *Verbo é a palavra que...* – as *Designações Científicas* buscam descrever o funcionamento do verbo, em suas particularidades.

Mário Perini, Mariela Helena Moura Neves e Ataliba de Castilho são gramáticos que ainda estão atuando. Mário Alberto Perini formou-se em Letras, em 1967, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Seu doutorado foi obtido menos de dez anos depois, nos Estados Unidos, pela *University of Texas*. Sua gramática – *Gramática Descritiva do Português* – é resultado de suas pesquisas na área de sintaxe e de linguística aplicada, assuntos aos quais se debruça até hoje nas universidades onde trabalha. Maria Helena Moura Neves é, atualmente, professora

da Universidade Estadual de São Paulo e da Mackenzie. Graduiu-se em Letras/Grego no ano de 1970 e, depois, em Alemão em 1974. É doutora pela Universidade de São Paulo – com a tese *A emergência da disciplina gramatical entre os gregos* – e Livre Docente pela Universidade Estadual de São Paulo. Atualmente é coordenadora do Grupo de Pesquisa Gramática de usos do português no Brasil, projeto do qual nasceu sua gramática: *Gramática de Usos do Português*. Ataliba Teixeira Castilho, autor de *Nova Gramática do Português Brasileiro*, é atual professor colaborador da Universidade de Campinas e, também, da Universidade de São Paulo. Dedicou-se sempre ao estudo do português. Em 1959, formou-se em Letras. Um ano depois já era especialista e, em 1960, ao se tornar doutor pela USP, já se configurava como autoridade na área. É conhecido pelos projetos que coordenou. Tanto o NURC – Norma Culta do Português Urbano – quanto o PHPB – Para História do Português Brasileiro – tiveram grande repercussão no meio acadêmico.

A análise das designações desses gramáticos, em especial das opções lexicais utilizadas pelos gramáticos, esclarece a particularidade da *Designação Científica*. Observar a constituição lexical é importante, porque, segundo Orlandi, “o analista defronta-se com a necessidade de reconhecer, em sua materialidade discursiva, os indícios (vestígios, pistas) dos processos de significação [...]” (2007, p. 89). É importante frisar, contudo, que esse procedimento consiste em uma prática de semântica discursiva. “A semântica discursiva é a análise científica dos processos característicos de uma formação discursiva, que deve dar conta da articulação entre o processo de produção de um discurso e as condições em que ele é produzido.” (ORLANDI, 2003, p. 109). Isso significa que não é uma simples análise do léxico, mas sim uma análise diante de suas condições de produção e, também, dos significados mobilizados por eles.

A designação de Perini (1995) postula Verbo como

O NdP é uma função que não será propriamente definida aqui. Acontece que é necessário estabelecer um ponto inicial que sirva de fundamento à cadeia de definições que vou propor para as diferentes funções. Vou então partir do seguinte postulado: o verbo desempenha na oração unicamente a função de núcleo do predicado; essa é a única função que um verbo pode desempenhar, e somente um verbo pode ser núcleo do predicado. Em outras palavras, o verbo é sempre o NdP da oração; e o NdP da oração é sempre um verbo.

Chama a atenção, logo no início da designação, a presença da sigla *Ndp*, cujo significado é *núcleo do predicado*. A sigla é o primeiro indício do tom científico com o qual Verbo é designado. Embora seja utilizada a primeira pessoa, o que pode destoar do caráter científico *a priori*, o discurso da ciência sobrepõe-se, a partir da sigla, porque remete a um fato curioso: o principal objetivo do excerto retirado da gramática de Perini (1995) não designar Verbo. Não há, na gramática, momento destinado à designação direta de Verbo. O que encontra-se nesse excerto é designação inicial de “*NdP*”. Nessa designação, a de Verbo aparece como consequência: “*em outras palavras, o verbo é sempre o NdP da oração; e o NdP da oração é sempre um verbo*”. Percebe-se que há uma designação inédita em relação às outras gramáticas. Isso acontece porque, em sua gramática, há a criação de uma metalinguagem específica, que visa a desenvolver sua teoria – no caso a da gramática descritiva.

Maria Helena de Moura Neves (2000) realiza o mesmo procedimento. Em sua designação, ela afirma que

Os **verbos**, em geral, constituem os **predicados** das **orações**. Os **predicados** designam as propriedades ou relações que estão na base das **predicações** que se formam quando eles se constroem com os seus **argumentos** (os **participantes** da relação predicativa) e com os demais elementos do enunciado.

A **predicação** constitui, pois, o resultado da aplicação de um certo número de **termos** (que designam entidades) a um **predicado** (que designa propriedades ou relações). A construção de uma **oração** requerer, portanto, antes de mais nada, um **predicado**, representado basicamente pela categoria **verbo**, ou, ainda, pela categoria **adjetivo** (construído com um verbo de ligação).

O **predicado** tem propriedades sintáticas e semânticas, como a **forma lexical**, a **categoria**, o **número**, e a **função semântica dos termos**, além das **restrições de seleção** a estes impostas.

Só não constituem **predicados** os **verbos** que modalizam (**poder**, **dever**, **precisar**, etc.) os que indicam **aspecto** e os que auxiliam a indicação de **tempo** e de **voz**.

Percebe-se que o texto traz a maioria dos termos científicos em negrito, evidenciando uma série de palavras que remetem ao campo científico da Linguística. Palavras como “*predicados*”, “*argumentos*”, “*participantes*” e “*categoria*”, ao lado de expressões como “*função semântica dos termos*” e “*restrições de seleção*”, salientam o caráter científico da designação. Isso ocorre porque, do mesmo modo que a gramática de Perini (1995) tem a função de mostrar o

funcionamento da língua portuguesa a partir da visão da gramática descritiva, a de Neves (2000) tem a preocupação de mostrar o funcionamento a partir da visão da linguística textual e do real uso da linguagem. A designação de Castilho (2010) não foge a essa regra, porém não se pode dizer que sua obra tenha engajamento com alguma teoria científica específica no campo da Linguística. Mesmo que sua gramática pareça estar mais engajada com as vertentes descritivas, a análise do seu conteúdo lexical permite afirmar que seu viés científico recai sobre a tentativa de expor, de forma holística, como Verbo é designado segundo cada área da linguística:

O sintagma verbal é a construção nucleada pelo verbo. E como a sentença é um verbo que articula seus argumentos, segue-se que a única diferença entre um sintagma verbal e uma sentença é que naquele a condição de “constituente da sentença”, título que só poderia ser ostentado pelos sintagmas nominal, adjetival, adverbial e preposicional. [...]

Do ponto de vista morfológico, são identificadas como verbos as classes que dispõem de um radical e de morfemas flexionais sufixais específicos. [...] P 392 Prosseguindo na caracterização gramatical do verbo, considera-se como tal do ponto de vista da sintaxe a palavra que articula seus argumentos, via princípio de projeção. [...]

Do ponto de vista semântico, os verbos expressam os estados de coisas, entendendo-se por isso as ações, os estados e os eventos de que precisamos quando falamos ou quando escrevemos. [...]

Quanto ao discurso, considera-se como verbo a palavra (i) que introduz participantes no texto, via processo de apresentação, por exemplo; (ii) que os qualifica devidamente, via processo de predicação; (iii) que concorre para a constituição dos gêneros discursivos, via alternância de tempos e modos.

Pode-se dizer, já neste ponto da análise, que há uma ruptura com o papel do autor brasileiro de gramática nas designações de Verbo do terceiro grupo de gramáticas analisadas. Ao optarem por outro gênero – a *Designação Científica* –, essas designações evidenciam um movimento discursivo que visa a construir um novo papel de autor de gramática: o papel do autor de gramáticas científicas. Nesse caso, o subsídio da significação deixa de ser a memória que remete às primeiras gramáticas brasileiras do português ou aos primeiros pesquisadores da linguística no Brasil, conforme se analisou na seção anterior, e passa a ser a memória que remete às áreas recentes da linguística. Ou seja, ao se analisarem as formações discursivas presentes nessas designações, apreende-se, com facilidade, por meio do vocábulo e, principalmente, por meio do léxico utilizado, vestígios do discurso

científico que remete à linguística recente no Brasil. Isso é, pois, resultado das condições de produção nas quais se encontram inseridas essas gramáticas. O quarto período da gramatização do português no Brasil, de acordo com o que foi discorrido no capítulo anterior com base em Guimarães (2004) – é o momento em que a Linguística torna-se o carro chefe da constituição da metalinguagem sobre o Português no Brasil. As gramáticas analisadas são, dessa forma, decorrência desse fator.

Na designação de Castilho (2010), o tom científico é obtido, ainda, por outro motivo: a divisão que estabelece, dando a designação morfológica, semântica e discursiva de Verbo. Esse procedimento é característico do fazer científico, pois relaciona as características designativas de Verbo às formas como pode ser abordado. Isto é, a designação relativiza o objeto conforme o campo de estudo: se observado do campo da semântica, Verbo são as palavras *que “expressam os estados de coisas, entendendo-se por isso as ações, os estados e os eventos de que precisamos quando falamos ou quando escrevemos”*; caso analisados do campo morfológico, será Verbo as *“as classes que dispõem de um radical e de morfemas flexionais sufixais específicos.”*, por exemplo. É típico do discurso científico a ideia de que a perspectiva com a qual o objeto é tomado pode determinar suas características.

As análises permitem notar, ainda, que essa ruptura é fomentada por outro aspecto que chama atenção com a análise das designações das gramáticas que compõem o terceiro grupo: o fato de não se encontrar vestígios que remetam às designações de Verbo presentes nas gramáticas do segundo grupo ou do terceiro grupo. Mesmo identificando algumas palavras como *“número”, “tempo” e “voz”* na designação de Neves (2000), seria equivocado afirmar que elas sejam marcas que transpareçam o discurso de designações das gramáticas dos outros grupos. Perini (1995) designa o Verbo de núcleo do NdP. E Neves (2000), como constituinte do predicado. Independentemente da possibilidade de convergência prática das duas designações – fato que não diz respeito a essa pesquisa –, pode-se dizer que ambas as designações silenciam em relação a vários aspectos: as designações dos dois grupos anteriores entendiam, designavam Verbo, por exemplo, como palavra que indica fato e que remete à noção de tempo. Isso não acontece nas designações do terceiro grupo – Neves (2000), quando menciona tempo, fala de Verbo modalizador, e não de Verbo. A designação de Castilho (2010)

ratifica esse silenciamento. Em sua gramática, o autor não faz menção a fatos ou à noção de tempo. Castilho (2010) também designa Verbo de uma forma totalmente particular, entendendo-o como “*a construção nucleada pelo Verbo*”. Também se encontra com facilidade em sua designação expressões que remetam ao campo científico, como “*sintagmas nominal*” e “*morfemas flexionais sufixais*”.

Portanto, tem-se, nas gramáticas designações de Verbo do terceiro grupo de análise, um novo papel de autor de gramática no Brasil: a do gramático linguista. Esse papel esboça sua constituição já no modo como Verbo é abordado pela designação. O uso de um gênero particular, denominado de *Designação Científica*, é o primeiro movimento discursivo que marca a ruptura com o papel anterior: a de gramático responsável por responder sobre a língua. Além do uso da *Designação Científica*, esse papel é também construído pelo silenciamento dos discursos das designações anteriores. São poucos os vestígios que remetem às designações de Verbo das gramáticas anteriores, fato que leva à conclusão de que o discurso dessas designações não é essencial para o subsídio do sentido das designações de Verbo das gramáticas do terceiro grupo. Em outras palavras, é notável o fato de que, para significar, as designações das gramáticas do terceiro grupo não dependem da memória das gramáticas anteriores, o que é outro fator de ruptura.

SOBRE AS CONCLUSÕES OBTIDAS

Após as análises realizadas, a primeira conclusão obtida é que o estudo da gramatização revela grande complexidade. O processo pelo qual as línguas foram instrumentalizadas, conforme explica Aurox (2009), envolve inúmeros aspectos. Não há somente fatores históricos envolvidos. Há também fatores políticos e ideológicos. Não é, pois, simplesmente algo que se possa resumir à confecção de gramáticas e dicionários para uma determinada língua. Uma língua gramatizada se torna uma língua diferente e altera sua relação com outras línguas. A ecologia das línguas, nas palavras de Aurox (2009), sofre mudanças consideráveis diante do processo de gramatização. As designações de Verbo selecionadas como *corpus* desta pesquisa mostraram isso. Ao representarem três momentos diferentes da gramatização brasileira do português, evidenciaram claramente como a construção de saberes sobre uma língua revela o modo como essa língua é apreendida e como ela é tomada pelas pessoas que constroem esse saber. As designações de Verbo selecionadas não revelam apenas como a classe de Verbo é compreendida dentro das gramáticas selecionadas. Revela como a língua é compreendida por essas gramáticas e, conseqüentemente, que línguas essas gramáticas refletem.

A língua portuguesa veio com os portugueses ao Brasil. Pode-se dizer que, *a priori*, é uma língua importada, isto é, uma língua que foi emprestada de outro país ou, também, que foi imposta por outro país ao Brasil. É clássica a referência literária de Lima Barreto e seu personagem Policarpo Quaresma, ao se tratar desse aspecto. Para a personagem, o Brasil não possuía uma língua própria e, por isso, deveria tomar o Tupi como língua oficial. Também são clássicos os debates que levaram os intelectuais brasileiros a estabelecerem o nome de *língua portuguesa* ao idioma no país, diante de possibilidades como a *língua brasileira*. São eventos que mostram o dilema pelo qual a língua portuguesa passou para se estabelecer no Brasil, mas que mascaram o processo natural – o da gramatização brasileira do português – que fez que a língua portuguesa se tornasse outra, própria do Brasil. Não há, dessa forma, um empréstimo de uma língua, tampouco a ausência de uma língua que possa caminhar junto com a noção de pátria brasileira. A língua portuguesa, ao aportar no Brasil com as caravelas, em 1500, já se deslocara de um *espaço/tempo* para outro, tornando-se, conseqüentemente, outra.

As designações de Verbo analisadas, principalmente as relacionadas ao primeiro grupo de análise, evidenciam claramente o processo pelo qual o português se tornou uma língua de brasileiros, isto é, uma que passou a ser apreendida e estudada por brasileiros. O papel de autor de gramática brasileiro, que nas designações de Verbo do primeiro grupo se percebe o processo de construção, é a marca de autoria de gramática sobre o português no Brasil que, até o final do século XIX, não existia de fato. É o papel que configura a independência intelectual do Brasil, em relação a Portugal, no que diz respeito à língua.

A designação de Ribeiro (1881) transparece o movimento discursivo que sintetiza o espírito do final do século XIX no Brasil. O espírito da investigação, da perscrutação, da busca por novas fontes, que não as lusitanas. Não há mais a aceitação de pacotes intelectuais importados diretamente de Portugal. Floresce, no final do século, as poesias simbolistas e parnasianas. Frutifica os frutos franceses, alemães, ingleses e americanos. A Europa se torna maior que Portugal ou que a península Ibérica. O autor que designa Verbo, isto é, que produz conhecimento metalinguístico sobre o Português no Brasil não pode negligenciar isso. Como se percebe em Ribeiro (1881), não se podia designar Verbo sem o debate com Aristóteles e com Port Royal. Sem citações de linguistas americanos. Designar Verbo no Brasil do século XIX requeria o signo da autoria, o qual até então não existia fincado em fortes pilares, mas que passou a existir graças à sua necessidade de existência. Na designação de Ribeiro (1881) e, também, nas outras, percebe-se a ascensão do papel do autor de gramáticas brasileiro. Percebe-se a consolidação que a independência, em 1822, de sujeitos autores que advogassem em prol da língua para que ela pudesse ser, de fato, a língua da nação. As designações de Verbo de Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1889) e Maciel (1910) mostram a constituição e a consolidação desse papel.

Ao se comparar os resultados das análises realizadas nas designações de Verbo do primeiro grupo com os resultados das pesquisas nas quais este trabalho se embasou percebe-se um vínculo interessante. Bezerra & Dias (2006) concluíram, com base em uma análise direcionada à colocação pronominal e ao imperativo, que, nas gramáticas do final do século XIX, as mesmas que compõem o primeiro grupo do *corpus* dessa pesquisa, o saber que sustenta as colocações dos gramáticos que as produziram é um saber avaliado, ou seja, um saber que, em tons avaliativos, conjectura o que é e o que não é bom uso da língua. Somente o autor de

gramáticas que apreende o idioma, isto é, que esteja apto ideologicamente em relação ao idioma pode avalia-lo, sugerindo aquilo que é o bom uso da língua. Independentemente de esse bom uso coincidir ou não com o de Portugal, o fato é que o autor não se pauta em Portugal, não empresta regras portuguesas. Ele cria essas regras e as postula como gramático-autor, como autoridade diante do idioma. Como se provou nas análises deste trabalho é o mesmo que ocorre nas designações de Verbo. O autor reflete sobre a designação, conjectura-a, explana-a ou, simplesmente, expõe-na ancorando sua validade apenas em seu nome e de sua função de gramático. Esses movimentos de avaliar, debater e/ou apenas apresentar algo sobre a língua – seja a concepção de bom uso, seja a designação de uma classe gramatical – é resultado do papel do autor de gramáticas brasileiro que surge e consolida-se no final do século XIX, no Brasil.

Esse papel de autor de gramáticas brasileiro, paradoxalmente, será o ponto de partida e o ponto de suporte da tradição de estudos sobre o português feitos no Brasil. As designações de Verbo das gramáticas do segundo grupo deixam transparecer como o papel do autor de gramáticas sobre o Português no Brasil é o ponto de equilíbrio para os gramáticos posteriores continuarem seu trabalho. As memórias das quais lançam mão esses gramáticos são responsáveis por garantir o significado da metalinguagem que elaboram. Pelas designações de Verbo das gramáticas selecionadas para o segundo grupo, percebe-se como os interdiscursos criam uma rede de significado que garantem a coerência de sentido da designação de Verbo. Nas entrelinhas das designações de Rocha Lima (1957), Bechara (1960) e Celso Cunha (1970), as concepções, as afirmações, as explicações dos gramáticos do primeiro grupo circulam, reverberando, mesmo que indiretamente, ao lado das concepções, das afirmações e das explicações que os primeiros linguistas brasileiros fizeram. Isso ocorre porque, sem essa memória, não haveria como produzir metalinguagem no Brasil, seja sobre Verbo, seja sobre qualquer outro ponto gramatical. Bezerra e Dias (2006), ainda na mesma pesquisa, concluíram que o saber que existe nas gramáticas modernas tradicionais – as mesmas que compõe o segundo grupo desta pesquisa – é um saber legitimado. É, em outras palavras, um saber que já possui sua legitimidade, graças aos trabalhos posteriores e, principalmente, graças à consolidação do papel do autor de gramáticas sobre o português no Brasil.

Em contrapartida, ao se notar a memória das designações de Verbo das gramáticas do primeiro grupo nas designações de Verbo das gramáticas do segundo grupo, percebe-se, no âmbito do discurso, a validação desse papel de autor de gramáticas sobre o português no Brasil. Quando as primeiras designações de Verbo constituídas por gramáticas brasileiros reverberam, posteriormente, em outras designações, também, de brasileiros, tem-se a ratificação irrevogável do papel de sujeito-autor: há um espaço para os autores de gramática no Brasil, os quais produzem conhecimento metalinguístico e que servem como base para outros autores produzirem sua metalinguagem. O mesmo pode-se dizer sobre os primeiros linguistas brasileiros. Suas acepções sobre a linguagem ganham tomo e se mostram válidas a partir do momento em que reverberam nas definições de Verbo das gramáticas do segundo grupo. Pode-se dizer, portanto, que as designações de Verbo nas gramáticas do segundo grupo mostram, discursivamente, que o Brasil é detentor de sua língua e, por conseguinte, possui seus teóricos capazes de manejá-la, independentemente de Portugal. Pode-se, ademais, dizer que o Português do Brasil, após essas gramáticas já é, de fato outro: já é uma língua gramatizada, com instrumentos linguísticos próprios, que refletem e constroem, um novo *espaço/tempo*.

As designações de Verbo do terceiro grupo surgem, então, como consequências desse português do Brasil, instrumentado no Brasil por intelectuais brasileiros. Mais uma vez as análises realizadas com as designações de Verbo, junto da pesquisa de Bezerra & Silva (2006), mostram como a metalinguagem no Brasil tornou-se independente, devido à conquista do lugar de autoria de conhecimento sobre o português no Brasil. Falando praticamente das mesmas gramáticas que compõe o terceiro grupo de análise desta pesquisa – a exceção é a gramática de Castilho (2010) –, afirma Bezerra & Silva (2006), ainda com base nas análises sobre a colocação pronominal e o imperativo, que o saber presente nessa gramática é um saber sustentado. Querem dizer com isso os pesquisadores que é um saber sustentado por correntes linguísticas. Conforme se mostrou com Guimarães (2004), após da década de 1960 as ciências da linguagem, no Brasil, começam a ganhar espaço. O país passa a ter suas pós-graduações, suas associações de pesquisadores e suas revistas. Torna-se, assim, independente em relação não apenas à produção gramatical sobre o português, mas também sobre a produção científica sobre o idioma. A consequência disso são as designações de

Verbo das terceiras gramáticas que constituem o terceiro grupo de análise. São *Designações Científicas* que remetem ao discurso científico. A memória da tradição não reverbera mais. Dá espaço aos discursos que compõe o campo científico. Cede lugar a metalinguagem categorizadora à metalinguagem interpretativa – as teorias que observam a linguagem a seu modo. Perini (1995), Neves (2000) e Castilho (2010) possuem gramáticas que designam Verbo a partir de teorias específicas das ciências da linguagem.

Portanto, pode-se finalizar dizendo que as designações de Verbo evidenciam aspectos relevantes de parte do processo de gramatização do Português no Brasil. Pelas designações, pôde-se perceber que foi necessário um movimento complexo para inaugurar a posição de autoria de gramática sobre o Português no Brasil. Ribeiro (1881) precisou constituir um ensaio designativo para mostrar sua competência e sua autoridade diante daquilo que se propunha a fazer: designar Verbo (que, simbolicamente, representa a própria construção da gramática). Ao elaborar esse ensaio designativo, o gramático em questão não apenas mostrou-se competente, mas possibilitou, discursivamente, que o labor intelectual do gramático brasileiro para abordar o português fosse reconhecido. Seu *Ensaio Designativo* inaugurou, em se tratando da designação de Verbo, o lugar em que o português pudesse ser tomado por brasileiros como sua própria língua. Esse lugar permitiu aos gramáticos contemporâneos a Ribeiro (1881) – no caso João Ribeiro (1887) e Maximino Maciel (1910) – a simples exposição de sua designação de Verbo, sem justificá-la. A justificativa era a própria designação (isto é, a própria gramática). Com isso, o espaço sujeito-autor de gramáticas sobre o Português no Brasil, apto a designar Verbo, surgiu e consolidou-se, posteriormente, quando essas designações passaram a reverberar em outros enunciados designativos de Verbo de outras gramáticas: Rocha Lima (1957), Bechara (1960) e Celso Cunha (1970).

Esse espaço, ainda, possibilitou que outros autores, não preocupados com o fazer gramatical, mas preocupados com o estudo sobre a língua, aparecessem. Os primeiros linguistas brasileiros se beneficiaram desse espaço de autoria para poderem postular sobre o português. Suas pesquisas também reverberaram em outras designações de Verbo que apareceram depois, mas, principalmente, foram o estopim de inúmeras correntes científicas relacionadas à linguagem que vieram a se consolidar posteriormente. As designações de Verbo das gramáticas mais recentes sobre o português feitas no Brasil – Perini (1995),

Neves (2000) e Castilho (2010) – revelam, explicitamente, essas correntes científicas. A designação de Verbo passa, a partir delas, a ser resultado de uma determinada abordagem científica. O sujeito-autor que possibilitou, no começo, a apreensão da língua para produzir conhecimento no início do século, depois de consolidado, fragmentou-se em filiações teóricas relacionadas às teorias científicas que lhe sustentam. O processo que se vê, responsável por criar, nas designações de Verbo, o papel do sujeito-autor de gramáticas sobre o Português no Brasil e levá-lo ao papel sujeito-autor de uma determinada teoria das ciências da linguagem não é acaso. É, na verdade, um naco do grande processo da gramatização, da instrumentalização de línguas e da construção de *espaço/tempos* específicos para essas línguas.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 4ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ACHARD, P. et al. *O papel da Memória*. Campinas: Pontes, 2010.
- ALTMAN, C. *A pesquisa linguística no Brasil (1968 – 1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- ASSUNÇÃO, C; SANTOS, H. P. *Da idade Média a Fernão de Oliveira, o primeiro gramático da lusofonia*. In: ABAURRE, M. B; AVELA, J; PFEIFFER, C; Fernão de Oliveira: um gramático na história. Campinas: Pontes Editores, 2009.
- AUROUX, S. *A hiperlíngua e a externalidade da referência*. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. 2ª ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. *Filosofia da linguagem*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.
- _____. *Língua e hiperlíngua*. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, Campinas, n. 1, p. 17-30, jan.-jun. 1998.
- _____. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp 2009.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa: cursos de 1º e 2º graus*. 25 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- BEZERRA, M. A. DIAS, L. F. *Gramática e Dicionário*. in: GUIMARÃES, E; ZOPPI-FONTANA, M. *Introdução às ciências da linguagem: A palavra e a frase*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- BUENO, S. *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edição Saraiva: 1967.
- BURK, P. *Heu Domine, Adsunt Turcae: esboço para uma história social do Latim Pós-Medieval*. In: BURKE, P; PORTER, R. *Linguagem e Sociedade: história social da linguagem*. São Paulo: Editora Unesp, 1993
- CASTILHO, A. *Nova gramática do Português brasileiro*. São Paulo: Contexto 2010.
- CUNHA, C. *Gramática da Língua Portuguesa*. 4º ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1977.
- DIAS, Luiz Francisco. *A constituição do fato gramatical em três fases da gramática brasileira*. in *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Campinas: Pontes Editores, 2008.
- ELIA, Sílvio. *Fundamentos histórico-lingüísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

FÁVERO, L. L. *Gramática é Arte*. In ORLANDI, E. (org) *História das idéias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, 2001.

GUIMARÃES, E. *História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, E. *Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização Brasileira*. In: GUIMARÃES, E; ORLANDI, E. (orgs.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

HENRIQUES, C. C. *Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HIGOUNET, C. *História concisa da escrita*. 10ª edição - São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

LOPES, E. *Fundamentos de lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1971.

MACIEL, M. *Lições Elementares de Língua Portuguesa Professadas no Colégio Militar*. Rio de Janeiro: Livraria Francis Alves, 1910.

MASON, L. F. *História da Ciência*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NUNES, J. H. *Uma articulação da análise de discurso com a história das idéias linguísticas*. *Letras (UFSM)*. v. 18, p. 107-124, 2008.

ORLANDI, E. *A Dança das Gramáticas*. In: ORLANDI, E. *Terra à vista: do confronto velho e novo mundo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. (org). *História das idéias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Análise de Discurso* in: ORLANDI, E; RODRIGUES, S. L. *Introdução às ciências da Linguagem: Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes Editores, 2006.

_____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Fontes, 2007.

PERINE, M. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PETRI, V. *Michel Pécheux e a Teoria do Discurso nos Anos 60*. Este texto é oriundo da Conferência de abertura da Semana Acadêmica de Letras da UFSM, de 2006.

RIBEIRO, J *Grammatica Portuguesa*. São Paulo: Miguel Melillo-Editor, 1899, 5ª Edição Cuidadosamente Revista, 365.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza Exame de Portuguez 3º ano*. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves e C., 1889.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1881.

ROCHA LIMA, C. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 43ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1996a) *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas - SP: Pontes, 2ª edição, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1996b) *Exterioridade e ideologia*. In: Caderno de Estudos Lingüísticos (30):27-33. Campinas - SP: IEL - UNICAMP.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1997) *O Estado, a gramática, a autoria*. In: Relatos (4): 5-12. Publicação do Projeto "História das idéias lingüísticas: construção de um saber metalingüístico e a constituição da língua nacional". DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1998a) *Ética e Política Lingüística*. In: Língua e Instrumentos Lingüísticos (1): 7-16. Campinas: Pontes, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1998b) *Metalangage et grammatisation au Brésil: le rapport Grammaire/Philologie/Linguistique*. Mimeo.

GUIMARÃES, Eduardo. (1997) *História da gramática no Brasil e ensino*. In: Relatos (5): 7-13. Publicação do Projeto História das idéias lingüísticas: construção de um saber metalingüístico e a constituição da língua nacional". DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP.

DIAS, Luiz Francisco. (1996) *Os sentidos do idioma nacional*. Campinas – SP: Pontes.

NUNES, José Horta. (1996) *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos dos viajantes aos primeiros dicionários*. Campinas: IEL – UNICAMP, tese de doutorado inédita.